

OLAF KALTMEIER

# Refeudalização

e guinada à direita:  
desigualdade social e cultura  
política na América Latina

Φ Phillos

*Este livro faz parte de uma coleção especial de ensaios concebidos a partir da investigação interdisciplinar que é realizada no “Maria Sibylla Merian Center for Advanced Latin American Studies in the Humanities and Social Sciences” (Centro Maria Sibylla Merian de Estudos Latino-americanos Avançados em Humanidades e Ciências Sociais - CALAS), onde tentamos fomentar o desafio de analisar aspectos críticos sobre os processos de transformações sociais. Decidimos publicar esta coleção de livros orientados à análise de problemas sociais, cuja relevância transcende os limites acadêmicos. Trata-se de acentuar a reflexão crítica sobre os conflitos mais agudos na América Latina, como uma contribuição fundamental para gerar diálogos a partir de múltiplas disciplinas e diferentes pontos de vista. O objetivo desta coleção é buscar caminhos para enfrentar as diferentes crises. Com analistas reconhecidos em seus respectivos campos de investigação, os autores desses volumes de ensaios nos convidam a participar de suas reflexões e a multiplicar os efeitos de suas propostas, a partir de sua leitura.*

*Sarah Corona Berkin e Olaf Kaltmeier (Diretores)  
Gerardo Gutiérrez Cham e Hans-Jürgen Burchardt  
(Codiretores)*



EDITORIAL  
UNIVERSITARIA

BIELEFELD  
UNIVERSITY  
PRESS



EDITORIAL  
UCR



UNSAM  
EDITA



FLACSO  
Ecuador

ISBN 978-65-5071-027-9



9 |

786550

710279

*Φ Phillos*  
www.editoraphillos.com



REFEUDALIZAÇÃO E GUINADA À  
DIREITA: DESIGUALDADE SOCIAL E  
CULTURA POLÍTICA NA AMÉRICA  
LATINA

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank  
**DIAGRAMAÇÃO:** Jeamerson de Oliveira  
**TRADUÇÃO:** Antônio Camêlo e Virgínio Gouveia

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2017 Editora PHILLOS  
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.  
Goiânia-GO  
[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)  
[editoraphillos@gmail.com](mailto:editoraphillos@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S228p

Kaltmeier Olaf.

Refeudalização e guinada à direita: desigualdade social e cultura política na América Latina. [recurso digital] / Olaf Kaltmeier. – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

ISBN: 978-65-5071-027-9

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Refeudalização. 2. América Latina. 3. Sociologia. 4. Política.  
5. Desigualdade Social. I. Título.

CDD:100

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Filosofia 100

OLAF KALTMEIER

REFEUDALIZAÇÃO E GUINADA À  
DIREITA: DESIGUALDADE SOCIAL E  
CULTURA POLÍTICA NA AMÉRICA  
LATINA

Goiânia-GO  
2020

Editora  
*Phillos*

# Direção Editorial

---

**Willames Frank da Silva Nascimento**

## Comitê Científico Editorial

---

**Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr<sup>a</sup>. María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

**Dr. Arivaldo Sezyshta**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

**Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

**Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

**Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

**Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguay)

## NOTA DOS TRADUTORES

---

A primeira versão deste livro foi forjada sob o título *Refeudalisierung und Rechtsruck Soziale Ungleichheit und politische Kultur in Lateinamerika*, a ser publicado em 2020. O texto alemão foi traduzido para o espanhol e lançado pela editora Transcript em 2019 com o título *Refeudalización: Desigualdad social, economía y cultura política en América Latina en el temprano siglo XXI*, sendo parte das publicações do *Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latino-americanos Avanzados em Humanidades e Ciências Sociais* (CALAS), especialmente da coleção *Afrontar la Crisis (Coping with Crisis)*. Queremos chamar atenção para o fato de que o texto original foi produzido nos anos anteriores a 2019, em decorrência da participação de Kaltmeier em diferentes seminários na América Latina e na Alemanha. Mencionamos isso porque o leitor brasileiro mais atencioso pode perceber em algumas ocasiões dissonâncias com a dinâmica dos fenômenos políticos atuais no Brasil.

Embora feita com base no texto espanhol, a presente tradução para a língua portuguesa segue a divisão em capítulos do original em alemão, que foi usado na correção de algumas impropriedades contidas na tradução espanhola. Antônio Camêlo traduziu o Capítulo 1, o Capítulo 2 e fez a revisão de toda a tradução a partir do original em alemão; Virgínio Gouveia efetuou a tradução dos demais capítulos.

Vale destacar que para o acabamento da edição brasileira foi feito um apontamento das categorias em alemão e em inglês no corpo da obra traduzida. Não menos importante é o fato de que a cuidadosa revisão foi feita de forma presencial – por Antônio Camêlo, junto ao autor, Olaf Kaltmeier, na Universidade de Bielefeld – na Alemanha.

*Antônio Camêlo e Virgínio Gouveia*

# REFEUDALIZAÇÃO

## e guinada à direita: desigualdade social e cultura política na América Latina

---

*Olaf Kaltmeier*

***Coleção CALAS***

*Este livro faz parte de uma coleção especial de ensaios concebidos a partir da investigação interdisciplinar que é realizada no “Maria Sibylla Merian Center for Advanced Latin American Studies in the Humanities and Social Sciences” (Centro Maria Sibylla Merian de Estudos Latino-americanos Avançados em Humanidades e Ciências Sociais - CALAS), onde tentamos fomentar o desafio de analisar aspectos críticos sobre os processos de transformações sociais. O CALAS foi concebido como uma rede com afinidades às perspectivas dos Centros de Estudos Avançados estabelecidos em distintas universidades do mundo e busca consolidar-se como núcleo científico que promove o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos sobre a América Latina e suas inter-relações globais. O Calas funciona em rede; sua sede principal fica localizada na Universidade de Guadalajara (México), e suas subsedes estão localizadas na Universidade de Costa Rica, Flasco Equador e Universidade Nacional de General San Martí na Argentina. As instituições sedes latino-americanas estão ligadas a quatro universidades alemãs: Universidade de Bielefeld, Kassel, Hannover e Jena. Esta associação foi*

*fomentada com um generoso apoio do Ministério Federal de Educação e Investigação na Alemanha.*

*Decidimos publicar esta coleção de livros orientados à análise de problemas sociais, cuja relevância transcende os limites acadêmicos. Trata-se de acentuar a reflexão crítica sobre os conflitos mais agudos na América Latina, como uma contribuição fundamental para gerar diálogos a partir de múltiplas disciplinas e diferentes pontos de vista. O objetivo desta coleção é buscar caminhos para enfrentar as diferentes crises.*

*Com analistas reconhecidos em seus respectivos campos de investigação, os autores desses volumes de ensaios nos convidam a participar de suas reflexões e a multiplicar os efeitos de suas propostas, a partir de sua leitura.*

*Sarah Corona Berkin e Olaf Kaltmeier (Diretores)  
Gerardo Gutiérrez Cham e Hans-Jürgen  
Burchardt (Codiretores)*

# SUMÁRIO

---

CAPÍTULO 1	
REFEUDALIZAÇÃO GLOBAL OU	
“FEUDALMANIA” LATINO-AMERICANA? .....	12
CAPÍTULO 2	
A REFEUDALIZAÇÃO DA ESTRUTURA	
SOCIAL.....	32
CAPÍTULO 3	
A REFEUDALIZAÇÃO DO MODELO	
ECONÔMICO.....	81
CAPÍTULO 4	
IDENTIDADES DE CONSUMO: ENTRE O	
LUXO E A NOVA SERVIDÃO.....	114
CAPÍTULO 5	
CIDADELAS, FORTALEZAS E MUROS.....	136
CAPÍTULO 6	
MILIONÁRIOS NO PODER.....	161
CAPÍTULO 7	
DA REFEUDALIZAÇÃO AO NOVO	
COMUNISMO?.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	202

# CAPÍTULO 1

## REFEUDALIZAÇÃO GLOBAL OU “FEUDALMANIA” LATINO-AMERICANA?

---

Nas últimas décadas, a sílaba “pós” transformou-se num prefixo indispensável para o diagnóstico de nossa época. O auge do “pós-” vai desde a sociedade pós-industrial até o fim das grandes narrativas da pós-modernidade e dos enfoques teóricos como o pós-estruturalismo, o pós-feminismo e o pós-colonialismo. Apesar de todas as diferenças, esses “pós” partilham de uma base paradoxal comum. Por um lado, eles remetem para uma crise do desenvolvimento social atual que já não pode ser compreendida com terminologias e teorias convencionais.

A crise possui um grau de profundidade que se torna possível falar de uma verdadeira mudança de época. O fim da modernidade com suas “grandes narrativas” chegou sem trazer consigo a clareza para compreender a época que virá. Por outro lado, para além da evidente ambiguidade, o prefixo temporal “pós” se refere a um horizonte de expectativas que contém, implicitamente, a utopia de uma promessa futura, a qual aponta para algo que virá depois, algo que ainda está por vir.

Houve uma conjuntura particularmente otimista na América Latina com respeito às abordagens “pós” durante a década dos anos 90 e início dos anos 2000. Com a onda de democratização dos anos 90, as ditaduras militares e os

regimes autoritários foram derrotados. Paralelamente, surgiram novos atores sociais, como, por exemplo, os movimentos indígenas, com posturas pós-coloniais que apontavam para o reconhecimento da pluriculturalidade. No final dos anos 90, numerosos governos de esquerda assumiram o poder com propostas pós-neoliberais, tendo como objetivo principal o fim dos modelos econômicos neoliberais. Com altos índices de crescimento, governos democraticamente eleitos e uma política de inclusão abrangente, a região deixou de ser considerada em crise e passou à condição de uma importante referência nos tempos globais de crises, as quais se manifestaram também no Norte Global (a crise na União Europeia, a crise imobiliária nos Estados Unidos América, para mencionar algumas delas).

Agora, porém, esta etapa parece estar chegando a seu fim. Pode-se observar uma espécie de retrocesso conservador na América Latina em diversos campos da vida social, os quais poderiam ser atribuídos a um tipo de tendência global que pode ser vista em casos como a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e o fortalecimento do populismo de direita na Europa. Os governos instituídos de maneira duvidosa no Brasil<sup>1</sup>, Paraguai e Honduras, o declínio das taxas de crescimento econômico com polarizações sociais, a crise econômica derivada de uma economia extrativista e o surgimento de modelos políticos baseados na *branquitude*

---

<sup>1</sup> Referência ao processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. [N.T. – Nota dos tradutores.]

(“whiteness”)<sup>2</sup> e na colonialidade são apenas alguns dos fatores da atual crise na América Latina.

Neste contexto, é particularmente dramática a crescente concentração de riqueza por parte de um grupo reduzido, o qual continuamente se separa, socioeconômica e culturalmente, do resto da sociedade, ao tempo que ocupa posições de grande influência e poder na economia e na política. A esse grupo, que se concentra entre 1% e 10% da população latino-americana, denominaremos de *aristocracia monetária* (“Geldaristokratie”)<sup>3</sup>. A escolha desse conceito a partir da semântica do feudalismo fundamenta-se na observação de uma crescente refeudalização das condições sociais em nível mundial. O investigador da elite, Hans-Jürgen Krysmanski, em seu livro “0,1% – O Império dos bilionários”<sup>4</sup>, afirma que “o capitalismo está se transformando em um transcapitalismo com estruturas neofeudais” (Krysmanski, 2015, p. 9).

O termo *refeudalização* carece do otimismo que tinha o prefixo “pós”, do qual falamos antes. Em

---

<sup>2</sup> O conceito de *branquitude* remete aqui às raízes históricas do conceito de *branqueamento* (“blanqueamiento” / “whitening”), conceito que faz referência à antiga tese racista difundida no século XIX de que o “branqueamento racial” da sociedade brasileira seria um meio de realizar um avanço sociocultural. De tal modo que o contato com os brancos colocaria em marcha um suposto processo de miscigenação racial que conduziria, por meio do “branqueamento”, a uma superação evolutiva do atraso cultural e racial identificado – de modo racista – com a população negra. [N.T.]

<sup>3</sup> Literalmente se poderia traduzir “Geldaristokratie” por “aristocracia do dinheiro”. Contudo, optamos por “aristocracia monetária”. [N.T.]

<sup>4</sup> “0, 1% – Das Imperium der Milliardäre”. [N.T.]

contrapartida, tal termo aponta para o fato de que mesmo em momentos de convulsão, os ciclos econômicos podem estar conectados com formas e conteúdos do passado, mais do que em princípio se poderia pressupor, coisa perante a qual o “pós” pareceria cético. Colin Crouch, em seu livro “Pós-democracia”, afirma que as reformas da democracia atual são antes um retrocesso a um período feudal pré-democrático (Crouch, 2008, p. 13). Neste sentido, o seu conceito de “pós” carrega um ceticismo, daí que argumente ele, ironicamente, que “nos movemos para além da democracia” (Crouch, 2008, p. 31), não apenas em sentido temporal, mas também em um sentido qualitativo, entrevedo um retorno ao passado feudal na imaginária linha de desenvolvimento.

De acordo com o sociólogo alemão Sigward Neckel, que apresentou esboços mais estimulantes referentes às tendências de refeudalização, gostaríamos de propor uma perspectiva mais ampla:

Enquanto um modelo paradoxal de desenvolvimento social, a perspectiva analítica da “refeudalização” é útil para estudar a mudança social como um todo, quer se trate da erosão das instituições democráticas na pós-democracia ou do neofeudalismo econômico nos mercados financeiros modernos (Neckel, 2013, p. 49).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Seguindo o debate atual em torno da refeudalização, especialmente no marco global do sistema capitalista, ainda que adaptado ao contexto específico da América Latina, serão aqui analisadas cinco dimensões do processo de refeudalização.

A primeira se refere à mudança drástica da estrutura social, a qual se distancia cada vez mais da promessa de igualdade, ou ao menos da igualdade de oportunidades (equidade), que trazia consigo a democracia. Desse modo, Neckel identifica uma refeudalização a nível global da estrutura social e uma desigualdade social que se aprofunda, “com sinais incomparáveis de polarização entre os estratos sociais e uma clara solidificação de origens que remete para uma feudalização significativa” (Neckel, 2013, p. 49)<sup>6</sup>. Este último ponto explica principalmente a imposição de uma aristocracia monetária (o famoso 1%), em detrimento dos 99% restantes da população mundial. Essa transformação da estrutura social é particularmente evidente na América Latina, uma região marcada por uma forte desigualdade social, produto do seu passado e presente coloniais.

Em segundo lugar, existe uma tendência global de refeudalização da economia. Isso pode ser visto de forma clara nos processos de organização econômica e no *status* neofeudal dos grupos econômicos mais poderosos no mercado financeiro. Além dessa tendência global, a América Latina segue marcada pelo domínio dos setores pré-industriais baseados em atividades extrativistas e pela

---

<sup>6</sup> Tradução a partir do original em alemão.

concentração da propriedade da terra. As tendências à refeudalização caracterizam-se pela necessidade de acumulação por espoliação; esta se direciona, principalmente, ao espaço e aos bens de caráter público.

O terceiro aspecto a tomar em consideração são as mudanças profundas em matéria de normas sociais, valores e identidades, que se realizam no atual processo de refeudalização da economia e da estrutura social.

Para Neckel, é fundamental o fato da

Refeudalização dos valores e dos sistemas de legitimação em consequência do mercado financeiro capitalista que conduz à erosão do princípio meritocrático por meio de rendimentos não derivados do trabalho, e da herança e de títulos de propriedade, assim como a refeudalização do reconhecimento das celebridades pelo mecanismo da fama na era dos meios de comunicação (Neckel, 2013, p. 49).

Na atual sociedade de consumo, na qual a construção de identidade está intimamente ligada com o consumismo (Bauman, 2007), o consumo de bens de luxo guiado por uma “comparação invejosa” (“envious comparison”)<sup>7</sup>, que já havia sido analisada por Thorstein Veblen no seu clássico “A teoria da classe ociosa”<sup>8</sup> como um mecanismo social de distinção, é, ao mesmo tempo, um fator central na formação da identidade da aristocracia monetária. Em contraste com isso, levados pelas

---

<sup>7</sup> N.T.

<sup>8</sup> “The Theory of the Leisure Class” [N.T.]

promessas da sociedade de consumo, os setores sociais mais baixos encontram-se submetidos a uma compulsão por crédito, o que conduz a novas formas de servidão por dívida.

Em quarto lugar, temos a fundamental expressão espacial do processo de refeudalização, a saber, o muro. A distinção e a segregação da aristocracia monetária está na sua segregação, não apenas em condomínios exclusivos, mas também em lugares de consumo e circulação de riqueza, os quais estão separados dos lugares públicos de livre acesso. Podem-se observar, neste sentido, dois elementos fundamentais: por um lado, o surgimento das lutas sociais, como acontece no caso de gentrificação; por outro lado, além do processo espacial de segregação, pode ser também percebido, no caso da aristocracia monetária, especialmente no que concerne a modelos arquitetônicos, um processo de retorno a formas e estéticas coloniais.

Uma quinta dimensão do processo de refeudalização corresponde à crescente colonização do campo político por parte desta aristocracia monetária. Neckel destaca, neste caso, iniciativas de caráter assistencialistas e de caridade levadas a cabo por multimilionários, como é o caso da Giving Pledge, promovida por Bill Gates. Neckel vê nisso “um redirecionamento dos bens estatais, o qual reprivatiza as políticas públicas sociais através de fundações e doações, que transformam o Estado de bem-estar social em caridade de caráter privado” (Neckel, 2013, pp. 49-50). Esta tendência é ainda mais acentuada na América Latina. Agora, contudo, não existe apenas uma tendência à pós-

democracia na região (Crouch 2008), segundo a qual a democracia e os processos democráticos de tomada de decisões estão subordinados aos interesses dos grandes grupos econômicos, mas também há uma tendência recente a que milionários de direita alcancem posições de poder e influência política. Isso mostra uma perigosa inclinação em direção à duplicação do poder econômico no campo político, que se caracteriza por um novo despotismo por parte da aristocracia monetária.

Além da discussão em torno das dimensões já mencionadas do processo de refeudalização, torna-se igualmente imprescindível uma aproximação e um acesso conceitual a este processo. Como Esteve Stern deixa claro em sua análise clássica sobre o feudalismo na América Latina, “o diagnóstico da herança colonial feudal” (Stern, 1988, p. 832) remete ao século XIX. Esta persistência colonial tem sua origem, sobretudo, no regime agrário econômico e na persistência de formas de servidão até as décadas de 60 e 70 do século XX.

Neste sentido, José Carlos Mariátegui escreveu em 1928, em seus “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”:

A aristocracia latifundiária da Colônia, dona de poder, conservou intactos seus direitos feudais sobre a terra e, por conseguinte, sobre o índio. Todas as disposições aparentemente direcionadas a protegê-lo não puderam fazer nada contra

a feudalidade subsistente até hoje  
(Mariátegui, 2007, p. 35).<sup>9</sup>

Pode-se encontrar uma linha clássica de debates em torno da relação entre feudalismo e capitalismo nos debates sócio-históricos e sociológicos latino-americanos desde os anos 70 em diante no contexto da teoria da dependência. A conceptualização acerca do feudalismo foi caracterizada por abordagens neomarxistas, que se ocupam com a exploração da força de trabalho (“Arbeitskraft”). Um novo giro nesse debate foi dado pela teoria do sistema-mundo proposta por Immanuel Wallerstein nos anos 70. Wallerstein estabeleceu que a Europa tinha resolvido a crise do feudalismo por meio da expansão ao leste das Américas e da construção posterior de um sistema capitalista global. Com base em uma noção ampla de capitalismo – a exploração da força de trabalho por parte do mercado mundial capitalista –, os representantes da teoria do sistema-mundo argumentaram que nos séculos XIX e XX não se podia falar de feudalismo na América Latina, uma vez que a região já se encontrava inserida na divisão do trabalho no mercado mundial.

Já Ernesto Laclau (1971) argumentou que, apesar da integração ao mercado mundial, isso não mudaria o fato de que existissem ao mesmo tempo diversos modos de produção na América Latina, incluído o feudal, o qual teria sua maior expressão no regime latifundiário. Ainda que neste ponto não seja possível aqui desenvolver

---

<sup>9</sup> Tradução a partir do original em espanhol.

completamente este debate, é importante notar que dentro do sistema-mundo, seguindo a argumentação de Laclau, podem se inter-relacionar diferentes modos de produção. Esta simultaneidade do não simultâneo não é nenhuma relíquia, mas algo essencial ao funcionamento do sistema, como demonstraram os investigadores da *Bielefelder Verflechtungsansatz*<sup>10</sup> através do exemplo da articulação de um sistema de produção de subsistência e do sistema-mundo capitalista (Evers, 1987).

O debate com respeito ao feudalismo e ao capitalismo na América Latina adquire importância no momento de tentar compreender o conceito aqui proposto, a saber, o de refeudalização. Isso é fundamental, já que existe uma tensão entre a história dos conceitos e a história social no que concerne à aplicação de conceitos que surgem em contextos sociais, espaciais e temporais muito específicos – no caso da história da Europa ocidental da modernidade – em um contexto novo como o da América Latina contemporânea.

O historiador de conceitos<sup>11</sup> Reinhart Koselleck fez referência, precisamente, a essa tensão no que tange ao uso do conceito de *feudalismo*:

Com a extensão de conceitos recentes a eventos passados, ou de modo inverso,

---

<sup>10</sup> Uma tradução proposta pelo autor deste livro é de que este termo possa ser entendido como “Escola de Bielefeld sobre a articulação dos modos de produção”. [N.T.]

<sup>11</sup> A “história dos conceitos” (*Begriffsgeschichte*) enquanto atividade institucional nasce na Alemanha, durante a segunda metade do século XX. [N.T.]

com a extensão (como sucede com o uso de feudalismo) de conceitos antigos a fenômenos recentes, são assumidas, ao menos hipoteticamente, semelhanças mínimas na matéria em questão (Koselleck, 1989, p. 128).<sup>12</sup>

A pergunta é: quais são realmente essas semelhanças, quando conceitos como “feudalismo” reaparecem nos debates políticos e culturais atuais? Não é possível proporcionar aqui uma investigação histórico-conceitual do uso do termo (re) feudalização. Sem embargo, chama atenção que conceitos provenientes do semântico do feudalismo sejam usados frequentemente para se referir à distribuição desigual da riqueza e à concentração de poder no contexto do capitalismo global contemporâneo. Podemos pensar em termos como cosmocracia, aristocracia monetária e, por conseguinte, refeudalização. Todos eles não seguem um modelo teórico claro, mas antes possuem um caráter exploratório que permite, supondo uma função sismográfica, perceber fissuras e crises sociais.

No uso atual de conceitos pertencentes ao campo semântico do feudalismo para descrever a sociedade contemporânea, chama atenção que seja escassamente discutido um ponto central no debate sócio-histórico do feudalismo-capitalismo, a saber, o problema da exploração da força de trabalho e o atual estado do trabalho assalariado. Enquanto o problema da nova escravidão pode ser encontrado em algumas regiões da América

---

<sup>12</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Latina – sobretudo no Brasil –, em geral, em tempos de globalização pós-industrial, em uma economia controlada pelas finanças, a exploração da força de trabalho perdeu importância como foco de análise.

Ademais, é provável que exista uma oferta excessiva de força de trabalho não classificada em nível mundial, o que se expressa no surgimento de um setor de trabalho informal e na aparição dos “supérfluos” ou das “vidas desperdiçadas” (Bauman, 2005), o que vai além do debate em torno ao “exército industrial de reserva” do século XIX. Neste sentido, a conceptualização dos processos de refeudalização desenvolvidos aqui não se encaixa no debate sobre o feudalismo e o capitalismo dos anos 70.

Outra forma de abordar política e economicamente a refeudalização pode ser encontrada seguindo as abordagens da teoria da dependência, que analisam a relação entre os centros e as periferias no sistema-mundo capitalista. Alain Supiot vê um giro desde o domínio das leis – no qual todos são tratados como iguais – para o domínio dos indivíduos (por exemplo, corporações, empresas privadas, fortunas individuais). Isso era algo visto no feudalismo e pode ser observado agora nas tendências da refeudalização, em que o poder de pessoas individuais em redes globais se impõe ao poder das leis nacionais. Supiot identifica uma “mudança desde a lei até os compromissos pessoais” (Supiot, 2013, p. 141)<sup>13</sup> na política internacional, o que permite a esta abordagem

---

<sup>13</sup> Tradução a partir do original em inglês.

identificar as reais tendências internacionais em direção à refeudalização.

No presente trabalho, mais que as tendências globais, serão levadas em consideração as dinâmicas regionais na América Latina. Para esse propósito, adquire sentido trabalhar com um conceito menos econômico de refeudalização. Um possível conceito a este respeito pode ser encontrado nos primeiros estudos do filósofo Jürgen Habermas sobre a transformação do espaço público<sup>14</sup> na Europa. Na sua obra-prima sobre tal transformação, ele introduziu o conceito de refeudalização na teoria crítica. Habermas explora, por um lado, a relação entre o público e o comum, e, por outro, a relação entre público e privado. Para ele, o conceito de esfera pública é definido pelo princípio do acesso universal. Nas palavras de Habermas: “Uma esfera pública da qual grupos específicos fossem excluídos *eo ipso* não é apenas incompleta, senão que também não é de modo algum uma esfera pública” (Habermas, 1962, p. 85).<sup>15</sup> Nas sociedades pós-industriais, Habermas identifica uma dinâmica de “debilitação do público” por causa da pressão dos interesses comerciais e de sua penetração mediante estratégias de obtenção de legitimidade política.

Com esta aproximação, é possível manter um enfoque nas mudanças da vida cotidiana, nas dinâmicas sociais e nas políticas de representação já mencionadas.

---

<sup>14</sup> O termo usado por Habermas em suas obras é “Öffentlichkeit”. A tradução em português para tal conceito pode ser tanto a de “esfera pública” como a de “espaço público”. [N.T.]

<sup>15</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Com as cinco dimensões enunciadas, o atual processo de refeudalização tem uma dupla estrutura que pode ser descrita pelo par conceitual de forma e conteúdo. Assim, várias formas sociais da economia atual da refeudalização, por exemplo, no que concerne à polarização da pirâmide social, tornam-se similares àquelas formas pré-democráticas do feudalismo à véspera da Revolução Francesa. Na literatura sociológica sobre refeudalização no sistema capitalista mundial, de Neckel, passando por Tanner, até Piketty, há ênfase nesta homologia das formas sociais.

No presente trabalho, contudo, a perspectiva analítica retoma as formas sociais referentes à refeudalização e ao mesmo tempo amplia a dimensão conceitual do seu conteúdo. Com tal ampliação, deveriam ser as representações e, sobretudo, as expressões político-culturais integradas à análise. Assim, a forma urbana de segregação social pode ser compreendida a partir de vários conteúdos estéticos. Neste contexto, na América Latina podem ser constatadas, sobretudo, referências a estéticas coloniais, tanto na arquitetura como no desenho.

A refeudalização das formas e estruturas sociais relaciona-se diretamente com as correntes atuais da nostalgia (Boym, 2001) e da retrotopia (Bauman, 2017), as quais são particularmente conhecidas na América Latina na apreciação massiva do patrimônio cultural herdado do período colonial, que analisei com o conceito de

retrocolonialidade (*Retro-Kolonialität*)<sup>16</sup> (Kaltmeier, 2011) (Kaltmeier, 2017).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração no uso do conceito de refeudalização diz respeito à periodização histórica e, em último caso, aos fundamentos da filosofia da história. Ao contrário do que acontece com o “pós” – em parte difuso, em parte desenvolvido –, o prefixo “re” faz referência a um vetor temporal relativo a um período que se acreditava ter sido há muito tempo superado. Isso é algo entendido por muitos teóricos da refeudalização como uma regressão paradoxal, como nota Tanner:

A sociedade pós-industrial e pós-fordista da pós-moderna pós-democracia se diferenciava do sistema industrial fordista do capitalismo democrático precisamente porque essa sociedade apresenta elementos feudais, a tal ponto que a tríade esfera pública esclarecida, democracia e capitalismo se transformou em um *nouveau ancien régime* (Tanner, 2015, p. 740).<sup>17</sup>

Essa regressão não pode ser entendida simplesmente como uma volta às formas sociais anteriores, mas antes, como afirma claramente Supiot, como um retorno a elementos feudais: “A noção de ‘refeudalização do direito’, que vários autores têm proposto, não significa um retorno à Idade Média, mas o ressurgimento de uma estrutura legal que com o

---

<sup>16</sup> N.T.

<sup>17</sup> Tradução a partir do original em alemão.

nascimento do Estado-nação pareciam estar obsoletas” (Supiot, 2013, p. 138)<sup>18</sup>. Neste sentido, o conceito de feudalismo não pode ser entendido nem em termos cronológicos, como uma formação social concreta, nem num sentido diacrônico, como um determinado estado de desenvolvimento da sociedade. Escreve Sighard Neckel: “‘Refeudalização’ não se refere a um retorno a uma época passada, nem significa uma volta ao passado. A refeudalização, em particular, não é um estado, mas um processo” (Neckel, 2013, p. 4).<sup>19</sup>

Este processo vem acompanhado por crises sociais e transformações, as quais podem ter uma dimensão performativa. Com respeito à crise de empobrecimento e à simultânea explosão das forças produtivas, Marx assinalou, em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, que a revolução proletária removeria o fardo do passado e se orientaria rumo ao futuro. “A revolução social do século dezenove não pode criar sua poesia a partir do passado, mas apenas do futuro” (Marx, 1978, p. 115).<sup>20</sup> Porém, esta transformação, a qual se orienta pelo futuro, não é, para Marx, de nenhum modo, evidente em si mesma. Ele admite, seguindo Hegel, que os “grandes fatos e personagens da história mundial acontecem duas vezes, por assim dizer”, a saber, “uma vez como tragédia, a outra vez como farsa” (Marx, 1978, p. 115).<sup>21</sup> Marx vê nisso uma tendência em direção a um mascaramento nostálgico.

---

<sup>18</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>19</sup> Tradução a partir do original em alemão.

<sup>20</sup> Tradução a partir do original em alemão.

<sup>21</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Nas crises sociais, os atores envolvidos, “com medo evocam os espíritos do passado para seu serviço, pegando emprestados seus nomes, gritos de guerra e costumes, a fim de interpretar a nova cena da história mundial com um disfarce honrado e uma linguagem emprestada” (Marx, 1978, p. 115).<sup>22</sup> Esta tendência se vê refletida hoje no patrimônio global e nas modas retro na América Latina relacionadas com a apreciação especial do patrimônio (estético) colonial. Isso mostra que o horizonte de expectativas das elites sociais é, com respeito ao futuro, pouco otimista, visto que recorre ao passado para assegurar seu estado de prosperidade atual.

Com tal compreensão da refeudalização, é indispensável pensar sobre a temporalidade. Colin Crouch descreveu no conceito de *pós-democracia* uma curva parabólica, cujo ponto mais alto de desenvolvimento se encontra nos Estados de bem-estar das democracias ocidentais, enquanto hoje se pode observar uma tendência à decadência, algo similar aos tempos do absolutismo. A diferença fundamental entre essas experiências de mundo mencionadas está na experiência acumulada e na memória adquirida com respeito aos valores democráticos, porquanto “carregamos nosso passado recente conosco” (Crouch, 2008, p.11).

Isso soa problemático. Em primeiro lugar, Crouch apresenta, a partir da péssima tradição dos modelos eurocêntricos de fases e de desenvolvimento, as modernas democracias da Europa ocidental como o ponto máximo

---

<sup>22</sup> Tradução a partir do original em alemão.

de referência da democracia. Em segundo lugar, ele sugere uma matematização dos processos históricos, deixando pouco espaço para a explicação de padrões regionais de dinâmicas locais. Em terceiro lugar, esta história simplifica a qualidade democrática na linha do tempo, de modo que as diferenças e a interdependência de centro e periferia não são levadas em consideração. Em quarto lugar, toda vez que este argumento estabelece um claro ponto de diferença, este modelo dificilmente permite o desenvolvimento inovador nos conceitos, o que demonstra, particularmente, o último capítulo de seu livro, quando são discutidas soluções para a crise da democracia.

Ao contrário disso, parece mais significativo pensar em entrelaçamentos de temporalidades, de modo análogo ao entrelaçamento dos modos de produção. Especialmente na situação atual da América Latina, a presença e a coexistência de diferentes tempos são algo evidente. Sobretudo a continuação e a permanente renovação da colonialidade como fenômeno de longa duração é que deveriam ser destacadas aqui (Mignolo, 2000; Moraña, Dussel e Jáuregui, 2008; Quijano, 2008). Seja como for, a colonialidade não pode ser entendida como um período de tempo fixo, mas, longe disso, e historicamente, como diferentes situações de colonização e descolonização, tal como demonstrei por meio do exemplo de um lugar na serra equatoriana (Kaltmeier, 2016).

Levando em consideração o argumento que se desenvolve neste longo ensaio, é importante que a atual conjuntura da refeudalização tenha uma ampla dimensão e

que se estenda sobre todo o sistema-mundo capitalista. Ao mesmo tempo existem, igualmente, formas regionais e específicas. Para a América Latina é central o entrelaçamento entre a atual reestruturação econômica e as profundas estruturas coloniais.

O debate colonial que se desenvolveu nos estudos pós-coloniais não significa um retrocesso à “*feudalmania*” (Grosfoguel, 2008, p. 307) dos anos 60 e 70, haja vista que neste debate as estruturas feudais se relacionavam, principalmente, num padrão de desenvolvimento universal, no qual o desenvolvimento social deveria percorrer as mesmas fases em todo o mundo, como se fosse algo natural. Ramón Grosfoguel argumenta que a “feudalmania foi um dispositivo de ‘distanciamento temporal’ para produzir um conhecimento que negava a coexistência na mesma temporalidade entre a América Latina e os assim chamados países europeus avançados” (Grosfoguel, 2008, p. 208).<sup>23</sup>

Antes, a partir da *feudalmania*, foi construída uma espécie de distância espaço-temporal entre regiões, na qual aquelas supostamente subdesenvolvidas podiam recuperar o atraso. Isso agora é diferente. Atualmente, no contexto mundial da refeudalização, não se concebe uma superação utópica do atraso por meio do progresso. Em lugar de recuperar o atraso, um corte, uma exclusão.

O presente ensaio político apresenta, a partir das cinco dimensões da refeudalização já mencionadas, qual o potencial que esta perspectiva analítica pode ter.

---

<sup>23</sup> Tradução a partir do original em inglês.

Particularmente, o conceito se mostrou frutífero no momento de analisar conjuntamente posições críticas com relação às tendências sobre as crises sociais atuais, as quais, até agora, foram apenas poucas vezes conectadas. De igual maneira, o presente ensaio convida a refletir sobre as mudanças históricas e os entrelaçamentos temporais e espaciais no contexto do sistema capitalista mundial. Por último, este estudo busca contribuir com elementos que permitam superar o aumento da desigualdade social, das exclusões culturais e espaciais, da degradação ecológica e da tendência ao despotismo que estão associados aos processos de refeudalização.

# CAPÍTULO 2

## A REFEUDALIZAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

---

A primeira dimensão compartilhada por todos os autores acerca da hipótese da refeudalização é a refeudalização da estrutura social, que se expressa especialmente numa extrema desigualdade social. Esta tendência pode ser vista em diferentes escalas especiais, começando com a distribuição mundial de riqueza. Neste ponto, o movimento Occupy Wall Street, crítico do capitalismo, tem o mérito de ter posto na mira o 1% das pessoas mais ricas do mundo. A organização não governamental Oxfam ressaltou essas grandes desigualdades sociais em nível global no seu relatório de janeiro de 2017, “Uma economia para os 99%” (“An Economy for the 99%”)<sup>24</sup>, introduzindo tal problemática no amplo debate político (Oxfam, 2017).

Desde 2015, o 1% mais rico do mundo acumula mais riqueza que todo o resto da população mundial em seu conjunto. Isto, explicado de maneira gráfica, significa que oito homens (o gênero também joga um importante papel nisso)<sup>25</sup> possuem a riqueza equivalente a 3,6 bilhões de pessoas, ou, em outras palavras, têm uma riqueza

---

<sup>24</sup> N.T.

<sup>25</sup> Com isso nos referimos a Bill Gates, Amancio Ortega Gaona, Warren E. Buffett, Carlos Slim Helú, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Lawrence J. Ellison e Michael R. Bloomberg.

equivalente à da metade da população mundial. Especialmente nas últimas décadas, o número de multimilionários cresceu significativamente, chegando em 2015 a um total de 2.473 (Wealth-X, 2016, p. 2). A média da riqueza deste grupo de bilionários é de 3,1 bilhões de dólares, com um poder de liquidez de 6 bilhões (Wealth-X, 2016, p. 16).

O surgimento da hiper-riqueza é um fenômeno em escala mundial e não se limita apenas à América do Norte e à Europa ocidental. No Sul o número de bilionários cresceu com surpreendente rapidez, tanto na América Central como na América do Sul e no Caribe. Wealth-X relata que no ano de 2014 a região onde mais cresceu a quantidade de multimilionários foi a América Latina. De fato, pode-se afirmar que nesta região o fenômeno se desenvolveu com mais força que no resto do mundo. Os multimilionários latino-americanos, em contraste com seus pares das outras regiões do mundo, estão acima da média. Com 6,2 bilhões de dólares, o México é o país com a maior média de riqueza entre os multimilionários no mundo, o que é explicado, principalmente, pela fortuna de Carlos Slim. Em seguida está o Brasil, com uma média de 5,2 bilhões de dólares, apesar das grandes perdas de Eike Batista (Wealth-X, 2013). O bilionário brasileiro-alemão, cuja riqueza estava avaliada em 35 bilhões de dólares no final da primeira metade da década de 2000, sendo o sétimo bilionário na lista *Forbes* dos mais ricos do mundo, perdeu 99% de seus bens entre 2012 e 2013, o que reduziu sua atual fortuna para apenas 200 milhões.

Apesar de que os números do *ranking* se baseiem em um suposto cálculo de centavo a centavo da propriedade, deve-se advertir que os gráficos, as tabelas e os números não são muito precisos neste caso. As quantias estão baseadas apenas em estimativas das propriedades, estimativas que possuem imprecisões (Piketty, 2014, pp. 544-561). No campo da investigação da riqueza, existem problemas de dados e medições, o que é particularmente visível na América Latina e no Caribe. Para além dos dados mencionados nas estatísticas das listas de bilionários, pode-se afirmar que somente existe evidência confiável com respeito aos bens e propriedades dos 10% mais ricos. Se, por um lado, entre os super-ricos há uma tendência a ostentar sua riqueza, por outro lado há imprecisão com relação ao valor real dos seus ativos e bens, o que se deve ao segredo em torno dos paraísos fiscais e às operações fiscais pouco claras.

O ativo mais importante dos multimilionários compreende, geralmente, a participação destes em *holdings* de sociedades e conglomerados privados. Além de suas receitas econômicas, tais empresas exercem uma forte intervenção no campo político através de *lobby*, patrocínio e influência direta. Uma parte importante dos ativos é conhecida como líquidos; estes representavam em 2015, segundo as previsões de Wealth-X, 20% do total dos ativos, o que equivale a 600 milhões de dólares (Wealth-X, 2016). Esse “dinheiro na carteira à disposição”

(“Portokasse”)<sup>26</sup> de apenas um cosmocrata é maior do que Produto Interno Bruto (PIB) de Dominica, uma nação situada na região do Caribe com 75 mil habitantes. Outra parte dos ativos (5%) corresponde a bens imobiliários e artigos de luxo. Wealth-X resumiu isso da seguinte maneira: “O típico bilionário possui, ao menos, quatro propriedades, cada uma delas valendo, em média, 23,5 milhões de dólares” (Wealth, 2014, p. 17).<sup>27</sup> Os artigos de luxo e, sobretudo, os bens imobiliários são considerados investimentos seguros em tempos de crises econômicas. Esses artigos e bens são parte fundamental do estilo luxuoso de vida dos bilionários, ao qual se acrescentam carros esportivos, carros antigos, iates, jatos particulares, obras de arte e joias.

Além dos relatos feitos pela imprensa acerca do mundo dos “ricos e bonitos”, pode-se afirmar que não existe quase nenhum estudo sério a respeito do estilo de vida e do mundo dos 10% mais ricos. Levando isso em consideração, é basilar uma análise sociológica que não apenas contenha informação de caráter socioestrutural. Uma exceção é o estudo de Hans-Jürgen Krymanski (2015), que afirma que a aristocracia monetária não é um grupo isolado e autossuficiente, mas baseado numa complexa rede de outros campos de trabalho. Krysmanski propõe a imagem de um “castelo concêntrico”, metáfora com intencionais conotações feudais (Krysmanski, 2015,

---

<sup>26</sup> Traduzimos este termo – “dinheiro na carteira à disposição” – como sendo aquilo que uma pessoa pode ter na carteira e que não faria supostamente falta se fosse usado em qualquer momento. [N.T.]

<sup>27</sup> Tradução a partir do original em inglês.

p. 37), que visa apresentar como a real elite econômica necessita estar rodeada de outros grupos, de modo parecido como as elites financeiras e corporativas, que por sua vez estão cercadas pela elite política e científica *ad hoc*.

Com semelhante semântica feudal, o sociólogo suíço e ex-Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direito à alimentação, Jean Ziegler, refere-se ao grupo de altos executivos como um conjunto de novos príncipes globais que se apoiam em vassalos. Estes modelos têm como objetivo compreender as diferentes funções e partes dentro desse grupo, cujas regras internas de possibilidade de ascensão ou descenso social, seus processos de formação de identidade e ideias normativas, bem como a sua forma de vida, não foram explorados pela teoria social.

Da mesma maneira, além dessas preocupações sociológicas, está o problema histórico da acumulação e concentração de riqueza, bem como a formação de grupos em torno delas. Especialmente as metáforas da aristocracia e da refeudalização sugerem que a concentração de riqueza quase que “desde sempre” existiu, o que não se pode negar, particularmente em relação aos palácios aristocráticos dos vice-reinos latino-americanos ou os palácios do “Gilded Age” (“Era Dourada”) estadunidense. Seja como for, de acordo com os números, poder-se-ia afirmar que a concentração de riqueza após a crise do fordismo, do colapso da União Soviética e da imposição do neoliberalismo global, desenvolveu-se rapidamente.

No que se refere aos Estados Unidos, o economista Thomas Piketty mostrou que, durante os últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres não aumentou; já a renda do 1% dos mais ricos se multiplicou por trezentos (Piketty, 2014). O mesmo pode ser observado na América Latina, região onde a disparidade com respeito à desigualdade social é cada vez maior e onde, durante os últimos cinco anos, as riquezas dos bilionários cresceram 21% ao ano, o que corresponde a seis vezes mais que o PIB da região.

Junto com a imensa acumulação de riqueza referente à parte do 1% mais rico, a crise histórica da classe média aparece como uma das expressões evidentes da extrema desigualdade de renda e de distribuição de riqueza. Piketty argumenta que a verdadeira inovação do Estado de bem-estar da economia fordista no período posterior à Segunda Guerra Mundial foi a criação de um setor de classe média no qual se concentra 40% da população dos Estados de bem-estar no Ocidente. Sem embargo, com as terapias de choque neoliberal da década de 1980, cuja aplicação política está ligada tanto aos nomes de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Augusto Pinochet, assim como a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, boa parte da classe média foi pulverizada em muitos lugares. Sobretudo o setor mais baixo, composto por trabalhadores industriais com emprego formal, foi confrontado com o rebaixamento social proveniente dos programas de ajuste e da lógica capitalista de exploração global.

Desse modo, em muitos países a morfologia da estrutura da desigualdade social tem semelhanças com o período histórico do Antigo Regime na Europa Ocidental. Na véspera da Revolução Francesa, os estamentos da sociedade francesa se constituíram de 1% a 2% de nobres, 1% de clero e 97% daqueles pertencentes ao Terceiro Estado. Os mais ricos (1%) concentravam entre 50% e 60% da riqueza total (Piketty, 2014, pp. 313-330), o que é extremamente parecido com a estrutura atual da desigualdade mundial. Somente por isso, no que corresponde à forma da estrutura social extremadamente polarizada, na qual a promessa da democracia burguesa referente à igualdade – ou pelo menos à equidade – foi abandonada, é que se pode falar de uma acentuada tendência em direção à refeudalização.

## 2.1 Refeudalização da estrutura social na América Latina

Pode-se observar uma tendência em direção à refeudalização massiva da estrutura social na América Latina. Na década de 1990, o coeficiente de Gini<sup>28</sup> de distribuição de renda na região era de 0,522, enquanto na Europa Ocidental era de 0,342 e na Ásia de 0,412. Isso evidencia que a desigualdade na distribuição da

---

<sup>28</sup> O coeficiente de Gini é uma medida estatística que serve para mensurar a distribuição da desigualdade. Ele leva em consideração um valor entre 0 (com uma distribuição uniforme, isto é, cada elemento do grupo tem a mesma proporção) e 1 (com desigualdade máxima, isto é, todos os valores, como renda ou posse de terras, concentradas numa só pessoa).

riqueza na América Latina é maior quando comparada com outras regiões do mundo, tendo em conta que o 1% mais rico concentra 48% da riqueza total, enquanto os 10% com menos recursos apenas possuem 1,6% (De Ferranti *et al.*, 2004).

Apesar de as desigualdades sociais serem um aspecto geral da América Latina, podem-se observar diferenças entre os países da região. Ao passo que na década de 1990, países como Brasil, Chile e Colômbia se caracterizavam por terem a maior taxa de desigualdade social, outros países, como Uruguai, Costa Rica e Venezuela, tinham uma distribuição de renda mais equilibrada. Os cientistas sociais Alejandro Portes e Kelly Hoffman realizaram uma das poucas tentativas de estudar e analisar mais a fundo os setores mais seletos das sociedades latino-americanas. Com isso chegaram à conclusão, em 2000, de que a parte superior da classe capitalista se constitui de um número que gira em torno de 0,85% (Panamá) a 2,2% (Colômbia) da população. Segundo Portes e Hoffman, a classe dominante, isto é, capitalistas, executivos e gerentes, representa um total ao redor de 5,2% (Brasil) e 13,9% (Venezuela) da população. Há, então, dois segmentos, um correspondente ao aqui nomeado 1%, e outro segmento que corresponde aos 10% mais ricos – ambos se somam aos 10% a nível global. Em seguida, verifica-se uma tênue classe média, o que permite aos mencionados cientistas sociais afirmar que “estes números implicam que as classes subordinadas, entendidas no sentido amplo, correspondem a

aproximadamente 80% da população latino-americana” (Portes/Hoffman, 2003, p. 51).<sup>29</sup>

Logo em seguida apresenta-se, de modo geral, como esta tendência em direção à refeudalização se consolidou na América Latina nos últimos anos. Contudo, antes de apresentar isso, é necessário fazer menção, ainda que brevemente, à história econômica e ao desenvolvimento da desigualdade também econômica na região durante o século XX (ver Kaltmeier, 2013/Boris *et al.*, 2008/Torp, 1998).

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a região foi configurada pela economia global do fordismo da década de 1940 e que, como resultado da política de industrialização por substituição a importações e da expansão da burocracia estatal, houve um aumento da classe média com o surgimento de funcionários, trabalhadores independentes e trabalhadores com empregos formais. Em resposta à crise do modelo de exportação agrícola como consequência da Grande Depressão de 1929, foram implementados modelos de desenvolvimento nacional por toda a América Latina. Tais modelos foram desenhados para incentivar a industrialização por substituição a importações. Os projetos de Juan Domingo Perón (Argentina), Víctor Raúl Haya de la Torre (Peru), Getúlio Vargas (Brasil) e Lázaro Cárdenas (México) devem ser aqui mencionados. Este modelo de desenvolvimento social continuou até o início

---

<sup>29</sup> Tradução a partir do original em inglês.

da década de 1980 com distintas características entre os países da região.

A partir desta política de industrialização pode-se constatar um crescimento da classe trabalhadora urbana. Na década de 1960, a maioria da população economicamente ativa na América Latina não se encontrava mais no setor agrário. Em lugar disso, no período de que vai de 1960 a 1980, o proletariado industrial esteve no seu apogeu político e econômico. Politicamente, isso se refletia no crescente grau de organização dos sindicatos industriais. Sem embargo, deve-se assinalar o fato de que o proletariado industrial, se comparado com os processos de desenvolvimento nos EUA e da Europa, era relativamente menor. Por outro lado, historicamente, a composição da classe trabalhadora se caracterizou por uma alta taxa de um proletariado urbano informal, que em sua maioria não subsistia através das relações de trabalho formais (Portes, 1985). Nas regiões rurais, as relações de dependência quase feudais, as que foram determinadas pelas fazendas e outros tipos de latifúndios foram corrigidas ao longo dos processos de reformas agrárias nas décadas de 1960 e 1970, as quais, contudo, foram uma redistribuição limitada das terras que, em muitos casos, trouxe como resultado a modernização da propriedade e das estruturas de exploração nas zonas rurais, desenvolvendo a semiproletarização da migração urbana e rural. É importante mencionar que a América Latina foi considerada, exatamente desde a década de 1960, a região com maior desigualdade social do mundo (Deininger/Squire 1996).

Estas primeiras aproximações da conformação de uma classe média foram destruídas por causa dos ajustes estruturais neoliberais da década de 1980 (Boris *et al.*, 1998). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por volta do final da década de 1990, metade da população economicamente ativa do continente latino-americano trabalhava no setor informal, o que se deve à implementação de políticas de privatização e de promoção do microempreendedorismo.

Portes e Hoffman relatam que:

O surgimento do proletariado informal é reproduzido em quase todos os países da região e pode ser interpretado como uma contrapartida popular do empreendedorismo forçado, imposto aos antigos assalariados pelas novas políticas econômicas. Uma proporção considerável da classe trabalhadora informal é formada por trabalhadores-vendedores por conta própria, e outra por pessoal pouco qualificado, que é forçado a sobreviver através das formas menos remuneradoras de empreendimento (Portes/Hoffman, 2003, p. 50).<sup>30</sup>

Produto do crescimento do proletariado informal, a proporção de funcionários públicos diminuiu nos anos de 1990 em quantidade semelhante à de trabalhadores empregados formalmente. No final da década de 90, a estrutura social se polarizou a tal ponto que adquiriu uma

---

<sup>30</sup> Tradução a partir do original em inglês.

forma parecida com a de sociedades binárias do período colonial.

Um exemplo particularmente importante do rápido declínio da classe média pode ser encontrado na transformação da estrutura social na Argentina logo depois da crise de 2001. Com o fim da relação “um peso um dólar” (1 peso = 1 dólar), foi posta em marcha uma crescente inflação e desvalorização da poupança bancária, ocorrendo uma queda na economia de aproximadamente 20%. As pequenas e médias empresas entraram numa profunda crise, a ponto de que muitas encerrarem suas atividades (Svampa, 2008, p. 53). Nesse momento, grande parte da classe média se viu economicamente precarizada, apesar de ter um alto capital cultural, o que foi descrito, na literatura das ciências sociais, como “nova pobreza” (Del Cueto/Luzzi, 2010, p. 36). Sem embargo, não apenas se pode falar de vítimas desta crise, pois os oligopólios dos setores financeiros e de serviços se viram beneficiados. Enquanto a proporção dos negócios tradicionais caiu de 57% para 17%, entre 1984 e 2001, os supermercados aumentaram sua presença no mercado, de 27% para 53% no mesmo período (Svampa, 2008, p. 55).

Com a passagem do milênio ocorreram mudanças significativas na estrutura social. No início do século XXI, quase em toda América Latina e Caribe, houve um notável auge de governos de esquerda, que propunham um distanciamento das políticas econômicas neoliberais. O ponto mais alto deste auge aconteceu na metade da primeira década de 2000 com os governos de Hugo Chávez (Venezuela), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil),

Néstor Kirchner (Argentina) e Evo Morales (Bolívia). Com esses governos no poder, houve uma política social mais ativa, particularmente efetiva na luta contra a pobreza. No contexto de um ciclo econômico favorável com altas taxas de crescimento, os governos de esquerda estiveram em condições de ampliar o gasto social e aumentar o salário mínimo. Isso conduziu a uma elevada mobilidade na classe média, enquanto as classes mais pobres se beneficiaram com os programas especiais de assistência social.

Algo similar pôde ser visto no Chile, no governo de Michelle Bachelet, uma representante moderada dos *pink tide*<sup>31</sup>, onde, apesar de uma continuidade das políticas neoliberais, houve um desenvolvimento nas políticas e programas sociais. Se na década de 1990 a desigualdade social aumentou e a pobreza atingiu 20% da população, o Estado chileno conseguiu reduzir significativamente esta porcentagem durante a primeira década de 2000. De 2003 a 2006, a pobreza diminuiu 5%, com uma queda de 18,7% para 13,7%. Em 2013 a taxa de pobreza era de apenas 7,8% (Larrañaga/Rodríguez, 2015, p. 17), o que se pode explicar a partir de uma crescente atividade redistributiva em torno de políticas sociais.

Num estudo a respeito da eficácia das heterodoxas políticas econômicas adotadas pelos governos de

---

<sup>31</sup> “Onda rosa” ou “Guinada à esquerda”, assim se pode traduzir tal expressão, utilizada para entender o fenômeno de governos de tipo “progressista” ou de “esquerda”, que apareceram na região latino-americana logo após a vitória de Hugo Chávez na Venezuela. [N.T.]

esquerda, os cientistas sociais Francesco Bogliacino e Daniel Rojas concluíram que:

Em termos de hipóteses causais, os dados parecem apoiar a ideia de que a nova esquerda teve um impacto indireto em toda a região, na medida em que impulsionou políticas redistributivas mais fortes. Isto sugere que o efeito Chávez, para oferecer um possível rótulo, superou a orientação política de governo responsável (Bogliacino/Rojas, 2017, p. 31).<sup>32</sup>

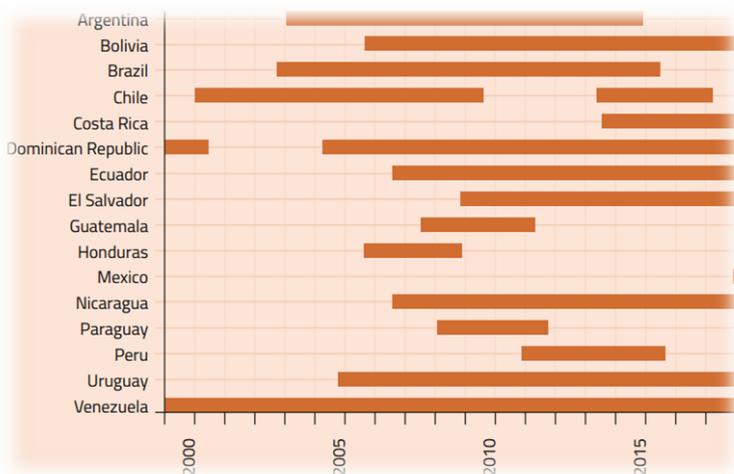
O cientista político Hans-Jürgen Burchardt aponta no mesmo sentido:

Enquanto a crise global afetou as nações industrializadas, a América Latina vivenciou um milagre econômico. Não poucos cientistas políticos e organizações, que durante décadas haviam previsto o fracasso do desenvolvimento baseado na exploração de matérias-primas, denominado de “maldição dos recursos naturais”, agora enfatizavam o potencial deste neoextrativismo democrático (Burchardt, 2016, p. 7).<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>33</sup> Tradução a partir do original em alemão.



**Gráfico 1.** Governos de Esquerda na América Latina, 1995-2017.

Fonte: Wikipedia:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Pink\\_tide](https://en.wikipedia.org/wiki/Pink_tide).

Apesar dos seus êxitos, a sustentabilidade dos programas e políticas sociais dos governos de esquerda ainda está sendo posta à prova pela história. Torna-se cada vez mais evidente que redução da desigualdade social se baseia na redução da porcentagem de pobreza. Os governos de esquerda foram capazes de sustentar isso por um longo período apenas com base nos programas estatais de subsídios, os quais foram financiados graças a uma conjuntura econômica favorável. No entanto, quase não houve medidas significativas para uma redistribuição da riqueza social.

Os programas estatais de ajuda social foram financiados no contexto do auge do neoextrativismo e, particularmente, graças aos lucros provenientes da exportação de matérias-primas como o petróleo e o

azeite de dendê. Com a queda dos preços das matérias-primas na segunda década do século XXI e a crise econômica, parcelas inteiras que haviam ascendido na década anterior sofreram um declínio na estrutura econômico-social.

Por outro lado, os 10% mais ricos não foram afetados pelo processo de declínio social. O período dos governos de esquerda – no qual a imprensa conservadora teve a possibilidade de se referir ao horror de uma igualdade comunista, algo que já fora utilizado durante a Guerra Fria – não apresentou nenhuma ameaça à aristocracia monetária. Paradoxalmente, de acordo com os dados da agência de serviços financeiros Capgemini (2017), durante o período dos governos de esquerda, o número de bilionários, ao invés de diminuir, aumentou. De 2008 a 2016, o número de super-ricos (*high-net-worth individuals* [HNWI])<sup>34</sup> na América Latina aumentou de 420 para 560.

Wealth-X explica este aumento do número de bilionários na região por questões de mudanças demográficas. A América Latina é a região na qual os bilionários possuem uma média de idade mais alta, de modo que nos últimos anos houve uma transferência de riqueza de uma geração para outra. Assim, o número de bilionários aumentou, sem que o mesmo já ocorrido, hipoteticamente, com a riqueza total (ativos totais) (Wealth-X, 2014, pp. 8-9). Essa transferência de

---

<sup>34</sup> A expressão utilizada serve para uma determinada classificação feita por empresas de serviços financeiros e significa “indivíduo de alto patrimônio líquido”. [N.T.]

riqueza de uma geração para outra aponta para um problema fundamental de muitas sociedades latino-americanas, o qual não foi ainda abordado com eficácia durante o período dos governos de esquerda, a saber: a deficiente, ou inexistente, política de impostos sobre a herança.

Burchardt descreve, precisamente, as falhas dos governos de esquerda durante a fase de auge econômico:

Também durante a fase de auge econômico, não foi implementada nenhuma medida de redistribuição a longo prazo. O sistema de impostos quase não foi modificado. A taxa regional de impostos corresponde apenas à metade da aplicada na Europa, a maioria dos impostos depende da circunstância ou, como no caso do IVA<sup>35</sup>, são de caráter regressivo, o que afeta, particularmente, a população de menor renda. Para a elite empresarial, sem embargo, a América Latina continua sendo um paraíso fiscal: a tributação continua diminuindo para esta classe, chegando a representar, em 2013, apenas 3,5% da arrecadação total dos impostos. Em geral, os efeitos da redistribuição na região, relacionados com os impostos, é menor que 10% (na Alemanha é aproximadamente de 40%). Algumas reformas tributárias particulares, como as da Argentina e do

---

<sup>35</sup> IVA é a sigla usada para “Imposto sobre o valor agregado”. [N.T.].

Equador, se desvirtuaram ou fracassaram (Burchardt, 2016, p. 7).<sup>36</sup>

**Tabla 1. Multimillonarios en América Latina y el Caribe, 2014-2013**

Rank		Number of billionaires, 2014	Total wealth US\$ billion, 2014	Number of billionaires, 2013	Total wealth US\$ billion, 2013	Population change %	Wealth change%
	World	2 325	7 291	2 170	6 516	7.1%	11.9%
	Latin America	153	511	111	496	37.8%	3.0%
1	Brazil	61	182	50	259	22.0%	-29.7%
2	Mexico	27	169	22	137	22.7%	23.4%
3	Chile	21	49	17	40	23.5%	22.5%
4	Peru	9	15	3	5	200.0%	200.0%
5	Bermuda	7	24	4	13	75.0%	84.6%
6	Argentina	7	13	7	15	0.0%	-13.3%
7	Venezuela	6	10	2	5	200.0%	100.0%
8	Colombia	5	28	2	16	150.0%	75.0%
9	British Virgin Islands	2	3	1	1	100.0%	200.0%
10	Guatemala	2	3				
11	El Salvador	2	2				
	Other	4	10	3	5	33.3%	160.0%

**Fonte:** Wealth-X (2014, p. 82).

O modelo explicativo para o aumento do número de bilionários pela transferência de herança não é, contudo, suficiente para explicar o atual crescimento deste grupo, porque no período de 2000 a 2008, na América Latina, não apenas aumentou o número de bilionários – como pretende explicar a tese da herança –, mas também a quantidade de ativos disponíveis. Enquanto no ano 2000 o HNWI<sup>37</sup> foi de 3,2 trilhões de dólares em ativos privados, este número chegou, em 2008, a 5,8 trilhões de dólares. No contexto mundial, a região latino-americana tem disparadamente a taxa mais alta de crescimento deste tipo de ativos: 81% (seguida

<sup>36</sup> Tradução a partir do original em alemão.

<sup>37</sup> “High-net-worth individuals”. [N.T.]

por 40% no Oriente Médio) (Beaverstock, 2012, p. 382).

Existe, no entanto, uma diferença significativa na distribuição destas grandes fortunas entre os países da região. Consideremos, como ponto de partida, o ano de 2014. Com 61 bilionários, o Brasil é o país com maior porcentagem; logo depois estão o México, com 27, e o Chile, com 21. Uma divisão regional similar pode ser observada na América Latina como um todo. A maior quantidade de bilionários latino-americanos está no Brasil e no México; em seguida estão no Chile, Colômbia, Argentina e Peru. Já a menor quantidade de milionários está nos países andinos, como Equador e Bolívia, nas Guianas e no Uruguai, sendo este último conhecido por seu sistema de seguridade social.

Embora existam profundas razões históricas na formação de uma aristocracia monetária nos países mencionados, outros países da região estão, da mesma maneira, experimentando um rápido processo com características parecidas. Nas Bermudas, por exemplo, o número de bilionários subiu de 4 para 7 entre os anos de 2013 e 2014. Deste modo, a ilha tem, junto com Liechtenstein, a concentração demográfica mais alta do mundo, apesar de que nenhum dos multimilionários haja nascido nesse país. Em casos como o das Bermudas, a extrema concentração de riqueza está fundamentada mais na imigração que em práticas endógenas históricas.

Obviamente, a concentração de riqueza não se limita aos bilionários. Apenas nos sete países latino-

americanos com a mais alta concentração de riqueza vivem mais de 500 mil milionários, cujo *ranking* é liderado pelo Brasil, que possui 191.703 mil milionários; a seguir, o México, com 164.014 mil. Na sequência, está o Chile, com 44.141 mil.

Tabla 2. Millonarios en siete países latinoamericanos, 2014	
Ranking de millonarios en América Latina	
País	Número
Brasil	191 703
México	164 014
Chile	44 141
Colombia	38 216
Argentina	35 860
Perú	24 057
Paraguay	5 935
Total	503 926

Nota. Adaptado de “Wealthinsight: Países de América Latina que tienen más millonarios, 2014”. *Peru.com*. Recuperado de <http://peru.com/Actualidad/economia-y-finanzas/wealthinsight-paises-america-latina-mas-millonarios-noticia-276952>

**Fonte:** Gamboa/Dextre (2016, p. 19).

Neste ponto, não é possível traçar de modo rigoroso a distribuição dos milionários no interior dos respectivos países da região. Levando em consideração as estruturas sociais de alguns desses países, é claro que há uma alta polarização socioespacial nas metrópoles, tais como São Paulo, Cidade do México, Rio de Janeiro e Santiago do Chile. Em menor escala, também se poderia afirmar que os super-ricos estão concentrados nos bairros mais reservados das grandes cidades latino-americanas, onde é possível observar uma separação socioespacial baseada na autossegregação, de um modo

similar ao das fortificações dos castelos na Europa medieval.

## 2.2 A aristocracia monetária na América Latina

Muitos dos trabalhos de cientistas sociais sobre a polarização social se limitaram à análise das estatísticas de renda e riqueza. Aqui, queremos dar nomes e rostos aos números, o que não significa que tentamos desvendar os gostos e estilos de vida dos “ricos e famosos”. Trata-se de desvendar as dinâmicas históricas do surgimento da aristocracia monetária na América Latina.

Os padrões e manifestações de desigualdade social na região possuem profundas raízes históricas. Estas podem ser rastreadas desde o período colonial, quando, logo depois da conquista espanhola, no último terço do século 16, surgiu uma sociedade etnicamente dividida, uma sociedade na qual a “república dos espanhóis” se opunha à “república dos índios”, onde conviviam de mãos dadas o racismo e a exploração da força de trabalho indígena e afro-americana, praticados por uma pequena elite de brancos *criolos* (Sokolof/Engerman, 2000, p. 217-32).

Após a independência dos países latino-americanos na década de 1820, esta desigual estrutura social não apenas permaneceu, como também se aprofundou. O peruano Aníbal Quijano (2008) formulou o termo *colonialidade* para este fenômeno de

*longue durée*<sup>38</sup>, cujo resultado é uma divisão da estrutura social baseada na separação racista do trabalho. Cabe assinalar que a colonialidade faz menção, por um lado, a elementos estáveis, histórico-estruturais, mas, por outro lado, está sujeita a um constante processo de mudança, devido aos permanentes ciclos econômicos de colonização e descolonização (Kaltmeier, 2019).

Este paradoxo da “continuidade na mudança” (Frank, 1969) aplica-se, de igual maneira, à formação das elites. A classe dirigente na América Latina é derivada, em sua quase totalidade, da elite *criola*, com exceção, talvez, em casos como o da chegada ao poder pelo dirigente sindical e indígena Evo Morales na Bolívia (Espinoza, 2013). Ainda que as nações latino-americanas hajam se tornado independentes da Coroa Espanhola, elas foram incapazes de romper com a estrutura da bifurcação social própria da colônia. Nas teorias sociológicas sobre a elite, é frequentemente destacado que, apesar da continuidade, esta também é passível de mudanças, as quais podem conduzir a modificações parciais na composição das elites (Rovira, 2009). Seja como for, esta mudança é, segundo Paul Pierson (2004), um “processo de longo prazo” que está, da mesma forma, conectado intimamente com as crises políticas e, sobretudo, com as crises econômicas.

Assim, especialmente no caso latino-americano, é importante fazer uma genealogia dos 10% mais ricos.

---

<sup>38</sup> “Duração prolongada” [N.T.]

A questão pode ser esclarecida a partir de quais continuidades históricas ou de quais crises derivam as elites. Tal tarefa, que é ao mesmo tempo comparativa, ainda está pendente na América Latina, pelo que me limito aqui a um esboço explicativo de uma genealogia da aristocracia monetária latino-americana.

Em consonância com a tese da colonialidade, que proclama uma continuidade de elementos coloniais, uma parte dos atuais bilionários pode ser remetida em suas raízes à elite feudal do século 19. Ainda que, de toda maneira, possam ser encontradas diferenças específicas devido às dinâmicas históricas. Enquanto no México e Argentina as elites foram passíveis às crises, aos caudilhos e à fragmentação espacial no século XIX, no Chile e no Brasil elas mantiveram um alto nível de estabilidade e integração (Rovira, 2009), apesar de que estas elites sofreram também mudanças históricas na sua conformação. Assim, no Chile, as primeiras elites coloniais se misturaram com os burgueses provenientes da França, Inglaterra e Espanha no início do século XIX (Fischer, 2011). Os burgueses provenientes da Europa se integraram, contudo, rapidamente, no Chile, conformando, segundo o clássico estudo de Alberto Edwards (1928), uma “aristocracia mista”, que se caracterizou, em contraposição às classes mais baixas, por suas aspirações capitalistas e de distinção aristocrática.

Em meados do século XIX, o Chile estabeleceu um modelo que se orientava para a exportação, o qual, com a exploração de produtos agrícolas, salitre e cobre,

concentrou grande parte da riqueza nas mãos de uma pequena elite; esta, no entanto, tornou-se cada vez mais dependente de intermediários estrangeiros. Ao mesmo tempo, a elite não fez praticamente nenhuma concessão às classes populares, o que deu continuidade à estrutura social e consolidou uma interdependência fechada da elite. Ademais, uma endogamia matrimonial-familiar reforçou a reprodução desta elite (Vicuña, 2001).

Karin Fischer sintetiza a continuidade da elite econômica chilena da seguinte maneira:

Uma análise da propriedade e das relações de controle das 42 famílias que conduzem as companhias no Chile, mostra que estas últimas, desde o século 19 até a década de 1930, foram controladas pelas mesmas pessoas, famílias ou grupos da oligarquia empresarial (Fischer 2011, p. 51).<sup>39</sup>

Esta continuidade das elites pode ser vista na história familiar do bilionário e atual presidente do Chile, Sebastián Piñera. A família Piñera é composta de muitos políticos influentes e empresários, que possuem, por sua vez, relações muito íntimas com outras famílias neofeudais, tais como os Chadwick, os Viera-Gallo e os Aninat. O “fundador” da família, José de Piñera y Lombera<sup>40</sup>, nasceu na capital do Vice-Reino do Peru, Lima. Sua avó materna era descendente do governante

---

<sup>39</sup> Tradução a partir do original em alemão

<sup>40</sup> Optamos por deixar o nome no original, mantendo o “y”, em vez de usar o “e”. [N.T.]

inca Huayna Capac e cresceu na aristocracia limenha. Em 1827, pouco depois da independência chilena, José de Piñera y Lombera foi para o Chile, onde se casou com Magdalena Echeñique Rozas, que pertencia à elite política local, sendo descendente direta do herói da independência Juan Martínez de Rozas e parente dos presidentes chilenos Francisco Antonio Pinto, Aníbal Pinto e Manuel Bulnes.

Outra das grandes famílias bilionárias no Chile é a Matte. Os irmãos Eliodoro, Bernardo e Patricio Matte têm uma fortuna de mais de 10 bilhões de dólares, derivada da indústria de papel e madeira. A riqueza da família tem sua origem na figura de Domingo Matte Mesías (1812-1893), que era dono fundador do Banco Matte & Cia. e amigo do presidente Manuel Montt. A família teve um importante crescimento em sua riqueza graças a Arturo Matte Larraín, beneficiado com as privatizações durante a ditadura de Pinochet e a posterior formação de oligopólios, especialmente no setor da floresta.

Como no caso da família Matte, os bilionários atuais construíram a maior parte de sua fortuna durante o século XX. Até a Grande Depressão de 1929, a indústria exportadora trabalhava num ritmo acelerado, com grandes níveis de lucros para as elites que a administravam. No México, a revolução de 1910 e a Guerra Cristera marcaram uma importante transformação na elite (Smith, 1979). Por outro lado, não houve na Argentina, depois da crise econômica mundial, mudanças significativas nas elites, até que fosse feita uma nova regulação entre a elite

e as classes populares no governo de Juan Domingo Perón (Muris/Portantiero, 2004).

Um exemplo paradigmático em relação a essa parte da aristocracia, que se consolidou durante o início do século XX, é a família Hochschild. Nascido na Alemanha em 1881, Moritz Hochschild emigrou para a Bolívia, onde se converteu num dos três “barões do estanho” (é de se notar a conotação feudal), junto a Simón Iturri Patiño e Carlos Victor Aramayo. Estes barões do estanho haviam controlado o setor de mineração depois de esgotar as minas de prata, e formaram um oligopólio chamado de “rosca mineira-feudal”. Até a revolução de 1952, eles determinaram o rumo político e econômico do país. Logo depois da nacionalização da mineração, Hochschild foi para o Peru com uma grande indenização econômica; aí deu continuidade aos negócios em torno da mineração. Seu filho, Eduardo Hochschild, é atualmente o diretor do grupo Hochschild Mining, que se dedica à exploração de ouro e prata, e é o homem mais rico do Peru.

Outros segmentos das classes dominantes foram capazes de construir grandes conglomerados na década de 1940. É o caso, por exemplo, do Grupo Votorantim, no Brasil, um conglomerado fundado em 1912 pelo imigrante português Antônio Pereira Inácio. Atualmente, o Grupo Votorantim se expandiu para áreas como os fundos de investimentos e biotecnologia, entre outros setores, e é controlado pelo neto de Pereiras, Antônio Ermírio de Moraes. Outro caso similar é o de João Moreira Salles, que fundou em 1933 a Casa Bancária Moreira Salles, a qual cresceu rapidamente até se converter na atual União

de Bancos Brasileiros (Unibanco), considerada um dos maiores bancos do Brasil, que continua controlado pela família de Moreira Salles. De modo parecido, o Grupo Brea, controlado pela família Brescia Cafferata, foi fundado no Peru no final do século XIX. Este conglomerado é administrado na atualidade pela terceira geração dos Brescia Cafferata, que se encontra entre as famílias mais ricas do país andino.

Em relação ao acúmulo de riqueza no setor da exportação agrícola, podemos mencionar a família Noboa no Equador. Luiz Adolfo Noboa Naranjo construiu um império das bananas a partir de um negócio bem-sucedido de cultivo e distribuição de arroz na década de 1940, o qual, logo depois da sua morte, foi herdado por sua esposa. Depois de uma longa batalha legal, seu filho, Álvaro Noboa, se somou ao conglomerado, que hoje conta com mais de 100 empresas, incluindo bancos e meios de comunicação. Cabe mencionar que Álvaro Noboa se candidatou em três ocasiões à presidência do Equador.

Outro setor da economia e da indústria que se expandiu de modo muito considerável é o setor dos meios de comunicação. No século XX surgiram os meios de comunicação de massa, ou *mass media*<sup>41</sup>, e, evidentemente, os bilionários contemporâneos também expandiram suas atividades neste setor. Um caso particularmente notável é o de Roberto Marinho, que, na década de 1930, herdou do seu pai o jornal brasileiro *O Globo* para construir um gigantesco grupo de

---

<sup>41</sup> “Meios de comunicação social” [N.T.]

comunicação. Durante a ditadura militar da década de 1960 o grupo pôde expandir sua posição monopólica entre os meios de comunicação do Brasil.

Algo similar ocorreu na expansão do setor de consumo massivo, onde muitos milionários latino-americanos acumularam seus ativos, e cuja expressão mais evidente são os supermercados e outros sistemas de distribuição massiva de produtos aos consumidores. Na década de 1960, o empresário cubano-venezuelano Diego Cisneros pôde expandir o conglomerado “Organización Cisneros” através de investimentos no campo televisivo na Venezuela e nos Estados Unidos. Cisneros começou com um pequeno negócio a partir do qual iniciou sua riqueza, especialmente a partir da obtenção da licença para a distribuição dos produtos do grupo estadunidense Pepsi.

Acordos de licença e distribuição similares também têm sido a base de algumas das maiores fortunas na América Latina. No Chile, o multimilionário Horst Paulmann, nascido na Alemanha, acumulou sua fortuna com a criação de uma cadeia de supermercados com sucursais em diversos países da região, como Chile, Argentina, Colômbia, Peru e Brasil. Durante a consolidação da economia neoliberal nos anos 80 e 90, Paulmann ampliou seu poder e riqueza graças às políticas de privatização e desregulamentação. O auge da exploração e exportação de produtos do setor agrícola e da mineração foi o que produziu as novas fortunas na mudança do milênio.

A pergunta “por que as elites latino-americanas possuem um nível tão alto de continuidade e transparência

geracional?” é complexa. Pode-se estabelecer uma clara continuidade na reprodução da aristocracia monetária. Durante muitas décadas, os destinos econômicos de muitos países latino-americanos foram forjados pelas mesmas dinastias. Apenas acontecimentos revolucionários profundos, como a revolução cubana de 1959, a revolução mexicana de 1911, a revolução bolivariana de 1952 e, também na Bolívia, a renovação político-cultural iniciada em 2007, parecem provocar transformações reais na conformação das elites econômicas. Nesse sentido, as crises econômicas e transformações fundamentais nos modelos econômicos estão causando alterações nas elites, deixando os setores que não são capazes de se reformar em posição de declínio, o que, por sua vez, significa a oportunidade para que novos setores da elite econômica ascendam.

Nesse contexto, mudanças no mercado global, como o novo recorde da exportação de produtos agrícolas, por exemplo, o caso da banana na década de 1930, ou a febre do petróleo na década de 1970, são particularmente relevantes. São igualmente importantes as mudanças nos programas econômicos. Ao longo dos esforços de industrialização depois da Segunda Guerra Mundial, o que proporcionou à América Latina um ímpeto econômico, as elites criaram empresas através das quais fizeram crescer sua riqueza, especialmente na fase de ajustes de programas neoliberais, a partir de meados da década de 1970. No Chile, o Grupo Angelini – assim como o já referido Grupo Matte – expandiu suas empresas e conglomerados econômicos graças à terapia de choque aplicada durante a

ditadura de Pinochet. O multimilionário mexicano Carlos Slim, por exemplo, beneficiou-se da privatização das telecomunicações em 1990, fazendo de Telmex um fornecedor praticamente monopólico. Devido às ondas neoliberais de privatizações, houve uma massiva transferência de bens e riquezas coletivas para as mãos de indivíduos privados. Muitas dessas transações foram feitas bem abaixo do valor de mercado, como, por exemplo, a venda do grupo de telecomunicações Telmex a Carlos Slim no México.

Vale destacar a rápida incorporação de migrantes à aristocracia monetária. De fato, há um fundamento colonial da aristocracia monetária que se baseia na imigração de famílias da baixa aristocracia, empobrecidas, provenientes de Castilla, Navarra e do País Basco. Em muitos países da América Latina, desde o final da Colônia, desenvolveu-se um comércio e uma política de casamentos e uniões com o objetivo de conseguir títulos de nobreza (Büschges, 1996). No século XIX, a integração de estrangeiros economicamente exitosos às elites nacionais não teve nada de problemático. No Chile, famílias francesas, inglesas e espanholas, como os Edwards, os Cousiño, os Subercaseaux, os Ossa, os Urmeneta, são consideradas como parte fundamental da elite econômica nacional (Fischer, 2011, pp. 34-35).

Esta tendência de integração de imigrantes à elite dos negócios é algo que continuou no século XX. Ainda hoje há imigrantes da primeira geração que passaram de párias sociais a multimilionários na América Latina. As causas da migração estão, em geral, relacionadas com as

convulsões sociais e políticas na Europa e no Oriente Médio. Uma parte dos imigrantes fugiu para a América Latina na esteira da catástrofe (“im Sog der Katastrophe”) da Primeira Guerra Mundial, como, por exemplo, o bilionário mexicano Carlos Slim, que chegou ao México com a idade de 14 anos, tentando evitar o serviço militar no Império Otomano. O pai de Slim criou uma pequena empresa no México, participou exitosamente da especulação de terras e casou com a filha de uma rica família de imigrantes libaneses. De acordo com a lista Forbes, Carlos Slim estava entre os homens mais ricos do planeta nos anos 2007, 2010 e 2011. Do mesmo modo, o pai do já falecido multimilionário chileno Andrônico Luksić (hoje, sua esposa Iris Fontbona controla o grupo Luksić) fugiu da Croácia para o Chile antes da Primeira Guerra Mundial.

Depois da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, durante o pós-guerra, logo após a derrota da Alemanha nazista, houve um período importante para a conformação da atual elite financeira latino-americana. Devido ao processo de Shoah na Europa, a família judia do bilionário brasileiro Joseph Safra se instalou no Brasil em 1952; Safra, seguindo os passos de seu pai, construiu aqui um império bancário.

Também houve casos de pessoas que colaboraram com os países do eixo fascista, lograram êxito nos negócios e, no final do fascismo na Europa, imigraram para a América Latina, onde tiveram um rápido crescimento socioeconômico. Em 1936, o pai do multimilionário chileno Anacleto Angelini emigrou com

seus filhos para a Etiópia, país que se encontrava colonizado pela Itália fascista. Uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, o país africano foi descolonizado com o apoio britânico e Haile Selassie assumiu o poder, o que levou a que Anacleto fosse detido por um breve tempo antes de regressar com sua família para a Itália. No entanto, não permaneceu muito tempo em seu país de origem, pois em 1948 emigrou mais uma vez, agora para o Chile.

Menciona-se aqui o caso do multimilionário chileno-alemão Horst Paulmann, que recentemente erigiu em Santiago o edifício mais alto da América Latina sem contar com permissões para a sua construção. Seu pai foi desde o início membro do “Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães” (conhecido como “Partido Nazista”)<sup>42</sup> e chegou ao grau de “Obersturmbannführer”<sup>43</sup> da “SS” (“Schutzstaffel”)<sup>44</sup>. Em Kassel, foi presidente do Supremo Tribunal da sede central de Justiça da “SS” e da Polícia. Em 1946, da mesma forma que muitos nazistas, ele fugiu para a Argentina, acompanhado por sua esposa e filhos. De lá, parte da família, entre eles Horst Paulmann, foi para o Chile.

Contudo, ter origem migrante não é sinônimo de ter capital. Pelo contrário, alguns dos migrantes que se encontram (eles mesmos ou seus descendentes, conforme

---

<sup>42</sup> Em alemão “Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei” (NSDAP). [N.T.]

<sup>43</sup> “Obersturmbannführer” era uma patente usada na hierarquia militar do partido nazista. [N.T.]

<sup>44</sup> Em português, “Tropa de Proteção”. [N.T.]

o caso) entre os 10% mais ricos traziam consigo um enorme capital. E não se trata apenas de capital econômico, mas sim, no sentido proposto por Bourdieu, de capital social e cultural. Cabe destacar que alguns dos milionários de hoje já contavam com carreiras nas finanças e no comércio em seus países de origem. O multimilionário brasileiro Joseph Safra, mencionado anteriormente, que é considerado um dos banqueiros privados mais ricos do mundo, cresceu como um de nove irmãos na Síria, numa família de judeus orientais que tinha relação com os setores comercial, bancário e financeiro desde o século XIX.

O emblemático multimilionário chileno Anacleto Angelini também utilizou o capital acumulado na Europa para fundar uma empresa de pintura com outros imigrantes no ano de sua chegada ao Chile; mais tarde fundaria uma empresa de construção. Como outros milionários, Angelini se beneficiou das privatizações durante a ditadura de Pinochet, o que o levou a converter-se na pessoa mais rica do Chile.<sup>45</sup>

Nas diferentes regiões da América Latina, em geral, pode-se dizer que a aristocracia monetária tem uma composição fortemente intergeracional. Porém, ao mesmo tempo tem havido processos de integração de novos elementos e segmentos para esse grupo, processos que se baseiam na extrema riqueza, de modo que a renda do 1% dos maiores bilionários é particularmente visível.

---

<sup>45</sup> “La historia del inmigrante italiano que llegó a ser el más rico de Chile”, 2007, B2”.

Essa breve e superficial compilação dos perfis dos multimilionários na América Latina deixa claro que a forma de acumulação de riqueza na região difere das tendências globais, particularmente em comparação com os Estados Unidos. Ainda mais quando se pensa naqueles multimilionários que ocupam os postos mais altos nos *rankings*, a maioria do setor da tecnologia da informação (IT, como é conhecido nas siglas em inglês), como Bill Gates (Microsoft), Mark Zuckermann (Facebook), Travis Kalanick (Uber) ou Brian Chesky (Airbnb), para nomear alguns. A especulação financeira foi igualmente capaz de gerar riqueza extrema (basta pensar no caso do investidor húngaro-estadunidense George Soros).

Na América Latina, ao contrário, a maioria dos bilionários fizeram suas fortunas sobre a base de conglomerados industriais e comerciais (Wealth-X, 2013, p. 26). O controle dos recursos naturais (agrícolas e minerais) é de grande importância. Historicamente, isto se baseia na clara herança colonial da posse de terras e no estabelecimento de modelos extrativistas. Nesse sentido, pode-se falar de uma “aristocratização da burguesia” (Wallerstein, 1988). Economicamente, esta tem seu fundamento na crescente importância das atividades rentistas feudais, enquanto a atividade empresarial capitalista perde significado. Política e culturalmente, manifesta-se nos estilos de vida e modos de consumo da aristocracia em questão. Ambas as formas de refeudalização serão desenvolvidas em capítulos separados do presente livro. Antes, no entanto, cabe uma

visão conceitual a respeito da refeudalização da estrutura social.

### 2.3 Da classe ao estamento

A polarização da sociedade e a transformação da estrutura social, que é similar quantitativa e qualitativamente à estrutura da sociedade feudal, sugerem novos desafios à conceitualização sociológica. Com o ascenso da aristocracia monetária ao topo da pirâmide social, a tendência de refeudalização encontra sua mais explícita expressão. Como se argumentou antes, na América Latina já houve um ascenso no final do período colonial de grupos não nobres, e a partir do século XIX segmentos burgueses ascenderam aos 10% mais ricos. Em relação à formação de seus estilos de vida e de sua forma econômica, poder-se-ia falar de uma “aristocracia da burguesia”. Esta tendência também está contida no conceito de aristocracia monetária, o qual faz referência ao ascenso dos novos ricos industriais à alta nobreza do século XIX.

Os aspectos culturais e identitários da refeudalização estamental da sociedade serão abordados num capítulo à parte. Nesse ponto devem-se olhar de modo profundo os processos de consolidação feudal. No centro da discussão sobre a persistência da aristocracia monetária, instala-se a questão da herança de riqueza. Nas últimas três décadas, em nível mundial, houve uma rápida e volumosa acumulação de riqueza nas mãos de uns poucos, algo que, durante os próximos anos, provocará

uma mudança geracional, a qual será acompanhada por imensas transferências de riqueza. Assim, escreve UBS, um banco suíço: “Estimamos que menos de 500 pessoas irão entregar 2,1 trilhões de dólares a seus herdeiros nos próximos 20 anos, o que equivale ao PIB da Índia” (UBS, 2016, p. 7).<sup>46</sup>

Enquanto a tendência mundial da investigação da riqueza tem seu foco de atenção na recente acumulação, na América Latina já é algo muito antigo a herança de riquezas de geração em geração. Esta acumulação dinástica da riqueza deve-se ao processo de conquista colonial e aos posteriores ciclos de colonização. Esta continuidade histórica da aristocracia monetária se reflete quando é feita a genealogia dos atuais bilionários. Numa média global de 2014, 20% dos multimilionários herdaram suas fortunas, enquanto 32% herdaram uma parte significativa delas. Portanto, a riqueza de 50% dos bilionários em nível mundial deve-se à herança de fortunas acumuladas por gerações precedentes. Na América Latina, no entanto, esta média aumenta para 72%<sup>47</sup>, o que mostra como o sistema de herança de riqueza é importante na continuação das dinastias aristocráticas entre os bilionários da região. Consequentemente, na América Latina o investimento empresarial é menos acentuado que em outras regiões do mundo, enquanto a herança, por outro

---

<sup>46</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>47</sup> Apenas a Alemanha, o país com mais bilionários na Europa (148 em 2013), possui uma taxa similar. Em tal caso, 46% dos bilionários herdaram suas fortunas, enquanto 33% dos super-ricos alemães edificaram suas riquezas (Wealth-X, 2013).

lado, solidifica a estrutura social de classes. Nesse sentido, Wealth-X afirmou em 2013 que a “América Latina tem o menor percentual de multimilionários *selfmade* em comparação com qualquer região” (Wealth-X 2013, p. 65)<sup>48</sup>, o que reafirma a tese de Wallerstein sobre a já mencionada aristocratização da burguesia nessa região.

Estudos de ciências sociais em diferentes países da América Latina durante a primeira década de 2000 indicaram que existe uma grande continuação intergeracional nos quintiles mais ricos<sup>49</sup>. No Brasil, 43% dos ricos permaneceram ricos na geração seguinte. No Chile a cifra sobe para 47%, no México para 58% (Torche 2014), enquanto nos Estados Unidos e em países da Europa central o percentual oscila entre 30% e 36%.

Esta dinâmica aponta para um processo histórico de firme consolidação da estratificação, que se agudizou na fase mais recente da globalização capitalista. Se Max Weber definiu as classes sociais afirmando que a mudança de posição de classe em uma sequência geracional é algo facilmente possível, sendo algo até mesmo “típico” (Weber, 2006, p. 300), este não seria o caso da aristocracia monetária e de seus representantes latino-americanos. A promessa teórica da modernização da possibilidade de mobilidade social baseada numa economia com uma orientação de mercado não foi cumprida. Em vez disso, e ao contrário da ideologia de mercado que os neoliberais se

---

<sup>48</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>49</sup> Traduzimos do original em alemão “Reichtumsquintelen”: “quintiles mais ricos”. O “quintil” é um valor utilizado em estatísticas descritivas. [N.T.]

encarregaram de espalhar por toda a América Latina, o que se criou foi uma sociedade onde não há mercado livre ou abertura, senão melhores apropriações para os monopólios que não fizeram mais que fortalecer a aristocracia monetária.

O enfoque neomarxista de Wallerstein (1988, pp. 101-102) aponta para a aristocratização da burguesia, no sentido de que esta está mais interessada na busca de rendas e no estabelecimento de monopólios do que na livre concorrência e no setor produtivo. Para Max Weber, este critério rentista da refeudalização poderia ser ainda compatível com uma sociedade organizada em classes sociais. Poderia ser a nobreza financeira entendida como uma classe social com privilégios a respeito da propriedade? (Weber, 2006, p. 301). É central para Weber o aspecto da solidificação intergeracional, analisado antes, e o surgimento de estilos de vida exclusivos. Para o *status* da aristocracia monetária, é fundamental o “desenvolvimento a partir do estamento por nascimento” (“geburtsständische Entwicklung”), herdar privilégios (Weber 2006, p. 302). Esta herança de privilégios vai além da mera herança de riquezas e monopólios econômicos. Consiste, como se desenvolverá mais adiante, nos privilégios no campo político e na possibilidade de criar estilos de vida neofeudais, os quais se encontram refletidos particularmente nos hábitos de consumo e na apropriação dos espaços.

Depois de ter analisado o segmento dos 10% mais ricos da sociedade latino-americana, deveríamos analisar as camadas mais baixas da estrutura social. De forma

análoga à metáfora da aristocracia monetária, nesse caso trata-se de saber se podemos falar de um novo “Terceiro Estado” (“Dritter Stand”). Inicialmente, na apresentação do desenvolvimento da estrutura social na América Latina, mencionou-se um esmagamento da classe média e de sua classe trabalhadora formal durante a década de 1990. Com a privatização das empresas estatais, assim como com a desregulamentação econômica, com os processos de desindustrialização e com novos modelos de conduzir e operar as empresas (a subcontratação), o emprego formal na indústria foi seriamente afetado, tal como os processos de organização sindical. Com isso desapareceram, também, os espaços específicos que poderiam possibilitar, através da prática cotidiana, o surgimento da consciência de classe. Adicionalmente, as ditaduras e os regimes autoritários encarregaram-se agudamente de eliminar qualquer sindicato e organização de trabalhadores. Além disso, a queda da União Soviética deixou um vazio ideológico.

Com os novos empregos precários surgidos com o neoliberalismo, os limites entre o setor formal e o informal foram desaparecendo. Formas de trabalhos a partir da própria casa, a subcontratação, o estabelecimento de “empresa de um homem só” / “negócios unipessoais” (“Ein-Mann-Unternehmen”) e o multiemprego têm contribuído para a diminuição dos salários reais. Com respeito à relação entre classe e gênero, pode-se constatar uma feminização do trabalho. Especialmente no proletariado formal (do setor industrial) e na pequena burguesia, a presença feminina tem aumentado, enquanto

no caso do setor informal é a presença masculina a que predomina. Nesse sentido, é muito significativo o trabalho feminino na *Maquila*, simples unidades de montagens, assim como sua importância de exportação de produtos agrícolas (cortando flores, vegetais, frutas). Este posicionamento não foi causado por um melhoramento do lugar que ocupava a mulher, mas sim pela queda dos homens na estrutura social do trabalho (Kaltmeier, 2013).

Uma das maiores mudanças socioestruturais das reformas neoliberais no final da década de 1990 foi a agudização da brecha social (fosso social), com a conseqüente crise para a classe média, que sofreu um processo de empobrecimento. Estruturalmente, essa polarização da estrutura social está associada às crises da dívida da década de 1980, aos programas de reajustes sociais que a sucederam, à redução do gasto público e às reformas no mercado de trabalho dos anos 90. Frações da classe média associadas com o modelo exportador-importador, de serviços financeiros e com o setor de seguros aumentaram, enquanto a maioria dos empregados estatais, pequenas e médias empresas sofreram uma perda de *status* ou despencaram para a classe baixa (Portes/Hoffman, 2003). Os “novos pobres” apresentam, nesse sentido, um estrato híbrido que se encontra cultural e socialmente perto dos setores médio e superior, mas se diferencia deles em termos de renda, emprego e segurança social, o que os coloca perto dos “pobres estruturais”. Estes processos foram observados de forma mais pragmática na crise social da classe média no contexto da crise econômica argentina entre 1998 e 2002 (Svampa,

2008). Apenas com a já referida *pink tide* (“onda rosada”) estes setores voltaram a entrar na classe média baixa, devido à boa situação econômica e aos programas sociais introduzidos pelos governos de esquerda.

O setor campesino (agricultor) foi igualmente afetado por este processo de polarização. Devido à crescente concentração da propriedade rural, pequenos agricultores acham-se sob constante pressão para deixar suas terras, ameaçados pelo uso da força. Num recente estudo, Murray (2006) argumenta que, a respeito do caso do Norte Chico do Chile, uma zona onde se dá o cultivo de frutas para exportação, não se pode falar de um neofeudalismo em relação à exploração da mão de obra. Pelo contrário, o processo de apropriação de terras dos pequenos campesinos leva a uma descampenização do espaço rural e a um processo de proletarianização dos campesinos.

Contudo, quando se olha a polarização da estrutura social, deve-se falar de uma tendência de refeudalização. Também aqui, especialmente nos segmentos inferiores da pirâmide social, há claras tendências de consolidação dos estamentos. Falemos da pobreza herdada.

No sentido da interseccionalidade da desigualdade de oportunidades, o risco de pobreza é especialmente alto para os membros dos povos indígenas. Durante a mudança de milênio, aproximadamente dois terços da população indígena da América Latina se encontravam em situação de pobreza (Kaltmeier, 2009).

Paradoxalmente, não houve uma redução significativa da pobreza nem sequer no contexto do

reconhecimento dos direitos dos povos indígenas desde meados da década de 1990. No Equador, país precursor no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, a pobreza diminuiu de 44,6% para 38,2% no período de 1998-2006, mas durante esse mesmo período a pobreza indígena relativa aumentou dramaticamente de 45,8% para 69,5%, e a taxa de pobreza entre a população pertencente a povos indígenas disparou de 17,6% para 43,1% (Gijón, 2013, p. 55). No entanto, no curso de um combate mais proativo da pobreza por parte dos governos de esquerda, também há casos positivos. No Chile, por exemplo, o perigo de pobreza dos povos indígenas reduziu-se para 10% entre 2009 e 2013 (PNUD, 2016, pp. 25-32).

Não obstante, à medida que as classes baixas conseguem ter uma ascensão social, seja por políticas sociais exitosas ou por alguma conjuntura econômica particular, elas são altamente vulneráveis a um descenso social. Nesse sentido, na América Latina, durante o período de bonança econômica dos governos de esquerda, produziu-se um “efeito elevador”. Todos os setores sociais haviam ascendido do mesmo modo, o que não significa que existisse uma redistribuição da riqueza entre eles. A pobreza diminuiu, ao tempo que a aristocracia monetária aumentou sua riqueza. Com a diminuição das margens de ganhos devido à baixa nos preços das matérias-primas no mercado mundial, logo após o efeito de elevação houve o efeito inverso, isto é, um efeito de descenso. E mais, foi gerado um efeito agudo: a aristocracia monetária se manteve sem grandes perdas no cume da pirâmide social, enquanto os segmentos mais baixos da classe média

colapsaram economicamente uma vez mais. Isso se traduz em uma sociedade altamente polarizada, na qual do 1% e os 10% mais ricos sustentam-se baseados nos 90% e 99% restantes.

Aqui volta a surgir a pergunta pelo Terceiro Estado. Porém, é necessária certa precaução sociológica. As classes baixas, no sentido weberiano, não determinam seu próprio *status*, pois dificilmente se conformam como uma entidade. Pelo contrário, os grandes segmentos da população, que não correspondem nem à aristocracia monetária nem à classe média em retrocesso, são, em sua forma socialmente amorfa, o que era o Terceiro Estado da Europa ocidental às vésperas da Revolução Francesa. Nesse segmento se podem encontrar significativos traços de refeudalização. Parece que o controle e a exploração do trabalho não qualificado são de pouca importância na atual fase do capitalismo pós-industrial. Na Revolução Industrial e na era industrial que a seguiu, havia uma alta demanda de mão de obra. A força de trabalho que não estava diretamente envolvida no processo de produção permanecia como um “exército industrial de reserva” no horizonte do processo de produção da marcha da economia formal.

Este não é o caso atualmente, muito pelo contrário: grandes setores da população estão completamente excluídos da atividade econômica formal e da atividade econômica informal relevante. O sociólogo Zygmunt Bauman fala a esse respeito, sem eufemismo, da produção de “desperdício/lixo humano” ou “humanos supérfluos” / “pessoas tornadas supérfluas” (Bauman, 2005). Pessoas

que se tornaram supérfluas como resultado da modernização social já existiam desde os processos de industrialização do século XIX. Mas, nesse caso, ainda restavam “aterros para o lixo (resíduo) humano da modernização” (Bauman, 2005, p. 13).

A colonização serviu como uma válvula de escape para este processo, algo que se exemplifica particularmente bem no caso da Austrália, antiga colônia penitenciária britânica. A América Latina também se transformou no recipiente de parte da população europeia que sobrou na Europa ocidental. Apenas entre 1850 e 1950, por volta de 11 milhões de europeus emigraram para a América Latina, principalmente ao sul do Brasil, ao norte da Argentina e ao sul do Chile. Este processo chegou ao seu fim perto do final do século XIX, pois para os supérfluos não havia novos espaços de reconhecimento social.

Uma das ideias mais poderosas das revoluções burguesas foi a da igualdade entre todas as pessoas, entre todos os humanos (“Gleichheit aller Menschen”)<sup>50</sup>. Essa ideia encontra sua expressão mais notória na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948. O primeiro parágrafo declara: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Esta compreensão burguesa de igualdade e de direitos está sendo fortemente fragilizada pelo presente

---

<sup>50</sup> N.T.

processo de refeudalização. No lugar do princípio de igualdade, está a se produzir, cada vez mais, uma forte hierarquia entre os seres humanos. Nesse sentido, a filósofa Judith Butler afirma: “Certas vidas estão altamente protegidas, e o atentado contra sua santidade basta para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não desfrutam de um apoio tão imediato e furioso, e não se qualificam, inclusive, como vidas que ‘valham a pena’” (Butler, 2005, p. 49).

Esta produção social de vidas protegidas é evidente em muitos países das Américas. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, já se referiu aos imigrantes mexicanos como “estupradores” e “criminosos”, e, no começo de 2018, referiu-se a alguns países pobres da África e a outros da América Latina, a exemplo do Haiti, como “shithole countries”<sup>51</sup>. Mas a hierarquização dos países e das pessoas não fica apenas no plano do meramente retórico. Devemos recordar aqui os assassinatos de imigrantes na fronteira do México e dos Estados Unidos, que dificilmente são investigados pela justiça; as mortes relacionadas com o tráfico de drogas no México e na Colômbia; ou a expulsão e os maus-tratos a indígenas e pequenos agricultores no Brasil, Peru, Colômbia e México.

O conceito central que dá direcionamento a essa investigação é o de refeudalização. Escolheu-se de forma consciente uma dimensão antievolucionista que suscita retorno ou a volta a elementos históricos do passado. O

---

<sup>51</sup> Literalmente “países de merda”. [N.T.]

prefixo “re” indica que haveria um retorno que ocorre numa situação histórica diferente e em outro contexto social. Em termos da estrutura social, a presença histórica da burguesia e da classe média deve ser considerada aqui. Na Europa feudal não existia um grupo social baseado em suas posições de classe. No transcurso da Revolução Industrial e das revoluções burguesas na “Age of Revolution” (era da revolução), os critérios como a honra, a ética, assim como a autodefinição e a distinção da nobreza, começaram a perder seu significado, sendo substituídos por princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, o irmão gêmeo do cidadão era o burguês orientado ao seu próprio benefício e que opera sobre a base de uma ética do mérito. Para um enfoque analítico das dinâmicas socioestruturais das sociedades capitalistas, prevalecem modelos de análises marxistas e não marxistas.

Como o economista francês Thomas Piketty mostra, a formação de uma classe média como uma classe social que funcionava como barreira entre o proletariado e a burguesia foi de vital importância para a estabilidade social. Essa amorfa “camada intermediária”, distinta de qualquer outra classe, personificou a aspiração e a promessa de ascensão social. No apogeu do fordismo, o sociólogo Helmut Schelsky chegou a diagnosticar até mesmo uma “niveladora sociedade de classe média” (“nivellierende Mittelstandsgesellschaft”) na Alemanha do pós-guerra durante o “milagre econômico”. Com uma orientação em direção à classe média, ao menos ideologicamente, as fronteiras entre as classes se fizeram

mais permeáveis. Esta ideologia da permeabilidade entre classes talvez encontre sua expressão mais clara na expressão estadunidense “rag to riches” (literalmente, “da pobreza à riqueza”).

A extrema polarização da estrutura social mencionada mais acima refuta empiricamente os enfoques que propõem uma expansão da classe média durante o século XX. Na realidade, aconteceu o contrário: as sociedades contemporâneas orientadas para a distribuição social da riqueza se assemelham às sociedades feudais europeias. Enquanto no nível de consciência social é de se constatar ainda um rumo à classe média, especialmente em termos emocionais, a concentração da riqueza por parte dos 10% mais ricos da população levou o conceito de classe média, na prática, ao absurdo.

Numa comparação a nível global, a renda de uma família de classe média vai de 6 mil até 30 mil dólares ao ano, o que não corresponde à renda individual, mas à de uma família de, pelo menos, quatro membros. De modo similar, o Banco Mundial define a classe média latino-americana em sua recente *Policy Research Working Paper*, na qual é estabelecida uma renda diária da classe média entre 10 e 50 dólares, ou seja, entre 3.650 e 18.250 dólares por ano para ser membro da classe média (Bussolo/Maliszewska/ Murard, 2014). Com base nessa definição mínima sobre a classe média, a qual, em parte, se encontraria abaixo do limiar de subsistência caso estivesse na Europa ocidental, não surpreende a constatação exposta no título do trabalho de Maurizio Bussolo, Maryla Maliszewska e Elie Murard: “A muito

esperada ascensão da classe média na América Latina está finalmente acontecendo” (2014)<sup>52</sup>. Ora, tendo em conta as tendências globais da distribuição desigual da riqueza, tal trabalho pode ser entendido, nomeadamente, como uma construção ideológica.

Acrescentamos uma simples e polêmica consideração de cálculo. Em 2015, a média do PIB em todos os países do mundo era de 15.800 dólares. Caso consideremos esta média anual da renda (o que inclui as rendas dos multimilionários), e a compararmos com a renda dos mais ricos, podemos ver quanto demoraria uma pessoa com a renda média até se transformar em bilionário médio, cuja riqueza é em média de 3,1 bilhões de dólares. Para conseguir essa fortuna, uma pessoa que se encontra nessa média de renda da classe média deverá economizar sua renda familiar por 200 mil anos, sem, claro, gastar um centavo durante esse tempo.

À parte dessas qualificações sociais está a questão central da identidade de grupo – a questão da classe em si mesma, ou seja, se está apenas no papel ou se é um ator social. Em termos da estrutura social, a ideia de um Terceiro Estado que inclua a maior parte da população poderá ser adequada, sobretudo como um segmento que se opõe com clareza ao segmento da aristocracia monetária. Mas, como na sociedade feudal europeia, este 99% é muito diverso cultural e socialmente; por isso a efetiva fusão política é difícil de ser imaginada. Antônio Negri e

---

<sup>52</sup> “The Long-Awaited Rise of the Middle Class in Latin America Is Finally Happening”.

Michael Hardt propuseram o conceito de multidão para se referir às múltiplas singularidades que poderiam formar uma rede que lhes permita atuar conjuntamente. Porém, antes de passarmos para a dimensão política da refeudalização, serão examinados, primeiro, os fundamentos econômicos das atuais tendências neofeudais.

## CAPÍTULO 3

### A REFEUDALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO

---

O debate atual a respeito da refeudalização concentra-se, principalmente, no chamado turbocapitalismo dos mercados financeiros desde os finais do século passado. O aumento do valor das ações atuou como uma máxima para as sedes empresariais, especialmente desde a década dos anos 90, a qual se caracterizou pelo dismantelamento e pela reorganização empresarial dos novos processos de concentração, pelas demissões em massa e pela redução da participação dos atores do campo social. A desregulamentação e a redução fiscal impuseram-se com os ajustes neoliberais e, até mesmo, através de programas de choque, tendo como resultado que os lucros corporativos e as riquezas de seus donos aumentaram como nunca na história do capitalismo global. No campo das tecnologias da informação, por exemplo, houve uma especial expansão que permitiu que muitos empresários do Vale do Silício ingressassem na lista dos mais ricos da revista Forbes.

Para a tese da refeudalização, é relevante o grupo cosmocrático que está estreitamente conectado ao capitalismo dirigido pelo mercado financeiro. Segundo o argumento de Sighard Neckel, este processo traz consigo a aparição de uma nova classe de “serviço”, representada por administradores de fundos com grandes salários,

corretores da bolsa, investidores e analistas, que especulam com propriedades e fundos estrangeiros do mercado internacional e criam rendas com eles. Esse foco na renda, de acordo com Neckel, não difere muito do capitalismo de mercado financeiro da formação da economia feudal do século XVIII pré-revolucionário.

Tendo que a renda do proprietário se baseia na parte apropriada do produto líquido rural sem necessidade de esforços próprios, o modo de financiamento atual do capitalismo se caracteriza pelo fato de que a acumulação de capital se realize sem investimento e o retorno dos lucros para os proprietários está garantido, sem risco empresarial. Nela, os “proprietários sem risco” se parecem muito mais com os patrões feudais que com os empresários burgueses (Neckel, 2013, p. 51).<sup>53</sup>

Apesar das dinâmicas globais impostas pelo regime de mercado financeiro pós-fordista, existem diferenças regionais. Enquanto nos Estados Unidos e no Canadá 70% da riqueza social está afetada pelo capital monetário, e o restante (30%) em capital não financeiro, na América Latina essa proporção se inverte em 28,75% *versus* 71,3% (Credit Suisse Research Institute, 2016, p. 146). Depois da Índia, a América Latina é a região onde os bens não financeiros, incluindo terras e propriedades imobiliárias, constituem a maior parte da riqueza total das pessoas. Já nos Estados Unidos é possível falar de uma refeudalização

---

<sup>53</sup> Tradução a partir do original em alemão.

fundada em transações monetárias (*i.e.*, especulação financeira). Na América Latina o capitalismo financeiro está articulado com a propriedade especialmente da terra. Dessa maneira, a refeudalização social na América Latina ganha forma distinta se comparada com os países da Europa ocidental e com os Estados Unidos. Isso corresponde a uma tendência da “aristocratização da burguesia”, que Immanuel Wallerstein (1988) identificou na Europa ocidental do século XVI ao XVIII. Wallerstein argumenta que a burguesia, com um crescente êxito econômico, está tratando de se proteger contra os riscos do mercado e a queda das margens de lucro. A ligação do capital à terra representa uma alternativa de segurança para o capital. No entanto, há uma transformação do lucro em rendimentos. Dito de outra forma, o capital se aristocratiza.

### 3.1 Sistema de propriedade e extrativismo

O dinheiro, na linguagem coloquial na América Latina, é comumente utilizado como metáfora dentro do campo semântico dos recursos naturais. Poder-se-ia afirmar que desde a Colônia e seu sistema econômico baseado na extração da prata, este conceito (*prata*) se utiliza de modo comum por toda a América Latina para fazer referência ao dinheiro; nesse caso, não apenas se utiliza este conceito, mas também outros recursos naturais são utilizados igualmente para se referir ao dinheiro, como, por exemplo: *lana* no México e Panamá, *mango* na Argentina, *papa* em Nicarágua e em El Salvador, ou *canô* em Cuba. Em termos

gerais, podemos argumentar que há uma comunidade feudocolonial na América Latina, que – com exceção de Cuba – não foi afetada pela conjuntura das reformas agrárias dos anos 60 e 70.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 2017 a região teve a distribuição de terras mais desigual de todo o planeta: o coeficiente de Gini – que mede a desigualdade –, que aplicado à distribuição da terra na região como um todo, alcança 0,79, superando amplamente a Europa (0,57), África (0,56) e Ásia (0,55). Na América do Sul, a desigualdade é ainda maior que a média regional (alcançando um coeficiente de Gini de 0,85), enquanto na América Central é levemente inferior à média geral, com um coeficiente de 0,75 (FAO, 2017). A informação mais recente da ONG Oxfam sublinha que 1% das unidades produtivas da América Latina concentra mais da metade das terras agrícolas.

Esta imensa extensão de terra cultivável é uma das facetas especiais da refeudalização na América Latina. Embora a concentração de terra devido ao colonialismo e sua constante renovação em diferentes conjunturas de colonização estejam bastante condicionadas historicamente, é precisamente nos últimos anos que se podem identificar tendências claras de acumulação de terras e uma maior concentração delas. Esta tendência ao controle da terra corresponde, claramente, aos princípios de produção feudal, que está baseado, materialmente, na exploração de recursos naturais, sobretudo através da agricultura. Enquanto para algumas economias (Paraguai,

Nicarágua e Guiana) a contribuição da produção agrícola foi, em 2014, próxima de um quinto do PIB nacional, para outros países (Chile, México, Panamá, Trindade e Tobago e Barbados) essa contribuição não chegou a 5% (Escobar, 2016, p. 4).

O setor agrícola não pode ser entendido como um setor tradicional de produção que não sofreu nenhuma mudança, porquanto é evidente o incrível desenvolvimento das forças produtivas. Marx pressupunha, com a ideia de progresso de seu materialismo histórico, que as forças de produção do mercantilismo no começo da Revolução Industrial poderiam romper as correntes do modo de produção feudal. Atualmente, de outra maneira, há um grande desenvolvimento das forças produtivas do setor agrícola. Enquanto a “revolução verde” durante a década de 70 estava relacionada principalmente com o desenvolvimento do setor agroquímico, o atual desenvolvimento das forças produtivas do setor agrícola baseia-se nos transgênicos e em outros aspectos da revolução biotecnológica. Nesse sentido, é de muita relevância o intenso uso de sementes modificadas geneticamente, o que significa que as atividades extrativistas, como a mineração e a agricultura de exportação, enfocadas no consumo das metrópoles de mercado global, seguem sendo um elemento central das economias latino-americanas.

Nesse ponto, a discussão a respeito da engenharia genética na agroindústria não será aprofundada. Porém, é importante apresentar um contra-argumento, mesmo que de forma breve. A partir de uma perspectiva ecológica,

existem críticas às consequências dos cruzamentos, os mecanismos de crescimento, os quais, combinados com a engenharia genética e os agroquímicos, ameaçam a biodiversidade. A situação legal a respeito de possíveis consequências ou danos é por ora pouco evidente. Além disso, os agricultores passam a ter novas despesas por causa da condição de dependência e de patentes. Com isso vem à tona um ressurgimento do caráter colonial das estruturas econômicas na América Latina, algo que inclui os governos de esquerda da primeira década dos anos 2000, que por sinal não estiveram alheios a isso.

A atividade econômica guiada pelo extrativismo é uma atividade centrada na simples extração de recursos naturais sem desenvolvimento industrial; era tão forte na América Latina que os governos do chamado socialismo do século XXI seguiram o mesmo caminho de desenvolvimento. No contexto econômico-político orientado pelos ditos governos de esquerda, surgiu um debate a respeito ao neoextrativismo, principalmente entre grupos ecologistas e intelectuais do pós-colonialismo. Na enfática definição de Eduardo Gudynas, podemos ler o seguinte:

Sob esse novo extrativismo é mantido um estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da Natureza, que alimenta um tecido produtivo escassamente diversificado e muito dependente de uma inserção internacional como provedores de matérias-primas, e que, embora o Estado tenha um papel mais ativo e consiga uma maior legitimação por meio da redistribuição de alguns dos

excedentes gerados por esse extrativismo, de todos os modos repetem-se os impactos sociais e ambientais negativos (Gudynas, 2009, p. 188).<sup>54</sup>

A ideia central do exposto por Eduardo Gudynas é que os governos de esquerda seguiram o caminho do extrativismo, e mais, num contexto econômico favorável, eles aprofundaram esse caminho. Contudo, a grande diferença – o “neo” – nesse caso é que os lucros produzidos não seriam privatizados, mas sim usados para financiar programas sociais. No lugar de uma apropriação individual do capital, existiu uma política estatal de redistribuição, o que é mais efetivo se o Estado é quem tem o controle sobre os recursos naturais, ou então o recuperou através de processos de nacionalização.

O conceito de neoextrativismo refere-se a uma particular situação de demanda histórica global de recursos e da existência de governos progressistas baseados em políticas sociais, direta ou indiretamente, nos lucros produzidos pelas atividades econômicas extrativistas. O conceito perdeu fundamento ao ser utilizado por ONGs e movimentos sociais, que muitas vezes o utilizam como sinônimo de extrativismo clássico, sem fazer considerações para a análise de suas transformações do extrativismo colonial. Do mesmo modo, nas discussões acadêmicas a este respeito, o neoextrativismo funcionou como um abrandamento do

---

<sup>54</sup> Tradução a partir do original em alemão.

conceito original, desde que seja relacionado com governos progressistas.

Ulrich Brand afirma:

Enquanto o modelo de desenvolvimento dos séculos anteriores na América Latina é referido como “extrativismo”, o período compreendido a partir de 2000/2003 é considerado como “neoextrativismo” – e isso independe se se trata de governos de esquerda, centro-esquerda ou conservadores neoliberais (Brand, 2016, p. 21).<sup>55</sup>

Essa abordagem é, neste aspecto, problemática, pois não leva em conta que o contexto original latino-americano no qual se examinou a ideia de neoextrativismo (governos progressistas de esquerda) foi modificado, se considerarmos os novos governos conservadores e de extrema direita de tendência neoliberal da região, como os de Michel Temer e, atualmente, de Jair Bolsonaro (Brasil), Mauricio Macri (Argentina) e Sebastián Piñera (Chile).

Um aspecto problemático maior é a questão a respeito da distribuição social. No contexto dos governos conservadores, como os enunciados mais acima, a redistribuição social da riqueza através de programas sociais se vê novamente reduzida, o que de algum modo anula a tese central de definição de neoextrativismo apresentada por Gudynas. De mãos dadas com essas mudanças, podemos identificar uma redução geral da

---

<sup>55</sup> Tradução a partir do original em alemão.

influência do Estado na economia e na área social impulsionada pelos governos conservadores. É evidente que nenhum governo conservador e neoliberal busca fortalecer o papel do Estado, muito pelo contrário, estes fortalecem os capitalistas e empresas privadas, com enfoque, sobretudo, nos 10% mais ricos. No entanto, estes últimos poderiam ser negligenciados caso seja o extrativismo entendido como um modelo que inclui e requer certa estrutura social. Um “Estado nacional competitivo” extrativista que promova a exploração agroindustrial é um modelo diferente de um modelo extrativista com vistas à distribuição social.

Além disso, uma definição ampla de neoextrativismo que abarca os governos de perspectiva de esquerda e os seguintes governos conservadores corre o risco de estabelecer falsos precedentes históricos. Como já argumentei, o neoextrativismo faz referência aos governos progressistas de esquerda da primeira década deste século, o que faz sentido numa definição mais precisa do conceito. O extrativismo contemporâneo não é uma invenção dos governos de esquerda, pois se instalou no marco das políticas econômicas neoliberais anteriores. Especialmente com as terapias de choque neoliberal foi levada a cabo a integração seletiva ao mercado global, baseada na exportação de recursos naturais, no sentido do modelo neoclássico de vantagens comparativas, uma vez que programas de ajuda da industrialização foram cancelados.

Isso se vê refletido na terapia de choque da ditadura de Pinochet no Chile dos anos 70, que levou a cabo um processo de desindustrialização, criando uma

economia de acordo com os modelos clássicos de vantagens corporativas e uma integração seletiva ao mercado global de corte extrativista, fundada na exploração florestal, na fruticultura e na pesca industrial. Nos outros países da região ocorreram processos similares, patrocinados pelo Banco Mundial e pelo FMI. Nos países em que se realizou esse tipo de ajustes, e como já dissemos no capítulo sobre reestruturação social, foram os 10% que ocuparam a parte mais alta da pirâmide socioeconômica os favorecidos e fortalecidos.

Levando em conta o que foi dito anteriormente, tem sentido usar o conceito de neoextrativismo apenas para os governos progressistas na América Latina, e, além disso, apenas nos casos onde efetivamente houve uma redistribuição social baseada nos lucros do extrativismo. Porque entre os chamados governos progressistas existem diferenças significativas: enquanto o financiamento de programas sociais com fundos provenientes do neoextrativismo está sendo implementado efetivamente em algumas áreas, outras regiões estão experimentando um processo massivo de refeudalização, o que beneficia particularmente os 10% mais ricos da população. Esse último se aplica especialmente ao caso do cultivo de soja no Brasil e Argentina. Do mesmo modo, o grau de redistribuição social tem diferenças entre distintos países. No Chile, durante o governo de Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), houve certo êxito no combate da pobreza e da polarização da estrutura social, o que não conseguiu reverter a extrema polarização que foi a terapia de choque neoliberal durante a ditadura de Pinochet. No

Equador, a classe média é que se viu particularmente beneficiada, enquanto na Bolívia foram levados a cabo programas de redistribuição mais profundos que, de fato, mudaram a estrutura social de maneira fundamental.

De qualquer forma, na maioria dos casos, os governos de esquerda não foram capazes de mudar e reestruturar a economia baseada na exploração de recursos naturais, deixando de lado os efeitos ao meio ambiente que essa classe de exploração representa. Paradoxalmente, em alguns países os governos de esquerda contribuíram para a refeudalização da sociedade através do fortalecimento das elites extrativistas, paradoxo que se pode ver refletido no incremento de grupos multimilionários na região e na concentração da posse de terras.

Foi salientado repetidamente que o neoextrativismo surge num ciclo econômico específico caracterizado pela demanda de recursos e, desde o início da primeira década de 2000, por uma crise dos mercados financeiros. Uma das conjunturas que acelerou ainda mais a concentração na tendência de terras foi o *land-grabbing* (“grilagem de terras”)<sup>56</sup>, relacionado à crise financeira dos anos 2007 e 2008, o que gerou um novo mercado especulativo de terras. A economista mexicana Polette Rivero Villaverde coloca essa questão nos seguintes termos:

Os grandes fundos de capitais dos bancos como Goldman Sachs, poderosos indivíduos como George Soros, ex-funcionários de instituições, fundações

---

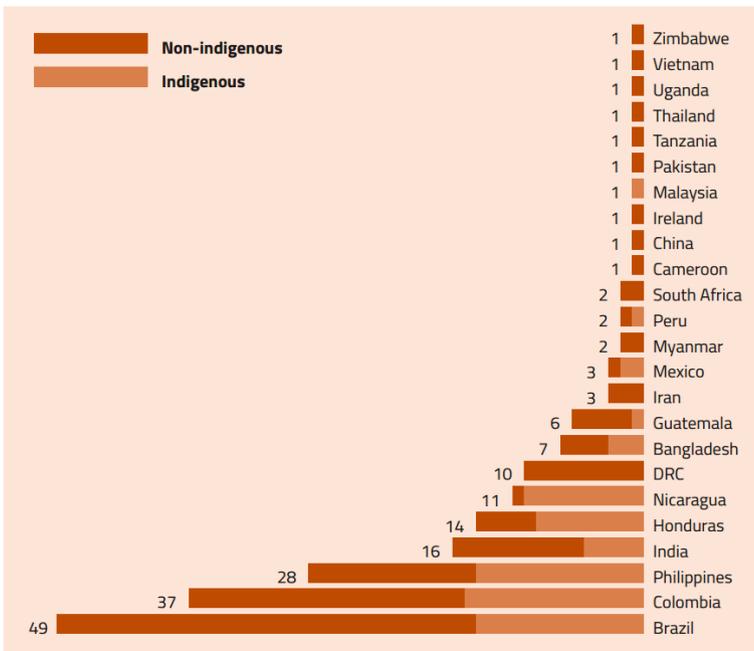
<sup>56</sup> N.T.

como a Universidade de Harvard, fundos de pensão de empregados de países como Estados Unidos e Canadá, todos buscam na compra de terreno um refúgio contra a queda das taxas de juros e a queda das margens de lucros provocada pela crise, o que, pelo contrário, gerou grandes ganhos por meio de transações especulativas, levando em conta o alto preço dos alimentos, do petróleo e dos minerais estratégicos (Rivero, 2017).<sup>57</sup>

Com as grandes plantações de grão de soja, a expansão da agroindústria está deslocando os pequenos agricultores, especialmente no Brasil, Argentina e Paraguai. Na Colômbia e Honduras, a expansão das plantações de palma africana para a produção de azeite conduziu a violentas expulsões e até à morte. Segundo dados da ONG Global Witness em cooperação com o The Guardian, apenas em 2016 foram assassinados cerca de 200 ativistas dos direitos territoriais na América Latina, Ásia e África. A taxa de violência contra ativistas ambientais e defensores dos direitos territoriais é mais alta na América Latina, com 49 assassinatos na Colômbia e 37 no Brasil. Ativistas indígenas são particularmente vulneráveis (“Land defenders call on un to act against violence by state-funded and corporate groups”, 2017).

---

<sup>57</sup> Tradução a partir do original em alemão.



**Gráfico 2.** Assassinatos de ativistas pelos direitos territoriais, 2016.  
 Fonte: The Guardian (2017). Defenders of the earth. Global killings of land and environmental defenders in 2016.

Soma-se a isso o grande número de pessoas deslocadas internamente, sobretudo devido à grilagem de terras. Segundo dados da ONU, com 7,4 milhões de refugiados internos é a Colômbia o país com o nível mundial mais elevado e o número absolutamente mais alto de refugiados internos, superando inclusive a Síria, com 6,6 milhões.

Esse processo de expropriação de terras de pequenos agricultores, de indígenas e de comunidades afro-americanas por parte das empresas agroindustriais é uma das mais visíveis e violentas expressões da

refeudalização na América Latina. A ONG Grain fez uma lista global de terras agrícolas adquiridas por investidores estrangeiros no período compreendido entre os anos de 2006 e 2015 (Grain 2016). Rivero Villaverde (2017) recolheu estes dados, chegando à cifra de 3.927.450 hectares, o que equivale ao tamanho territorial da Bélgica ou dos Países Baixos, compradas por 59 investidores estrangeiros em toda a América Latina. O Brasil lidera a lista com 2.727.502 hectares (correspondendo ao território do Haiti), seguido por Argentina (9.513.116), Paraguai (208.549), Colômbia 9.154.660), Uruguai (144.178), Peru (80.149), Venezuela (60.000), Bolívia (57.845), Jamaica (30.000) e Belize (1.600). Os compradores provêm dos Estados Unidos, China, Singapura, Japão, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Índia, Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Canadá, Itália, Portugal, entre outros. Mas também a elite aristocrática latino-americana, especialmente a do Brasil e da Argentina, está envolvida na compra de terras agrícolas.

Um dos exemplos é o barão da soja brasileira, Blairo Maggi, que recebeu do seu pai o controle da Andre Maggi Group, a maior empresa privada produtora de grãos de soja do mundo. Tal como ocorreu no feudalismo, nesse caso também existe uma interdependência muito próxima entre poder econômico e poder político. Em 2002, Blairo Maggi foi eleito governador do Estado do Mato Grosso, região considerada o núcleo da produção da soja. Três anos mais tarde, Maggi foi premiado pela organização ambiental Greenpeace com o duvidoso Prêmio Motosserra Dourada pela maior destruição de bosques virgens no

Brasil: sua empresa desflorestou áreas de conversação para a criação de plantações de soja. O prêmio foi justificado da seguinte maneira: “Apenas depois de dois anos de governo, ele fez do Estado do Mato Grosso o líder na destruição de selvas: 48% dos cortes de bosques chuvosos amazônicos se realizaram nesse estado” (Greenpeace, 2005). Surpreendido pela entrega do prêmio numa escola, Maggi se recusou a aceitá-lo e fugiu por uma porta traseira. Durante o governo conservador de Michel Temer, Maggi foi ministro da agricultura.

Além de sua exploração imediata, a terra é uma reserva de capital. Nesse sentido, o economista David Harvey entendeu os elementos espaciais, como as terras agrícolas, em sua função de solidificação espaço-temporal de capital (*spatio-temporal fix*) (Harvey, 2001). O capital está espacial e temporalmente ligado a investimento em terras não apenas como um fator gerador de produção, mas sim, caso seja necessário, como um elemento de herança que pode ser transferido de uma geração para outra. A alta concentração de terras é sumamente importante para a reprodução das elites e da desigual estrutura social.

Até agora, a questão da refeudalização foi abordada e discutida, principalmente, em termos econômico-políticos. Mas também em termos de relações sociedade-natureza e, sobretudo, em termos de metabolismo social, existe uma impressionante tendência à refeudalização que afeta as bases energéticas da produção econômica. Desde o século XVIII o capitalismo industrial foi baseado energeticamente na revolução fóssil. Para poder satisfazer a demanda energética, foram

requeridos combustíveis fósseis, como o carvão (desde o século XVIII), o petróleo (desde começos do século XX) e o gás natural (desde a segunda metade do século passado) (Altvater/Mahnkopf, 1996, pp. 510-518). Atualmente, esses limitados combustíveis estão se esgotando e podem apenas ser conseguidos com grandes esforços, como é o caso do *fracking* ou das plataformas petrolíferas no alto mar. É indiscutível que a era do fóssil do capitalismo industrial está chegando ao seu fim desde finais do século XX. As esperanças tecnológicas depositadas numa possível era nuclear pós-fóssil desapareceram logo após as catástrofes de Chernobyl, Harrisburg e, mais recentemente, Fukushima.

Em vista da iminente crise energética, é ainda mais significativo que atualmente estejamos presenciando um retorno ao uso de fontes energéticas da época do feudalismo europeu. Nesse último período a energia esteve baseada na energia solar, na fotossíntese e na produção de energia a partir de material orgânico. Especialmente a madeira, e sua forma derivada em carvão, foi a fonte de energia mais importante durante o feudalismo. Hoje existe um incrível retorno às energias bióticas, como é o caso dos biocombustíveis produzidos a partir do óleo de soja, palma africana, coco, entre outras sementes e vegetais. Os biocombustíveis não são apenas utilizados para meios de transporte, senão também como combustíveis para calefação. A substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis e a criação de plantas de energia renovável são uma das principais razões do acúmulo e concentração da propriedade de terras descrita acima.

Para a debate clássico do (neo-)marxismo sobre o feudalismo e o capitalismo na América Latina, a questão da acumulação de capital é um dos aspectos centrais. Grande parte do debate materialista-histórico (“historisch materialistischen Debatte”)<sup>58</sup> a respeito do feudalismo na Europa e América Latina limita-se ao assunto da exploração da mão de obra. Como já se foi estabelecido, o problema de acumulação através da apropriação da mais-valia resultante da força de trabalho é um aspecto fundamental do debate sócio-histórico sobre o feudalismo. No entanto, em contraste com a formação histórica do feudalismo, hoje a mão de obra não está vinculada ao feudo, mas à divisão das rendas do produto da herança que leva a uma precarização das massas camponesas. De fato, em muitas partes da América Latina se fala de um processo de descampanização.

A exploração da força de trabalho não é a única forma de acumulação de capital. Rosa Luxemburgo, em particular, assinalou a importância do roubo e a privatização no processo capitalista de acumulação (Luxemburg, 1923), o qual me parece um aspecto fundamental para a compreensão do presente processo de refeudalização. Nesse sentido, a valorização de grandes áreas de terra pode ser entendida como uma continuação da acumulação original. As expressões concretas da acumulação por despossessão vão muito além da denominada acumulação originária por aquisição de terras

---

<sup>58</sup> N.T.

(por exemplo, no caso da monopolização de terras) (Zeller, 2004, pp. 11-15).

Primeiro, e mais importante, é a expansão da propriedade capitalista e as relações de produção. Nesse sentido, é de particular relevância a privatização dos bens comuns. A partir da virada neoliberal na América Latina, desde a década dos anos 70 até início do século XXI, medidas e ajustes estruturais tinham como resultado a transferência de bens públicos ao setor privado. Muitos setores da economia, especialmente no caso dos de energia e de recursos, foram privatizados, na mesma proporção que no caso da privatização e capitalização dos sistemas de segurança social e de educação. O sistema de fundos privados de pensões, uma área da economia anteriormente baseada em fundos sociais, foi completamente reformulado pelo processo de exploração capitalista. No caso chileno das Administradoras de Fundos de Pensões (AFP), a baixa nos ganhos dos mercados financeiros foi motivo para o não pagamento das pensões que supostamente ofereceria, intensificando assim o mal-estar social. Em 2016, houve grandes manifestações sociais exigindo o fim do sistema privado de pensões.

Outro aspecto é a extensão dos direitos de propriedade a bens que eram formalmente entendidos como bens públicos e comuns. Isso inclui a criação de patentes de espécies e genes de animais ou plantas específicas. Particularmente na América Latina, a biopirataria é um problema considerável, tanto que levou à criação especial de uma unidade policial que patrulha a Amazônia brasileira. De maneira idêntica, foi legislada no

Equador, recentemente, a regularização da prospecção da biodiversidade (Heeren, 2016). Todas estas medidas de controle e patentes têm como foco os interesses das corporações internacionais, ignorando por completo os direitos de uso, assim como o conhecimento específico e a propriedade intelectual dos povos indígenas, medidas que resultam fundamentais para a refeudalização da economia. Todas estão baseadas, em maior ou menor medida, na ideia ativa de “roubo” entendido como expropriação.

### 3.2 Os novos barões ladrões

A acumulação por desapropriação não se limita apenas a processos já mencionados, que são considerados legais dentro das margens do contexto de uma economia capitalista. As atividades ilegais são uma parte integral das atuais tendências de refeudalização. Se forem revisadas as listas das pessoas mais ricas do mundo, pode-se ver que nelas se encontram muitos crimes. Em 1987 Forbes incluiu o narcotraficante colombiano Pablo Escobar Gaviria e os irmãos Ochoa, Jorge Luis, Fabio e Juan Davis, de origem colombiana, numa lista das pessoas mais ricas. Nos anos sucessivos, foi acrescentado à lista Gonzalo Rodriguez, associado ao cartel de Medellín. Atualmente, também o líder do cartel de Sinaloa, Joaquín Guzmán, conhecido como “El Chapo”.

Em 2008, Forbes calculou sua fortuna desse modo:

35 milhões de pessoas nos Estados Unidos consomem narcóticos e medicamentos sob prescrição, gastando

64 bilhões de dólares ao ano. A DEA, Agência Antidrogas dos Estados Unidos, e outros especialistas da área estimam que Guzmán, 54 anos, controlou entre um terço ou metade da venda do atacado do mercado mexicano de medicamentos durante os últimos oito anos. Em 2008, de acordo com o governo dos Estados Unidos, traficantes de drogas mexicanos e colombianos fizeram lavagem entre 18 e 19 bilhões de dólares. É provável que Guzmán e sua operação tenham arrecadado 20% disso, o suficiente para que ele tenha angariado 1 bilhão de dólares ao longo de sua carreira e com isso possa ter um lugar na lista dos bilionários pela primeira vez (Bogan, 2009).<sup>59</sup>

Já em meados dos anos 80, as vendas globais de drogas haviam alcançado um número estimulado entre 300 e 500 bilhões de dólares, aproximando-se do volume de vendas de petróleo (Wichmann, 1992, p. 17). Assim, as drogas ilegais ganharam uma posição destacada na economia global. A importância do tráfico ilegal de drogas para a economia global capitalista foi, provavelmente, mais enfaticamente destacada nos anos 2007 e 2008 devido à crise financeira global. O diretor da Oficina de Nações Unidas contra a Droga e o Crime, Antônio Maria Costa, considera que o dinheiro do tráfico ilegal de drogas salvou o Banco Mundial do colapso, uma vez que foi a única fonte de liquidez nesse momento. Costa argumenta

---

<sup>59</sup> Tradução a partir do original em inglês.

que ao menos 352 bilhões de dólares foram transferidos do mercado de droga ilegal para o sistema econômico formal.

Em muitos casos, o dinheiro do tráfico de drogas foi o único meio de investimento líquido de capital. Na segunda metade de 2008, a liquidez foi o principal problema do sistema bancário, porque o capital líquido se transformou num fator importante [...]. Os empréstimos interbancários foram financiados por dinheiro proveniente do tráfico de drogas e outras atividades ilegais [...]. Havia sinais de que alguns bancos foram resgatados dessa maneira (Rajeev, 2009).<sup>60</sup>

Este ponto deixa claro que embora a economia gerada pela droga seja ilegal, em nenhum caso está separada da atividade econômica legal. Mais ainda, existem vias de comunicação com laboratórios químicos e bancos, com empresas do setor imobiliário e do setor de construção de casas de investimento que estão envolvidas na lavagem de dinheiro. Apesar disso, os cartéis expandiram consideravelmente seus setores econômicos para além do tráfico de drogas, chegando a áreas como a prostituição e o tráfico de órgãos do corpo humano. A extorsão é igualmente um negócio lucrativo, a desestabilizar o monopólio de uso da força por parte do Estado, no mesmo nível do direito humano dos cidadãos da inviolabilidade das pessoas. Suas formas mais simples são o roubo e a extorsão.

---

<sup>60</sup> Tradução a partir do original em inglês.

Como barões ladrões, ou bandidos da Idade Média europeia, que se opõem às regras do emergente sistema mercantil e do poder dos senhores feudais, e, também, em grupos armados, atacam moradores locais e imigrantes. Para além da bandidagem, os cartéis no México e na Colômbia emergem agora como novos senhores feudais, a exigir pagamento de impostos, ou cotas para garantir a segurança daqueles que vivem em territórios habitados por eles. Ao abandono dos direitos burgueses, impõe-se às autoridades locais o princípio feudal de pagamento por proteção. Na Colômbia, em 2009, instauraram-se as “vacinas”, um eufemismo para se referir ao pagamento por proteção oferecido pela máfia, o qual totalizou, entre vários grupos criminosos, o valor de 1 bilhão de dólares (Wallace, 2013).

Para as descrições jornalísticas da aristocracia monetária deste submundo do crime, utilizam-se comumente termos relacionados ao feudalismo, como “barão da droga” (“drug baron”)<sup>61</sup> ou “senhor da droga” (“drug lord”)<sup>62</sup>. No debate das ciências sociais foi cunhado o termo “senhor da guerra” (“warlord”)<sup>63</sup>. Especialmente no contexto das “novas guerras” (Kaldor), as que já não se dão entre Estados, mas sim entre diferentes atores que buscam o controle de certos recursos, o “warlord” ou “empresários da violência” são figuras centrais. Desde os fins da década dos anos 90, o conceito foi utilizado particularmente em contextos africanos para se referir a

---

<sup>61</sup> N.T.

<sup>62</sup> N.T.

<sup>63</sup> N.T.

atores armados que se desenvolveram em condições de um estado progressivamente falido (“failed states”)<sup>64</sup>, e que exerceram um controle territorial para seu próprio benefício e ganhos. Especialmente depois de 11/9 e das guerras no Afeganistão, a percepção mediana do conceito de “warlord” se elevou a “arquétipos dos senhores de guerra” (“Archetypen des Kriegsfürsten”)<sup>65</sup> (Schetter, 2004, p. 3). Foi apenas a partir de 2000, com o surgimento do islamismo militante, especialmente com a Al Qaeda e o Estado Islâmico, que o conceito de “warlord” foi descartado.

Na América Latina, o conceito foi majoritariamente utilizado para se referir a grupos de traficantes de droga e grupos paramilitares, especialmente na Colômbia e México. O que é importante, porém, é que os senhores da guerra não só desestabilizam as instituições, mas também colonizam as estruturas do Estado, ignorando o Estado de direito.

No contexto africano, o antropólogo Gero Erdmann (2002) fala de “sistemas de governo neopatrimonial”. Talvez isso seja mais evidente na Colômbia, dada a colaboração entre o exército regular e os paramilitares durante a década dos anos 90, com a consequente colonização do Estado colombiano por parte dos paramilitares. O lado econômico desta refeudalização da violência se expressa em conceitualizações como a

---

<sup>64</sup> N.T.

<sup>65</sup> N.T.

“economia da violência” (“Gewaltökonomie”)<sup>66</sup> (Ruf, 2003) e “mercado da violência” (“Markets of Violence”)<sup>67</sup> (Elwert, 1999). O sociólogo George Elwert argumenta que o surgimento de empresários da violência gera o mercado econômico ideal para os mercados ilegais, nos quais uma grande quantidade de dinheiro pode ser gasto com relativamente pouco esforço, sempre com o uso da violência. As atividades como o tráfico de drogas e de armas – atividades extrativistas (como exploração de metais e pedras preciosas) – equivalem ao roubo, à extorsão, à pirataria, ao sequestro de reféns e ao controle do dinheiro e dos preços. Geralmente, para essas atividades não é necessário um grande investimento, dado que o controle pode ser exercido através das armas. A massificação das gangues na América Central é um exemplo disso.

Torna-se igualmente claro que a massificação dos atores da violência neofeudal não pode ser explicada apenas por modelos meramente racionais, mas tem uma dimensão identitária que se encontra também relacionada à falta de possibilidade de integração dos Estados. A refeudalização, além de estar baseada em fatores econômicos e na violência, está acompanhada por uma tribalização identitária da sociedade.

---

<sup>66</sup> N.T.

<sup>67</sup> N.T.

### 3.3 Acumulação por omissão: do Panamá ao paraíso

O debate da acumulação por despossessão foi destacado em atividades predatórias que visam abarcar novas áreas no processo de acumulação capitalista. Além disso, há também um processo de acumulação por omissão, que consiste, principalmente, nas estratégias de evasão das normas e regras ética e legalmente estabelecidas para a redistribuição social da riqueza. Elas são particularmente notórias para as estratégias de organizações criminais e para a evasão massiva de impostos.

A evasão de impostos não pode simplesmente ser entendida como um erro individual. Por trás da evasão de impostos dos poderosos grupos econômicos, existe uma rede altamente complexa de empresas legais, consultores financeiros, bancos e paraísos fiscais *off-shore*. Em tanta atividade ilegal, o anonimato tem um grande valor nesse sistema, cuja complexidade e alcances têm sido investigados insuficientemente. Uma amostra do núcleo dessa espécie de pântano de corrupção foi oferecida com o caso dos *Panama* e *Paradise Papers*, os quais se fundamentam em dados vazados que foram entregues a jornalistas críticos desse sistema. A responsabilidade do trabalho de investigação foi dos editores do jornal alemão “*Süddeutsche Zeitung*”, Bastian Obermayer e Frederik Obermaier (2016). Os chamados *Panama Papers* estão baseados em dados do escritório de advogados Mossack Fonseca, que funciona no Panamá, e que conta com mais de 14 mil clientes, os quais receberam ajudas na criação de

mais de 214.488 empresas fictícias em 21 paraísos fiscais internacionais. Os documentos filtrados dos *Paradise Papers* cobrem informações da década de 1950 e foram publicados em novembro de 2017, logo após a investigação do *Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos* (International Consortium of Investigative Journalists-ICIJ, 2017). Essas incluem a informação de mais de 13 milhões de documentos da firma legal Appleby e da empresa Asiatic Trust. O modelo desse negócio está baseado em segredo e em anonimato; os clientes são referidos através de pseudônimos.

Os escritórios de advocacia que operam o negócio por meio de empresas fictícias para esses clientes estabelecem, em sua maioria, diretores fantasmas especialmente definidos para desviar a atenção dos verdadeiros donos. É através dessas figuras nas sombras que os verdadeiros donos podem realizar transações financeiras e incrementar seu patrimônio e riqueza, especialmente através de especulação em transações de dinheiro. Em 10 de fevereiro de 2017, os advogados Ramón Fonseca e Jürgen Mossack, da firma Fonseca Mossack, foram detidos por sua participação na rede de corrupção gerada em torno da empresa de construção brasileira Odebrecht, que foi catalogada pela oficina de prosseguimento panamense como uma organização criminal.

A exposição dos *Panama Papers* provocou um escândalo em nível mundial, com consequências que no presente texto apenas podem ser indicadas de maneira parcial. Na Islândia, por exemplo, o primeiro-ministro,

Sigmundur Davíð Gunnlaugsson, teve de deixar seu cargo por ter investimentos secretos em paraísos fiscais *off-shore*; o ministro de Finanças e o ministro do Interior de seu governo estavam da mesma forma envolvidos. Além disso, oligarcas russos, chefes petroleiros e bancos europeus, das mesmas empresas internacionais como Apple, Nike y Facebook, estavam envolvidos. Os paraísos fiscais *off-shore* nas Ilhas Cayman, nas Bahamas e em Malta são considerados como os núcleos dessa classe de transações financeiras. Documentos filtrados nos *Paradise Papers* apresentam mais de 120 políticos, entre os quais se encontram muitos líderes de Estado, como o secretário de Comércio da administração Trump, o multimilionário Wilbur Ross, e até a rainha Elizabeth II.

A indústria do entretenimento está do mesmo modo altamente envolvida. Os subornos da Federação Internacional de Futebol (FIFA), relacionados com os direitos de transmissão de eventos, levou à renúncia e prisão de seu vice-presidente, o uruguaio Eugenio Figueiredo. Também há celebridades que são clientes dessa classe de agências financeiras. Na lista de clientes dos *Paradise Papers* estão o líder da banda inglesa U2, Bono Vox, assim como Madona e a cantora colombiana Shakira. Outro exemplo é a estrela do mundo do futebol Lionel Messi, que com o apoio de Fonseca Mossack criou a empresa de correios Mega Star Enterprise, embora já entre os anos de 2007 e 2009 tenha tido o jogador uma série de receitas ocultas relacionadas a seus direitos de imagem. Messi recebeu ajuda de uma firma de advogados uruguaiois, que mais tarde teve atividade no Panamá,

fugindo de impostos na soma de 4.100.000 euros, pelo que foi sentenciado pela justiça espanhola a 21 meses de prisão, condenação que jamais cumpriu<sup>68</sup>.

Como já mencionado, até mesmo políticos de alto escalão estão envolvidos nos relatórios dos *Panama Papers*, inclusive políticos latino-americanos. No Panamá, Ramón Fonseca, cofundador da firma Mossack Fonseca, está intimamente ligado à classe política, a tal ponto que é assessor do presidente e vice-presidente do Partido Panameñista, atual partido do governo. O Brasil foi um dos países da região que se viu particularmente afetado com este escândalo de corrupção. A investigação conseguiu conectar os *Panama Papers* e os *Paradise Papers* com os casos de corrupção da empresa estatal de petróleo, Petrobras, e com a empresa de construção Odebrecht. Com a Operação Lava Jato a Justiça brasileira se concentrou na luta contra o dinheiro lavado, o suborno e a evasão de impostos. No processo consta que no Brasil, entre os clientes de Mossack Fonseca, mais de cem pessoas cometeram algum desses tipos de delito. Contudo, é significativo que não se pôde demonstrar nenhuma conexão direta com os presidentes Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em contrapartida, estabeleceram-se conexões com o Partido Movimento Democrático do Brasil (PMDB), através de Michel Temer, que derrubou Dilma Rousseff mediante um “golpe de Estado frio” em 2016. Esse foi um

---

<sup>68</sup> Panama Papers. Die Geheimnisse des schmutzigen Geldes [https://www.sueddeutsche.de/thema/Panama\\_Papers](https://www.sueddeutsche.de/thema/Panama_Papers), 2017.

dos mais relevantes argumentos para a destituição de Dilma Rousseff.

Um dos condutores desse “golpe frio”, o pastor evangélico radical e presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, foi destituído do seu posto por estar envolvido criminalmente nos *Panama Papers*. Nos *Paradise Papers*, por outro lado, Blairo Maggi, ex-ministro da Agricultura do Brasil, estava envolvido por meio de sua empresa Amaggi LD Commodities. O próprio Maggi alegou que não recebeu benefícios financeiros dessas empresas, embora o processo a respeito desse caso siga em aberto (ICIJ 2017).

O ex-ministro de Finanças do Brasil, Henrique de Campos Meirelles, está igualmente envolvido em transações financeiras obscuras. Meirelles criou nas Bermudas a Fundação Sabedoria, que supostamente seria um benefício para o sistema de saúde brasileiro depois de sua morte, do qual investigadores e críticos suspeitam de corrupção e evasão de impostos. Um modelo similar de caridade está sendo impulsionado pelo presidente colombiano Juan Manuel Santos, que criou em Barbados empresas tais como a Global Tuition & Education Insurance Corp. Para promover a atividade educativa, corporação que é acionista da Global Education Group Colombia S.A. (Chavkin y Díaz-Struck, 2017). Nesse sentido, mas em outro setor econômico, é o caso do ex-presidente da Costa Rica, José Maria Figueres Olsen, filho do homem que foi três vezes presidente, José Maria Figueres Ferrer. Enquanto Figueres Ferrer fundou o Instituto Costariquense de Eletricidade (ICE), dois de seus

filhos, os irmãos José Maria e Mariano, mantiveram operações no setor privado de eletricidade desde a década de 90, através de uma empresa *off-shore*, em países como Chile e Guatemala.

Os *Paradise Papers* revelaram que o novo governo conservador da Argentina está envolvido nesse tipo de casos. O ex-ministro de Finanças de Macri, Luiz Caputo, ocultou de sua declaração financeira obrigatória ao menos os investimentos *off-shore*. Alto Global Fund, nas Ilhas Cayman, e Noctua Partners LLC são as empresas que Caputo havia “esquecido” de declarar em sua declaração financeira. Cabe assinalar que Caputo é primo de Nicolás Caputo, dono de uma das maiores empresas de construção da Argentina e amigo próximo do presidente Macri.

O segredo e a ocultação de ativos, no mesmo nível dos investimentos em paraísos fiscais, e a criação de empresas fantasmas não são apenas importantes para a evasão de impostos, como fundamentais para outras atividades econômicas ilícitas como a lavagem de dinheiro de lucros provenientes de atividades ilegais, especialmente do tráfico de drogas. Mossack Fonseca teve conexões diretas com o chefe da droga mexicana Rafael Caro Quintero, que criou e conduziu durante a década de 80 o hoje extinto Cartel de Guadalajara. Durante o processo dos *Paradise Paper*, o banco privado alemão Berenberg sofreu críticas, já que entre seus clientes estava o austríaco Martin Lustgarten, que, de acordo com a Justiça dos Estados Unidos, ajudou a lavar mais de 100 milhões de dólares de cartéis de droga, tanto mexicanos como colombianos, e de grupos paramilitares.

Por meio desta classe de operações é como o dinheiro do tráfico de drogas retorna à circulação dos fluxos da economia formal, o que demonstra que a economia informal gerada pelas atividades ilegais tem canais de comunicação com a economia formal. A chamada “economia nas sombras” adquiriu tamanha relevância a nível global, que a economia clássica nacional, com foco sobretudo no PIB (no qual a economia nas sombras flui apenas indiretamente), atingiu seus limites explicativos sobre seu próprio funcionamento.

Para compreender a refeudalização da economia através dessa economia das sombras, um amplo campo de economia informal (incluindo a economia da *dark web*) deveria ser incluído integralmente nos indicadores econômicos. Do mesmo modo, os atores-chave desta economia das sombras deveriam ser revelados. Krysmanski utilizou a imagem do “castelo concêntrico” com o objetivo de mostrar a ampla rede de instituições de  
Beaverstock esclarece:

Testemunhamos uma mudança na qual os super-ricos estão atendidos pelos serviços bancários e financeiros. Os milionários, multimilionários e bilionários são hoje classificados no mercado de HNW por uma nova indústria privada de gestão de patrimônio, refletindo a cambiante composição social dos super-ricos do “velho” e “novo” dinheiro (Beaverstock 2012, p. 388).<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Tradução a partir do original em inglês.

Informações relevantes são disponibilizadas por *think tanks*, como Merrill Lynch Capgemini. Parte dessa informação é pública e constitui uma parte fundamental das fontes utilizadas para este trabalho.

Enquanto os assessores dessa classe de instituições pedem reconhecimento científico, outros, como o Mossack Fonseca, estão na interface no meio da economia formal e da economia das sombras. Entre o 1% mais rico existe um alto potencial criminal, fundado no aumento do capital privado e na tentativa de frear e impedir sua redistribuição. Para além da acumulação por roubo, isto aponta para atitudes e ajustes culturais. Nesse sentido, cabe mencionar a coincidência com o pensamento de Thorstein Veblen e sua concepção de “classe ociosa” (“leisure class”)<sup>70</sup>, que afirma que a acumulação de riqueza privada leva regressivamente ao princípio básico do roubo.

O roubo é, para Veblen, um dos princípios preferidos da “classe ociosa” aristocrática a fim de acumular riqueza e manter um estilo de vida luxuoso. Para ele, isso foi especialmente visto no surgimento e no auge do capitalismo financeiro da “Gilded Age” (Idade Dourada)<sup>71</sup> de 1870 até 1900 nos Estados Unidos: “A relação da ‘classe ociosa’ com o processo econômico é financeira, pois se realiza por meio da aquisição e não através da produção; caracteriza-se pela exploração e não pela utilidade” (Veblen, 1986, pp. 202-203)<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> N.T.

<sup>71</sup> N.T.

<sup>72</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Esta abordagem nos leva a explorar enfoques culturais e processos de formação de identidades no contexto dos processos de refeudalização.

## CAPÍTULO 4

### IDENTIDADES DE CONSUMO: ENTRE O LUXO E A NOVA SERVIDÃO

---

Se as informações socioestruturais e as análises da classe alta são insuficientes, especialmente na América Latina, isto se torna ainda mais certo no momento de um debate sobre as identidades políticas e culturais dos 10% mais ricos. Em teoria sociológica, deveríamos referir-nos ao já clássico trabalho de Thorstein Veblen a respeito da denominada “classe ociosa”, escrito entre o século XIX e o século XX, em plena “Gilded Age” estadunidense. Através de uma combinação pouco ortodoxa de darwinismo social, evolucionismo e antropologia cultural, Veblen propõe que a “comparação invejosa” é o princípio regulador da diferenciação e da distinção. Este princípio básico é determinado por Veblen com distintas expressões nos diferentes momentos do desenvolvimento humano.

A honra e o prestígio alcançado com a vitória sobre outro grupo a partir da caça de uma presa (especialmente o roubo de uma mulher) formam a base para “o prêmio invejoso da riqueza” (Veblen, 1986, p. 44). O roubo inclui atividades não produtivas, como a caça e a guerra, mas também o esporte. Historicamente, as práticas prevalecentes de aquisição de prestígio variam desde o simples roubo à aquisição de mão de obra, à ganância monetária através da especulação e às previamente analisadas dinâmicas de acumulação por desapropriação.

Contudo, o motivo subjacente da comparação odiosa (ou invejosa) entre indivíduos persiste e é, até mesmo, exacerbada com o estabelecimento da propriedade privada e a emergência do capitalismo.

Mesmo na sociedade atual, a admiração por atos heroicos tem um lugar importante. No campo da economia das sombras, pode-se fazer referência aos narcocontecimentos, particularmente populares no México, glorificados em canções sobre as supostas ações heroicas dos barões da droga. Mas também se pode ver que no campo da economia formal o fator heroico não desapareceu. Basta revisar as revistas de economia e os *blogs* sobre isso para descobrir que a admiração pelos atos econômicos heroicos é ainda muito comum. Os milionários *self-made*, ou os diretores e executivos de alto escalão, parecem ser os heróis de nosso tempo. Empreendedores e inovadores jovens na indústria da tecnologia da informação não apenas se tornam milionários com uma ideia brilhante sobre o desenvolvimento de uma aplicação, como podem transformar-se em heróis do século XXI para a indústria cultural. Nesse sentido, basta recordar a megaprodução de Hollywood baseada na história do criador do Facebook, Mark Zuckerberg.

Um ato heroico ou golpe de sorte de um gênio também são reproduzidos constantemente na televisão, nos incontáveis espetáculos de tipo “*Quem quer ser milionário?*”. Nesse caso, a permanente inveja comparativa apresentada em programas de televisão, combinada com a ilusão de que qualquer um poderia

tornar-se milionário, é uma ideia que permeia a cultura cotidiana. O criador de jogos de mesa Brent Beck apresentou ao famoso distribuidor de jogos alemães Schmidt o jogo *Big Deal*, cuja ideia consiste em práticas de roubo capitalista encobertas, unidas à ostentação da acumulação de riqueza:

Faça uma fortuna na medida em que você consegue bens de luxo e dinheiro – sempre em pares. Mas por que se esforçar? Pegue, simplesmente, as coleções dos outros jogadores! Mas, cuidado: de repente você pode perder as cartas certas de que necessita, e a fortuna que você conquistou com tanto trabalho poderia desaparecer mais rápido do que o imaginado... Quem é inteligente e se aproveita das coleções de seus adversários no momento certo, se aproximará do objetivo de ganhar o jogo e de ser um milionário em dólares.<sup>73</sup>

A editora acrescenta: “Um jogo divertido no qual não se pode estar nunca seguro de seus objetivos”. Ideias como as de *Big Deal* não apenas permeiam a vida cotidiana, mas também entram no campo social. Nos Estados Unidos, com o presidente Donald Trump, a ideia do *Big Deal* e a humilhação associada a esta classe de concorrência já haviam adentrado o campo político.

Derivado dos arcaicos e patriarcais conceitos de masculinidade do guerreiro e do caçador, Veblen descobriu que o prestígio, primordialmente, é adquirido

---

<sup>73</sup> Esta frase se encontra em uma das cartas do jogo. [N.T.]

pela “façanha heroica”. Na história da América Latina, o conquistador, com frequência um nobre empobrecido (um fidalgo), pode facilmente ser identificado com o protótipo de prestigioso guerreiro. A façanha heroica é, em última instância, associada com a usurpação e o roubo. Esta situação é hoje, apesar de qualquer alegação relacionada com os supostos processos de civilização, de grande importância no processo já mencionado de acumulação por despossessão.

Veblen pressupõe uma transformação histórica da comparação odiosa:

Na medida em que o trabalho desloca o roubo na vida cotidiana e nas ideias das pessoas, a acumulação de riqueza suplanta gradualmente o troféu da rapineira façanha heroica, a qual até hoje tem sido entendida como algo convencional, fruto do êxito e da superioridade (Veblen, 1986, p. 45).

Enquanto o ato heroico é, atualmente, sobredeterminado economicamente, é o consumo ostentoso, especialmente referente ao setor de luxo, um distintivo da classe ociosa em nível global. Veblen não reconhece na classe dominante habilidades produtivas; em vez disso, ela baseia seu estilo de vida na apropriação rapineira dos outros, destacando, precisamente, seu caráter ocioso, o que mostra que a distinção está baseada na evidente ausência de qualquer atividade produtiva. De

maneira similar ao “potlatch”<sup>74</sup> das primeiras comunidades do noroeste da costa norte-americana, esta exibição ostentosa adquire as dinâmicas de uma “competência pela honra e prestígio”. O próprio prestígio, visando evitar o máximo possível o trabalho produtivo, se vê refletido no afã de diferenciação, e até mesmo de desprezo, das classes populares. Isso se pode observar claramente na ostentação de bens e passatempos inúteis, como roupa e produtos decorativos. Não é apenas suficiente possuir riqueza, mas sim o que esta riqueza pode demonstrar socialmente. De acordo com Veblen, existem duas possibilidades nas sociedades capitalistas (pós-)modernas: ostentar ociosidade e preguiça, e demonstrar poder de consumo (Veblen, 1986, p. 93).

Ambos os aspectos estão intimamente ligados ao estilo de vida feudal. No sistema medieval, o menosprezo pelo trabalho físico se devia, entre outros fatores, às ideias do influente padre da Igreja, Tomás de Aquino, que considerava o trabalho físico inferior, se comparado ao trabalho intelectual, o qual se configurava como trabalho nobre. Com essa classificação, Aquino se transformou num ideólogo e apologista da sociedade de estados/ordens (“Ständegesellschaft”)<sup>75</sup>. Em última instância, cada pessoa tem um lugar dado na sociedade feudal, e isso igualmente

---

<sup>74</sup> Uma cerimônia realizada por algumas tribos indígenas na América do Norte. [N.T.]

<sup>75</sup> O conceito de “Ständegesellschaft” remete à compreensão de que as sociedades estariam divididas em grupos fechados, ou melhor, enquanto ordens/estados, que possuiriam determinadas qualidades superiores de uns em relação aos outros. [N.T.]

se reflete em termos de trabalho. O fato de não trabalhar era sinônimo de uma posição elevada, que devia ser admirada.

Apenas com o protestantismo, e nesse caso seguiremos as considerações de Max Weber, podemos identificar uma transformação do significado ético do trabalho. Weber postula uma íntima conexão, uma afinidade eletiva, entre o protestantismo ascético e o propósito capitalista de acumulação de riqueza. Dito de modo simples, a busca protestante pela salvação se seculariza no capitalismo, toda vez que o êxito econômico se transforma num indicador do estilo de vida ético. O elemento central para conseguir tal propósito é o trabalho racional: “Não no trabalho em si mesmo, mas no trabalho profissional racional, é o que Deus exige” (Weber, 1979, p. 171)<sup>76</sup>. Nesse sentido, o empresário exitoso se torna no capitalismo um modelo ético de caráter social. Enquanto, dessa maneira, a classe capitalista foi “meritocraticamente” legitimada, a diligência e a obediência eticamente fundamentadas poderiam ser exigidas da classe trabalhadora.

Desde o século XIX as sociedades capitalistas ocidentais têm estabelecido um sistema de suposta meritocracia, baseado no desempenho. O *status* social não deve ser ditado pelas regras de classe, mas pelo completo desempenho individual de cada membro da sociedade. Desse modo, o ideólogo da livre empresa fundamenta seus

---

<sup>76</sup> Tradução a partir do original em alemão.

princípios afirmando que o desempenho é tudo. Especialmente nas teorias e escritos neoliberais, a figura do empreendedor tem sido posta de modo recorrente no centro dos programas de governo baseados no modelo econômico de maximização de utilidades, do *homo oeconomicus*. Essa transformação ético-religiosa desde a divisão do trabalho até um trabalho ético orientado ao desempenho não se viu refletida na divisão social do trabalho, como se pode observar claramente no processo de proletarianização, durante a Revolução Industrial na Europa ocidental; este seguiu sendo um princípio moral fundamental nas sociedades capitalistas até o final do século XX.

Para o sociólogo Sigward Neckel, é precisamente a recente transição do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro um motor de refeudalização, já que corrói os ideais capitalistas do *entrepreneur* e da ética capitalista segundo Weber. A exorbitante e rápida quantidade de tratos no mercado financeiro global do capitalismo do século XXI reduziu o sistema meritocrático ao absurdo. Os ganhos e utilidades deixaram de depender da diligência, do trabalho e da planificação racional, transformando-se em jogo de azar de alto risco. Do mesmo modo, os lucros potenciais eram tão exorbitantes que facilmente se poderiam dar saltos quânticos dentro da escala social, algo que amigáveis reportagens gostam de relatar em suas histórias sobre o sucesso de milionários *self-made*. Já não se trata apenas de empreendedores exitosos, mas, sobretudo, de astutos especuladores ou gênios inventores da era da informação: “O potencial de

análises de *big data* e o crescente acesso à tecnologia nos levou a uma nova era de multimilionários *self-made*. Os empresários e inovadores jovens e conhecedores da tecnologia se acostumaram a acumular uma considerável riqueza em curto período de tempo” (Wealth-X, 2016, p. 9). Para exemplificar isso, é suficiente pensar em nomes como Bill Gates, Mark Zuckerberg, Travis Kalanick ou Brian Chesky.

Para além dessa nova camada nos círculos da aristocracia monetária, existem, contudo, principalmente na América Latina, aqueles milionários que acumularam sua fortuna na estrutura social da refeudalização e que não apenas reproduziram sua riqueza, mas que a multiplicaram. Nesse caso, o espírito protestante do capitalismo tem desaparecido e estamos em face de uma nova classe de aristocracia monetária. Ao contrário da mera ostentação da aristocracia que Veblen identificou no século XIX, a nova aristocracia global parece, sobretudo, permeada de valores capitalistas. A acumulação de capital no processo de produção, apesar do consumo de artigos de luxo e da ostentação, segue sendo o principal imperativo social dos 10% mais ricos:

Entre 2013 e 2014, a quantidade de bilionários que herdaram completamente sua fortuna diminuiu para 20%. Apesar das transferências de fortunas, a maioria dos bilionários atuais criou, parcial ou completamente, suas fortunas. Em outras palavras, o empreendedorismo segue sendo uma condição essencial para conseguir o *status* de multimilionário. De fato, mais de 48% dos multimilionários

fundaram, ou foram cofundadores, eles mesmos de seus negócios (Wealth-X, 2014, p. 25).<sup>77</sup>

Mas esta acumulação de capital através da produção industrial, como se argumenta no capítulo a respeito da refeudalização da economia, está sendo substituída por formas de acumulação derivadas de rendimentos ou especulação.

Durante o ano passado, o número de multimilionários com riqueza particularmente herdada experimentou o maior crescimento tanto em termos relativos como em termos absolutos. Estes multimilionários, classificados como “herdeiros/feitos a si mesmos”, adquiriram o *status* de multimilionários através de uma combinação de heranças e trabalho duro, quer começando de seus próprios negócios, quer tendo um papel ativo em seus negócios familiares (Wealth-X, 2014, p. 25).<sup>78</sup>

Dessa maneira, a renda monetária depende cada vez menos da capacidade e cada vez mais de posses.

Ainda que a América Latina possa se encaixar muito bem nesta tendência global da mudança de valores do capitalismo, existem algumas características específicas que se deveriam levar em consideração. Isto se deve, principalmente, à origem colonial das atuais sociedades latino-americanas e ao processo específico de formação

---

<sup>77</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>78</sup> Tradução a partir do original em inglês.

das elites, o qual está muito menos marcado pela meritocracia se comparado com a Europa ocidental. Na América Latina, a divisão do trabalho esteve determinada em grande medida pela dicotomia social. Logo depois da violenta conquista, a população indígena e afro-americana foi forçada a ocupar o lugar de mão de obra em minas, fazendas e plantações. Já os conquistadores brancos ocuparam os cargos e postos de trabalhos mais elevados da estrutura social colonial, o que derivou em práticas refeudalizadoras, como foi o caso dos novos títulos de nobreza. Um “espírito aristocrata” sobrevive até hoje nas elites latino-americanas, ao qual se unem as dinâmicas de refeudalização.

#### 4.1 Consumo, luxo e prestígio

O consumo ostensivo é um aspecto central do comportamento da classe ociosa identificado por Veblen, e isso volta a ser especialmente importante na atualidade. Não apenas é possível observar uma polarização extrema da estrutura social, senão que se pode ver igualmente uma polarização em termos de consumo. O jornal alemão *Die Zeit* afirmou recentemente: “Os consumidores ricos são poucos em números, mas possuem uma porção desproporcionalmente grande do bolo do rendimento e consumo. Há cálculos provenientes dos Estados Unidos segundo os quais os 22% dos lares mais ricos realizam 60% do consumo, enquanto os 20% mais pobres apenas

consomem 13%” (Die Zeit, 2008)<sup>79</sup>. Enquanto a maioria excluída deve limitar-se a um “gosto de necessidade” (Bourdieu), explode o consumo de luxo entre os 10% mais ricos.

A importância do consumo para a diferenciação social não pode ser subestimada na atualidade. Já no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial, a sociedade de consumo começou a crescer na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Nos escritos apologéticos se fazia ênfase ao caráter massivo do consumo, mas nos anos recentes podem ser encontrados processos de distinção na sociedade de consumo. A este respeito, o sociólogo Zygmunt Bauman afirma: “Os lugares conquistados ou atribuídos sobre o eixo de excelência/inaptidão de rendimento consumista se convertem no principal fator de estratificação e no critério fundamental de inclusão e exclusão, uma vez que marcam a distribuição da estima ou o estigma social, assim como a cota de atenção pública” (Bauman, 2007, pp. 77-78). O consumo na sociedade global pós-moderna se transforma assim não apenas numa prática racional de satisfação de necessidades, mas sim na *conditio sine qua non* da vida social. A identidade não já é somente determinada pelo pertencimento, mas algo que se produz por meio de um permanente processo de consumo.

Este processo de “autofabricação de identidade” (Bauman, 2007, p. 87) é altamente frágil. Aqueles que não têm acesso ao consumo não apenas se encontram

---

<sup>79</sup> Tradução a partir do original em alemão.

impedidos de uma formação identitária, mas se tornam também supérfluos como indivíduos para a sociedade de consumo (Bauman, 2007, p. 96). Nesse sentido, a formação de identidade mediante o consumo não é um fator de autorrealização, mas um imperativo social indispensável para ter um lugar na sociedade. Para os hiper-ricos o consumo representa a possibilidade de expressar seu *status* no estado global da aristocracia monetária por meio da ostentação, sobretudo através de estilo de vida exclusivo e de ostentação associados à posse de bens, remarcando distinções neofeudais.

Um olhar na história do consumo na América Latina deixa claro que depois do período colonial, no início do século XIX, o gosto das elites estava voltado para a Europa. Principalmente a França, com seu centro cultural, a saber, Paris, se transformou no foco indiscutível do consumo de luxo para a América Latina. Até mesmo o surgimento político e econômico dos Estados Unidos não conseguiu tirar a França dessa posição cultural central. No transcurso do forçado processo de globalização de meados do século XX, o consumo de luxo na América Latina também se tornou mais cosmopolita.

Tal como na Europa, na América Latina houve um *boom* de setores de moda, *design* e artigos de luxo. De acordo com o Euromonitor International (EI), a América Latina tem o maior crescimento desse setor econômico em nível mundial,

Com um aumento de 24% na abertura de lojas e um aumento de 22% em que pesem as vendas registradas. Cresceram

as lojas físicas e as vendas associadas a elas. Países como Chile, Colômbia, Brasil e México são bons exemplos disso. Os dados a esse respeito nos mostram que este setor no Chile aumentou 14% em 2013; no Brasil a demanda cresceu entre 10% e 12% no mesmo ano e se esperam níveis mais altos. O caso mais significativo é o do México. Seu mercado cresceu aproximadamente 29% entre 2008 e 2013. Até 2018 é esperado um crescimento adicional de 34% (Stecchi, 2015).<sup>80</sup>

Algumas cidades da América Latina foram transformadas em centros de consumo de luxo. Nestes lugares encontram-se as marcas mais luxuosas e de alta variedade da indústria da moda, joalheria e perfumes, como salientou Costa da Silva sobre São Paulo: “Redes como Louis Vuitton, Giorgio Armani, Ermenegildo Zegna, Diesel, Hermès, Chanel, Prada, Gucci, Versace, Montblanc, Rolex, Tiffany & Co, Dior Fendi, Balenciaga, Lanvin, Coach e outras têm pelo menos duas ou três lojas em São Paulo, separadas por uma distância não maior que dois quilômetros uma da outra” (Costa da Silva, 2015).

Nas décadas recentes, o filósofo francês Gilles Lipovetsky identificou uma explosão das tendências mundiais de consumo de artigos de luxo que se relacionam com datas e festividades emblemáticas, como o Natal, por exemplo, durante as quais as agressivas campanhas publicitárias das grandes redes de distribuições centram-se

---

<sup>80</sup> Tradução a partir do original em alemão.

nas classes médias e baixas, satisfazendo assim seu desejo de consumo de luxo.

Ao contrário desta “massificação” do desejo por luxo, os 10% mais ricos apostam no neoindividualismo, no qual o consumo de artigos de luxo passa a ser parte do estilo de vida. Nesse contexto, Luc Boltanski e Armand Esquerre (2016/2017) salientaram o caso da paixão por colecionar bens de luxo, tais como relógios, outros clássicos e objetos de arte. Outra classe de *hobbies* distintivos, como ter iates, entram igualmente nessa classe de distinções normativas toda vez que existem atividades de ócio tão caras que são impossíveis de pagar para a imensa da maioria das pessoas.

Uma consideração teórica mais profunda deste segmento da economia ainda não foi realizada de maneira exaustiva. Boltanski e Esquerre (2017) têm o mérito de ter realizado as primeiras reflexões conceituais em torno da “economia do enriquecimento”, a que inclui o auge do setor dos artigos de luxo, o patrimônio, a arte e a cultura. A economia do enriquecimento diferencia-se da produção industrial na medida em que “a valorização de um objeto está baseada numa história, geralmente fundada em seu passado, e apresenta a perspectiva de que o preço desse objeto enriquecido por essa narrativa é uma boa possibilidade para que o valor se incremente com o tempo” (Boltanski/Esquerre, 2017, p. 69).<sup>81</sup>

Esses autores enxergam a origem histórica dessa forma de valor na sistemática construção de coleções

---

<sup>81</sup> Tradução a partir do original em inglês.

durante as primeiras décadas do século XIX na Europa ocidental, embora também se encontrem antecedentes nos chamados gabinetes de curiosidades do século XVII. Em conformidade com argumento do tempo, no qual o passado cada vez mais importa na determinação do presente e do futuro, os autores veem a origem do auge dessas narrativas de enriquecimento especialmente no “efeito patrimonial” (“heritage effect”)<sup>82</sup>, o qual cria novas “marcas patrimoniais” (“heritage brands”)<sup>83</sup> e com sua febre de nostalgia se assemelha quase a uma “mania de patrimônio” (“heritage mania”)<sup>84</sup> (Boltanski/Esquerre, 2017, p. 34).

O maior mérito do conceito da economia do enriquecimento reside, principalmente, em sua âncora político-econômica materialista. Boltanski e Esquerre estão menos interessados nas dinâmicas socioculturais da “retrotopia” (Bauman, 2017) que na importância das narrativas do patrimônio para uma teoria do valor. Nesse sentido, eles estendem a versão de Marx da forma valor normal da produção industrial em massa, ao agregar nela a já mencionada forma de coleção, uma tendência na qual a narrativa de enriquecimento está baseada nas novas marcas de referência, como estilos de vida de celebridades e, em última instância, na “forma de ativo” (“asset form”)<sup>85</sup>, como uma inversão com expectativas de futuros ganhos (Bauman, 2017, pp. 69-70).

---

<sup>82</sup> N.T.

<sup>83</sup> N.T.

<sup>84</sup> N.T.

<sup>85</sup> N.T.

A partir de uma perspectiva pós-colonial, deve ser destacado, agora, que o conceito de coleção está diretamente relacionado à questão do patrimônio colonial. A pergunta sobre qual patrimônio cultural deve ser considerado como tal, qual vale a pena ser conservado e qual pode ser descartado e esquecido, é evidentemente uma pergunta política (Kaltmeier, 2017). Na América Latina e no Caribe, é claro que a maior parte do patrimônio reconhecido pela Unesco é de origem colonial. A esse respeito, assim como com o processo de gentrificação dos centros coloniais das cidades, a narrativa cultural colonial aparece no enriquecimento dos objetos e lugares em questão, especialmente nos imóveis, os quais são apropriados pelas classes altas. O mesmo ocorre com artefatos e objetos de arte colonial.

Além dessas considerações teóricas a respeito do valor, que contribuem para uma maior concentração da riqueza nos 10% já mencionados, deve-se enfatizar a dimensão político-cultural do auge do patrimônio colonial. Neste contexto apresentei em outros trabalhos o conceito de *retrocolonialidade* (Kaltmeier, 2011/2015/2017). Para esta é crucial remover as associações de violência associadas à herança colonial, para superar a vergonha colonial que poderiam chegar a sentir os consumidores. Daí que a retrocolônia evite a apresentação das dinâmicas históricas coloniais, estabelecendo um discurso a-histórico. Ela não pretende representar a fase histórica colonial, mas facilitar a articulação com a cultura de consumo.

Nesse sentido, as narrativas coloniais dão valor a um objeto atribuindo-lhe autenticidade e singularidade, o que cria uma distinção adicional das culturas baseadas na exclusividade e nas fantasias de superioridade histórico-colonial. Nesse contexto, quando na década de 1990 na América Latina os direitos dos povos indígenas foram reconhecidos pela primeira vez desde o início da Colônia, a revalorização retrocolonial do imaginário colonial e o *status* associado à população branco-mestiça das classes médias e altas tiveram seu impacto social considerado. O refinamento dessas narrativas retrocoloniais em torno de determinados objetos se torna um enriquecimento que aumenta o fosso social entre o 1% mais rico e os 99% restantes e, ao mesmo tempo, cria uma narrativa para a formação e a consolidação de uma identidade retrocolonial corporativa e cultural.

#### 4.2 Servidão por endividamento

Uma generalizada imagem estereotipada da América Latina é o endividamento, a qual remonta à crise da dívida dos final dos anos de 1970 e início de 1980, quando os estados latino-americanos, sob a orientação de organizações internacionais e do governo dos Estados Unidos, se endividaram a tal ponto em petrodólares baratos que, depois do aumento do dólar, a dívida e os juros desta foram impossíveis de pagar, gerando a clássica dívida externa. O panorama da dívida hoje em dia na América Latina é mais complicado do que antes. Atualmente, a dívida dos países é bastante inferior em

relação ao PIB se forem aplicados os padrões internacionais.

No começo de 2018 aparece o Brasil como o país de número 40 na lista mundial dos países mais endividados, com uma cota de 78,4%, seguido dos Estados Unidos, na 42ª posição (CIA, 2018). Mas a dívida pública é apenas uma cara da moeda. De 2007 em diante a dívida externa privada começou a subir na região, a tal ponto que em 2011 alcançou o nível da dívida externa pública.

Em relação ao PIB, os países da América Latina com maior taxa da dívida privada são Brasil, Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Peru. No Paraguai, a dívida privada é quase três vezes mais alta que a dívida nacional. Parte dessas dívidas pode, por um lado, estar ligada a parcerias público-privadas entre empresas, mas, por outro lado, também pode estar conectada com a alta do endividamento privado devido ao auge dos créditos de consumo. A América Latina é considerada a região com a maior taxa de endividamento por cartão de créditos em nível mundial. Segundo o Euromonitor International (EI), “três países latino-americanos (Colômbia, Argentina e Chile) estão entre os dez primeiros no *ranking* de crescimento da dívida por uso de créditos desde 2008. Além disso, dos 15 mercados com maior dependência de empréstimos de créditos, quatro estão na América Latina (Venezuela, Colômbia, Argentina e Brasil)” (Evans, 2014)<sup>86</sup>.

No Chile, a dívida dos lares alcançou níveis históricos, em parte devido ao fácil acesso aos cartões de

---

<sup>86</sup> Tradução a partir do original em inglês.

crédito. Ainda de acordo com o EI, o Chile está na ponta do endividamento por uso de cartões de crédito na região:

Em 2013, os chilenos tinham o maior nível de dívida em cartões de crédito em relação ao PIB local em comparação com qualquer outro mercado do mundo. De fato, o chileno médio tem o mesmo nível de dívida por cartões de crédito que aquele tipicamente encontrado entre consumidores de mercados desenvolvidos. Em 2013, o nível médio individual da dívida por cartões de crédito entre os chilenos superou os 2.100 dólares, o que colocou o Chile na frente de países como Noruega, Austrália e Reino Unido (Evans, 2014).<sup>87</sup>

Ainda no tocante a esta menção ao Chile, devemos levar em conta um fator de não menor importância: a média da renda no país é muito inferior à dos países mencionados.

A organização de consumidores do Chile – *Conadecus* – estima que mais de 3 milhões de chilenos não puderam pagar seus empréstimos, o que está ligado ao forte sobre-endividamento existente entre os consumidores. O sociólogo Tomás Moulian atribui este fenômeno às políticas neoliberais e a uma cultura saturada de constante publicidade. Para ele, “a propaganda seduz, glorifica os produtos, exalta as oportunidades. A ideologia explica a moralidade do consumo e o apresenta como um ato pleno de modernidade, já que constitui o acesso à

---

<sup>87</sup> Tradução a partir do original em inglês.

felicidade da época, conforto e entretenimento” (Moulian, 1998, p. 21)<sup>88</sup>.

O cartão de crédito tem a enorme vantagem de possibilitar o consumo imediato, sem necessidade de ter grandes poupanças ou de demonstrar possibilidades financeiras. Além disso, o mercado financeiro se diversificou: 48% afirmam estar endividados com algum banco, e 20% afirmam estar com algum supermercado, enquanto a grande maioria, 79%, afirma manter dívidas com alguma rede comercial. Nesse caso, o desejo de cumprir as necessidades de (pequeno) luxo parece ser um elemento central do endividamento. Comumente, existem situações de adiamento ou se realiza um novo acordo das dívidas, o que contribui com um comprometimento de parte da renda com o objetivo de erradicar a dívida (Conadecus, 2011).

Toda vez que aparecem claras relações de dependência, a *Conadecus* já fala de uma forma moderna de escravidão, embora parecesse mais apropriado falar de uma nova forma de servidão. Tal como na peonagem (ou *concertaje*, ou *huasipungaje*, no Equador), a dívida por servidão se expandiu pela América Latina desde o século XVII até meados do século XX. Esta se baseia na dívida de campesinos indígenas que foram permanentemente atrelados à fazenda para serem constantemente explorados como mão de obra, perdendo a liberdade de escolher por si mesmos suas relações de dependência. Apenas durante o

---

<sup>88</sup> Tradução a partir do alemão.

curso das reformas agrárias das décadas de 60 e 70 a peonagem foi abolida.

Mesmo a dívida pelo consumo de créditos pode regressar a identificações com formas de servidão por endividamento. Grande parte das rendas da população e grande parte do trabalho são dirigidas diretamente ao pagamento das dívidas e juros, ainda quando uma parte considerável dos devedores mais pobres quase não tem nem sequer a possibilidade de quitar suas dívidas e romper assim com as relações de dependência. Como esta forma de endividamento é um fenômeno relativamente novo na América Latina, tem-se que a uma primeira geração de endividados seja a mais afetada. No entanto, segundo as estruturas legais atuais de endividamento, os descendentes das pessoas endividadas podem herdar estas dívidas da geração anterior. Nesse ponto, pode-se identificar uma tendência para a solidificação da estrutura social baseada nesta nova forma de servidão por endividamento.

A refeudalização das relações socioeconômicas está em processo, até certo ponto estudado, no qual os bancos aparecem como os novos senhores feudais. A “economia do enriquecimento” diagnosticada por Boltanski e Esquerre se opõe à espiral de uma economia de pobreza derivada do auge do endividamento privado. É precisamente a refeudalização que, operando sobre a base do capitalismo e valores neoliberais, depois introduz mecanismos de distinção que levam à sua firme consolidação. Esta solidificação e esse fortalecimento do 1% aos 10% mais ricos dão-se, em grande medida, pela diferenciação do mundo e do estilo da vida, e pode ser

constatada pela separação destes, daqueles 90% e 99% restantes – com os quais não existe quase nenhum espaço de contato.

## CAPÍTULO 5

### CIDADELAS, FORTALEZAS E MUROS

---

O primeiro conceito espacial que nos faz lembrar a ideia de feudalismo é, sem dúvida, o de fortaleza. Provido de muros hostis e altas torres de defesa, este tipo de castelo foi desenhado para proteger os seus habitantes de possíveis ataques de vizinhos próximos. Um fenômeno similar, de retorno a esses muros de proteção e às instalações de vigilância, se pode observar na atual economia de refeudalização das relações sociais e dos espaços. Isso se aplica a uma ampla escala geográfica que vai desde os impérios e as Estados-nações até bairros e habitações particulares.

Os grandes impérios utilizam muros em seus contornos com o objetivo de garantir uma proteção estrutural e material, e para marcar a separação tanto funcional como simbólica. O império romano marcava os limites de sua expansão territorial através de *Limes* (*limite* em latim), rotas limítrofes, que eram, em parte, como no caso do Muro de Adriano, construções fortificadas que resguardavam as fronteiras. Já no século VII a.C., o império chinês começou a construir uma barreira protetora contra as invasões e ataques das populações nômades das estepes euroasiáticas. Especialmente durante o domínio da dinastia Ming (1368-1622), a muralha chinesa, considerada a maior construção da história, foi estendida impressionantemente. Até mesmo no século XX, as

fronteiras seguiram sendo marcadas por muros, como foi no caso do Muro de Berlim durante a Guerra Fria, ou da atual divisão entre Jerusalém e Palestina.

A queda do muro de Berlim no fim do século XX não foi apenas o começo da queda do modelo do comunismo soviético, como ajudou também a generalizar a ilusão de um mundo globalizado sem fronteiras. Esta ideia viu-se expressada em conceitos tais como “aldeia global” ou “sociedade civil mundial”. A ideia de uma integração global de caráter cosmopolita expandiu-se – algo que foi promovido, principalmente, pelo livre mercado. Contrariamente a essas ideias otimistas de uma progressiva interação mundial e de uma expansão da democracia no capitalismo global, novas demarcações geopolíticas estão surgindo atualmente. No debate em torno da imigração africana, asiática e latino-americana em direção à União Europeia e a países da zona Schengen, é crescente a referência a uma “Europa fortificada”. Ironicamente, o termo “Europa fortificada” vem da propaganda nazi, e fazia referência às ações nos territórios ocupados pela Alemanha nazista que eram armados para se proteger dos aliados. Em primeiro lugar, as críticas às organizações dos migrantes e refugiados têm levantado a imagem de uma Europa fortificada, apesar da autoformulada imagem de uma Europa cosmopolita. Em contrapartida, o conceito é positivamente utilizado por ativistas da extrema direita, como “Identitären

Bewegung”<sup>89</sup>, para fazer propaganda pela “defesa” ante os refugiados. Câmeras de vigilância infravermelha, patrulha de polícias e militares, a empresa privada de vigilância de fronteiras Frontex, barreiras reforçadas com arames farpados, a construção de cercas e muros nas margens externas da Grécia e Espanha, o estabelecimento de centros de detenção, tudo isso são aspectos atuais de uma política de fechamento impermeável das fronteiras.

Sociólogos e historiadores contemporâneos sugeriram que o século XX deve ser entendido como “o século dos campos”. Alguns autores, como Zygmunt Bauman (1998), ressaltam a existência de uma funesta amálgama entre modernidade e violência, enquanto outros, como Joel Kotek e Pierre Rigoulot (2001), fazem uma simplificação histórica equiparando o sistema de extermínio nazista com os sistemas comunistas, apontando para o seu inerente totalitarismo. Atualmente, este segundo argumento tem perdido sua força explicativa, uma vez que os sistemas democráticos seguem construindo seus próprios campos. Nesse sentido, a tese do filósofo Giorgio Agamben confirma que o campo é o paradigma biopolítico da modernidade ocidental. Este se caracteriza pelo fato de que nele estão suspensas a lei formal e os prisioneiros não são tratados como cidadãos nem como pessoas, mas como simples *vida nua*. É nesse sentido que devemos compreender os campos nos limites

---

<sup>89</sup> Em alemão, “Movimento identitário” é um movimento de extrema direita cuja propaganda está baseada numa permanente mobilização em face dos refugiados e da emigração massiva que a Europa, e especialmente a Alemanha, vem vivendo nos últimos anos. [N.T.]

externos da União Europeia e os controles arbitrários em qualquer outro lugar público.

Uma tendência análoga a este fechamento de fronteiras se faz evidente na fronteira entre México e Estados Unidos. Não apenas desde os anúncios de Donald Trump, pois a militarização das zonas fronteiriças e a criação de um muro na zona limítrofe já eram parte da política migratória dos Estados Unidos. Esse muro não é uma invenção de Trump, pois sua construção começou em 1994, durante o governo do democrata Bill Clinton com a Operação Gatekeeper, e continuou em 1996 com a Lei da Reforma de Imigração ilegal e Responsabilidade Migratória. Dez anos mais tarde, o presidente republicano George W. Bush estendeu o muro com o Secure Fence Act. Essa política de fechamento de fronteiras continuou com a administração de Barack Obama, o qual deixa em evidência que a política fronteiriça dos Estados Unidos em relação a sua fronteira sul foi constante desde meados de 1990, independentemente da tendência política dos presidentes em exercício.

### 5.1 Castelos na cidade

A virada feudal em direção a um retorno dos muros e das fortalezas não apenas pode ser vista nas políticas nacionais de fronteiras, mas também em unidades espaciais menores. Em Lima, a capital do Peru, um muro de dez quilômetros e três metros de altura com arames farpados separa o rico bairro de San Juan dos bairros pobres de Surco. Por medo dos ladrões e do roubo, os habitantes

deste bairro construíram o chamado “muro da vergonha” com o objetivo de demarcar uma separação social (Boano/Desmaison, 2016).

Devido à continuidade da colonialidade, não é surpreendente que essas formas de muros se construam numa cidade como Lima. Na época colonial, Lima era a capital do Vice-Reino do Peru, e era considerada então como “a cidade dos reis”, um nome que ainda recebe hoje. Nas décadas sucessivas, o imaginário social e espacial da cidade foi caracterizado pela divisão entre os filhos de espanhóis (os patrícios) e os indígenas (os plebeus), uma ideia que ainda persiste como uma nostalgia colonial (Kaltmeier, 2015b) (Nugent, 1992). A urbanista Maaria Seppänen descreve a alta segregação étnica social da seguinte maneira: “os plebeus, supostamente, têm de permanecer no lugar que lhes corresponde: têm de (re)conhecer seu lugar no espaço e na hierarquia social e se comportar apropriadamente” (Seppänen, 2003, p. 115).<sup>90</sup> Se os colonizados não correspondem a este imaginário, tal como é o caso dos vendedores ambulantes no centro histórico, convertem-se em objetos sobre os quais serão direcionados o medo, a violência e o ódio racial.

Este é apenas um exemplo, embora muito chamativo, da contínua tendência à separação da classe alta em zonas urbanas, que privatiza o espaço público, ruas e passagens. Em sua análise das tendências contemporâneas de refeudalização, Sighard Neckel afirma

---

<sup>90</sup> Tradução a partir do original em alemão.

que a dicotomização da estrutura social é um aspecto-chave. A distância social entre as elites cosmocratas e os excluídos, denominados também pelo sociólogo urbano Loic Wacquant (2007) como *urban outcasts*, cresce em termos sociais e econômicos. Esta distância no espaço social também tem suas repercussões no espaço físico hierarquizado, para usar um termo empregado por Bourdieu. Por um lado, notamos uma segregação forçada com o crescimento de bairros pobres, favelas, bairros marginais (Wacquant, 2007); por outro lado, vemos novas formas de autosegregação das elites, tais como nos condomínios sobre a arquitetura *bunker*. O urbanista Peter Marcuse (1997) usou o termo “cidadela” para caracterizar esta autosegregação da elite, aludindo às formas urbanas de defesa em tempos feudais europeus.

Uma primeira expressão desta forma de “cidadela” é encontrada nos complexos residenciais e condomínios fechadas (“Gated Communities”)<sup>91</sup> com controle de entrada. Enquanto este tipo de recintos residenciais era construído já nos Estados Unidos da década de 1970, na América Latina começaram a se massificar especialmente durante a década de 1990.

Um repórter da ONU concluiu em 2009 o seguinte:

Cidades latino-americanas e do Caribe, tais como Buenos Aires, cidade do México, Havana, Kingston, Lima, Nassau, Porto Príncipe, São Paulo e Santiago tiveram um crescimento

---

<sup>91</sup> N.T.

dramático em respeito à construção de condomínios habitacionais fechados. Apenas em Buenos Aires, cerca de 450 bairros fechados foram construídos para pouco menos de meio milhão de pessoas durante a década de 1990 (Irázabal, 2009, p. 33).<sup>92</sup>

Para a população, viver nesses bairros fechados significa, por um lado, uma medida de proteção contra o crime, mas, por outro lado, a motivação é também a demarcação e a separação socioespacial das classes e segmentos sociais considerados “inferiores”. Nesse sentido, o sociólogo urbano Peter Marcuse define a “cidadela” refeudal como uma “área espacialmente concentrada, na qual membros de um grupo particular, definido por sua posição de superioridade, em poder, riqueza, ou *status*, em relação a seus vizinhos, se juntam como um meio de proteger e fortalecer tal posição” (Marcuse, 1997, p. 247).<sup>93</sup> Em analogia ao conceito de “Europa fortificada”, Blakely e Snyder (1999) se referem aos condomínios fechados dos Estados Unidos fazendo uso da imagem geopolítica de “América fortificada”.

No caso do Brasil, os sociólogos urbanistas afirmam que os condomínios fechados desse tipo funcionam sob o princípio colonial das fortificações: “tornar impossível a entrada dos indesejados; esconder a existência da riqueza estratégica e facilitar a vigilância do

---

<sup>92</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>93</sup> Tradução a partir do original em inglês.

inimigo” (Dunker 2015)<sup>94</sup>. Os condomínios residenciais fechados no Brasil não são apenas um lugar de preferência habitacional, senão a melhor expressão de um estilo de vida baseado na segregação e na “produção de mundos separados”. O princípio básico dos condomínios de portas fechadas é, precisamente, evitar os espaços públicos frequentados por grupos sociais diferentes. Por meio dessa forma de isolamento, tais condomínios se constituem como estruturas similares a ilhas, no interior das quais prevalece a homogeneidade social e a vida pública é restringida. (Estrada/Guerrón 2016).

Mas essa tendência à refeudalização não apenas se vê refletida nas estruturas espaciais como os condomínios fechados, com muros de separação e a segurança privada. Em sua aparência/aspecto exterior, os condomínios fechados recorrem frequentemente a elementos feudal-coloniais. Assim, Raquel Clement e Jill Grant resumem suas investigações a respeito destes tipos condomínios no pequeno país caribenho de Barbados, do seguinte modo: “O confinamento em Barbados reflete um processo de desenvolvimento que é cúmplice na transformação das formas urbanas tradicionais num desenho urbano neocolonial globalizado” (Clement/Grant, 2012).<sup>95</sup> Do mesmo modo, Ulises Zarazúa (2011) encontrou um frequente uso de motivos e estéticas que fazem referência à herança ibérica colono-feudal nos condomínios fechados

---

<sup>94</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>95</sup> Tradução a partir do original em inglês.

da cidade mexicana de Guadalajara, conhecidos como “cotos”.

Pode-se constatar que há uma operação espacial no tratamento da colonialidade. Com o objetivo de se criar um mercado em torno da colonialidade e da feudalidade, devem ambos ser separados dos significados negativos que carregam, a saber, a violência, a exploração e o racismo. O esvaziamento do conteúdo do conceito de “colonialidade” no contexto das modas retro pós-modernas é analisado em outros textos, também como a retrocolonialidade (Kaltmeier, 2011/2015).

Tal esvaziamento de significado pode ser usado agora como um tema em diferentes âmbitos, entre os quais se encontra a planificação urbana. Um dos aspectos centrais no desenvolvimento desta classe de projetos urbanos é a técnica usada a partir daquela desenvolvida pela empresa “Imagineering”<sup>96</sup>, pertencente à Disney, que é encarregada de criar parques temáticos. Técnica essa que consegue criar uma narrativa temática (“theming”) associada com imagens icônicas (“image”) e implementá-las de maneira física (“engineering”) (Gottdiener 1995/2001). Esta técnica é visível também em alguns projetos de construção de cidades latino-americanas, tais como centros comerciais. O “San Luis Shopping Center”, inaugurado em 2008 no Valle de los Chillos, em Quito, no Equador, é de particular interesse nesse sentido (Kaltmeier, 2011); a construção completa foi desenhada tendo como modelo a narrativa rural-colonial de uma

---

<sup>96</sup> Empresa “Walt Disney Imagineering”. [N.T.]

fazenda. Em razão disso, o júri do “Design and International Development Award 2008 of the International Council of Shopping Centers” (ICSC) estabeleceu o seguinte:

Arquitetonicamente, o centro comercial mantém as fachadas das fazendas andinas com seus muros, altos telhados, forjados a aço, e uma infinidade de detalhes que pertencem ao período da colônia espanhola. Será o primeiro projeto na América do Sul que combina negócios históricos e estilo de vida. Duzentos anos atrás, o *Valle de los Chillos* era o coração da expansão das belas fazendas... Atualmente essa parte da história está sendo preservada pela construção de um incrível centro comercial que é considerado, pela comunidade, como o coração do Vale: San Luis Shopping (2008).<sup>97</sup>

Outro exemplo importante que se refere à tematização do caráter colonial em megaprojetos de construção é a construção da cidade Cayalá<sup>98</sup>, nos arredores da Cidade de Guatemala. A construção começou em 1982, depois da fundação do Grupo Cayalá. Após a construção de muitos condomínios residenciais fechados privados conectados uns aos outros, de 2003 em diante desenvolveu-se o projeto de criar uma cidade autossuficiente, integral, a saber, a Cidade Cayalá. O

---

<sup>97</sup> Tradução a partir do original em inglês.

<sup>98</sup> Agradeço a Heinrich Schäfer pelas informações com respeito a este projeto. [Nota do escritor.]

coração desse novo centro urbano foi a construção, em 2011, de um *shopping center*, apartamentos e escritórios. Além disso, o projeto conta com centros de atenção médica e numerosos lugares destinados à recreação (Ciudad Cayalá, 2018). Até mesmo no projeto não foi esquecido o estilo de igreja colonial em grande escala. O projeto em sua totalidade cobre uma área de 352 hectares, espaço maior do que ocupa o Central Park de Nova Iorque. Este centro residencial, com apartamentos de 260 mil dólares, está desenhado e destinado às classes altas, para os 10% mais ricos. O conjunto inteiro é planejado e desenhado a partir de um modelo e estilo colonial, com muros de reboco branco, pórticos etc., e evidentemente está permeado por uma profunda nostalgia retrocolonial. As referências ao estilo colonial são claras. Toda vez que a imagem do projeto aparece, tanto em seu *site* como na sua página do Facebook, é apresentada de um modo retrocolonial, mesmo que se evite qualquer menção direta à Colônia. Contudo, de modo nostálgico, a ordem do passado histórico é evocada, dominando e modelando certa arquitetura: “A igreja Santa María Reina de la Familia tem como objetivo alcançar a máxima beleza construtiva e restabelecer a ordem de uma linguagem arquitetônica hoje desaparecida, mas que foi utilizada ao longo da história, seguindo uma tradição milenar na Arte da Arquitetura” (Ciudad Cayalá, 2018).



#### BELLEZA Y LENGUAJE

La Iglesia Santa María Reina de la Familia tiene como objetivo alcanzar la máxima belleza constructiva y reestablecer el orden de un lenguaje arquitectónico ahora perdido, pero que fue utilizado a lo largo de la historia siguiendo una tradición milenaria en el Arte de la Arquitectura.

**Imagem 1.** Igreja de Santa María Reina de la Familia, em Cidade Cayalá, Guatemala.

A escolha de uma narrativa colonial para o *theming* não é uma mera coincidência, mas se baseia na aceitação desse tema pelo público destinado. No Equador, o contexto político-cultural é determinado pelo reconhecimento multicultural desde meados da década de 1990, o qual em princípio se definiu como pluriétnico para, logo em seguida, declarar-se plurinacional em 2006. Uma mudança de apreciação dos povos indígenas junto a uma reflexão em torno do relato fundacional da nação, que teve como consequência uma crise na identidade das classes altas, crise para a qual o uso nostálgico do feudocolonial resultou exitoso em termos de estratégia de *marketing*, combinando elementos (desejados, profundos, ambiciosos) como a segurança, a autenticidade e a distinção social. Esse uso retrocolonial não pode encobrir

completamente as injustiças do regime colonial. Até a segunda reforma agrária, de 1973, no Equador seguiam existindo fazendas que operavam sob o princípio de servidão, nas quais os trabalhadores indígenas eram objeto de constantes arbitrariedades e racismo por parte dos fazendeiros (Kaltmeier, 2011).



**Imagem 2.** Modelo do San Luis Shopping Center, Quito. Foto: Olaf Kaltmeier.

Referências similares à violência (pós-)colonial com respeito ao espaço podem ser encontradas na Guatemala. A respeito da relação entre colonialismo e espaço, Stefanie Kron argumenta:

O significado histórico do espaço na Guatemala pode ser rapidamente delineado: a Guatemala é um dos poucos países latino-americanos com uma população indígena próxima aos 70%. A isto se soma a grande dimensão simbólica

material e social da posse da terra. Ligado a esses fatores se encontra a fragmentação hierárquica étnico-espacial da sociedade, a qual se associa às claras fronteiras sociais (Kron, 2004, p. 102).

Disso deriva uma política cultural pós-colonial em que existe um regime de *apartheid* (Le Bot, 1995, p. 309), algo que desembocou no genocídio racial no contexto da política de contrainsurgência do governo militar da Guatemala, no início da década de 80. Enquanto durou o conflito, entre 1960 e 1996, estima-se que foram mais de 160 mil assassinatos e 40 mil desaparecidos, majoritariamente da população maia. Após o fim formal do conflito e o estabelecimento da Comissão da Verdade por parte da ONU, efetivou-se uma mudança política durante a década de 90, que ficou conhecida como a “maianização da sociedade” (*mayanización de la sociedad*) (Bastos, 2014, p. 78). No decorrer das políticas de reconhecimento, a *indigeneidade*, especialmente a maia, tornou-se cada vez mais importante na formação da identidade nacional. Contra esta mudança, parte da classe alta, tal como ocorreu no Equador, retomou uma nostalgia conservadora aos imaginários retrocoloniais.

A retrocolonialidade e o feudalismo pós-rural estão, como demonstram os exemplos já mencionados de Equador e Guatemala, intimamente relacionados às classes altas, principalmente aos latifundiários, à burocracia estatal da década de 1970 e, desde a década de 90, ao emergente setor financeiro. Em grande parte dos países da região, as alusões ao imaginário da aristocracia rural

funcionam como características diferenciadoras em face de outros estratos da sociedade e como uma espécie de “mimeses cultural” do estilo de vida da ruralidade tradicional (Svampa, 2008). Nos marcos das políticas de identidade das classes média e alta, branco-mestiças, no Equador e Guatemala, esta retrocolonialidade se converteu num modelo de distinção social, cultural e territorial a respeito da população indígena, algo que também demonstra que um esvaziamento de significado retrocolonial não é total, pois persistem traços do sentido original, principalmente em relação ao racismo.

As proposições religiosas conservadoras, contrárias à teologia da libertação e à teologia multicultural, desempenham um papel importante. Diante da igreja na Cidade Cayalá, foi colocada uma estátua de João Paulo II, o qual, como nenhum outro papa, deu uma direção anticomunista ultraconservadora à Igreja Católica, o que se viu refletido em seu rechaço da teologia da libertação e no estabelecimento de numerosas conexões com bispos do Opus Dei na América Latina.

A retrocolonização não se deve apenas às dinâmicas de identidade na América Latina. Na verdade, essas dinâmicas se combinam com os debates globais a respeito da herança colonial e sua expressão cultural-industrial na forma do turismo patrimonial. Nesse sentido, as construções locais de identidade retrocolonial são favorecidas e reconhecidas pelas agências transnacionais no campo do patrimônio cultural. Este último aspecto é de grande importância, já que a construção da identidade a partir da retrocolonialidade não corresponde apenas a uma

visão nostálgica ao passado por parte da elite *criola*, mas se alinha com os processos recentes de globalização cultural. A identidade nostálgica consegue um reconhecimento cosmopolita por parte das instituições de patrimônio cultural e dos turistas internacionais, que buscam (com ânsia) pelo passado e pela autenticidade. Não se trata de identidades que desde o passado olham para futuro, mas sim de uma invenção nostálgica que se combina com a indústria cultural e com a pós-modernidade global.

Especialmente com a crise atual do processo de transnacionalização, a qual não apenas se refere à marginalização socioeconômica, mas também se conecta com a dissolução, liquefação e a hibridação das identidades (Bauman, 2007/2017) (Sennett, 2000), a nostalgia pode se opor às dinâmicas da estabilização autorreflexiva das identidades no espaço e no tempo, algo que não tem sido totalmente compreendido nos termos de sua efetividade identitária e política. Como uma forma específica de políticas do passado, o uso da nostalgia como um recurso do campo patrimonial não se relaciona com um trabalho de coleta e processamento históricos, mas, antes, com a harmonização da história, na qual os conflitos e antagonismos se omitem. Nas cidades históricas latino-americanas, a colonialidade opera de um modo oculto.

## 5.2 Gentrificação

A tendência à refeudalização no espaço urbano não se limita a uma mera questão hipotética, pois também existem práticas refeudalizadoras que ativamente tentam apoderar-se dos espaços públicos. Para descrever os processos de apropriação de áreas centrais das cidades, urbanistas têm escolhido conscientemente a “gentrificação” como um conceito que se refere ao feudal. O termo deriva de *gentry*, uma classe social histórica inglesa entre a baixa e a média nobreza. A gentrificação descreve processos de transformação urbana nos quais a população original de uma área deteriorada e pauperizada é progressivamente desalojada por outra de maior nível aquisitivo da classe média alta.

Na Europa, artistas, boêmios e setores alternativos são considerados como “gentrificadores da primeira etapa” (*first stage gentrifiers*). Depois de sua intervenção em áreas históricas, estes lugares ganham em atratividade e recebem uma maior atenção, o que resulta em aumento das rendas imobiliários. Essa dinâmica facilita a especulação e normalmente conduz à expulsão dos setores subalternos.

Em cidades com centros históricos coloniais tais como Quito ou Lima, o uso do patrimônio nas estratégias urbanas foi a chave para iniciar um processo de recuperação ou reconquista – para usar um conceito comum da literatura contemporânea – do centro histórico, o qual desde os anos 60 havia sido apropriado por imigrantes rurais/indígenas. Em contraste com os processos urbanos europeus e estadunidenses, não

podemos identificar a boêmia como *first-stage-gentrifier*. No lugar disso, meu argumento é que o Estado, ou a administração municipal, em cooperação com organizações governamentais e não governamentais no campo do patrimônio, tem desempenhado esse papel. O centro histórico da capital equatoriana, Quito, foi o primeiro complexo urbano a ser declarado patrimônio da humanidade pela Unesco, em 1978. Depois dos danos provocados pelo terremoto de 1987, iniciou-se um processo massivo de recuperação do centro, que numa perspectiva monumentalista se concentrou na reabilitação de destacados edifícios, sobretudo igrejas e conventos.

Em relação ao turismo, o município desenvolveu a visão de atrair o turismo estrangeiro, especialmente o de alto poder aquisitivo. No folheto “*Invierta en Quito*” (“Invista em Quito”)<sup>99</sup>, a administração municipal de Quito escreve: “Em termos gerais, e dado o potencial do renovado Centro Histórico de Quito, pode-se apreciar um importante nicho de mercado para as modalidades turísticas de luxo e de primeira categoria neste local que recebe mais de 70% dos turistas que chegam à capital” (MDMQ, 2010, p. 30).<sup>100</sup> Esta clientela corresponde, nos marcos de análises de refeudalização, à elite cosmocrata constituída pelos ganhadores do capitalismo neoliberal.

A administração municipal local como *first-stage gentrifier* – aconselhada por grupos de especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da

---

<sup>99</sup> N.T.

<sup>100</sup> Tradução a partir do original em alemão.

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (mais conhecida por USAID, em inglês)<sup>101</sup> – cria, através de suas políticas urbanas, condições favoráveis para o investimento do grande capital no centro histórico, e como cofinancista da primeira fase de restauração, corre o maior risco.

Uma operação-chave para acrescer valor ao centro histórico foi a expulsão do comércio informal em 2001. Mais de 10 mil vendedores informais e minorias que vendiam suas mercadorias numa área de 6,4 hectares nas ruas e nos becos do centro histórico foram desalojados e recolocados em centros comerciais populares.

Nesse contexto, também os quitenhos nostálgicos aderiram à onda de gentrificação, tal como observa Modesto Ponce Maldonado em seu romance *El palacio del diablo*:

Casas das classes altas de ontem, que há cinquenta anos foram viver no norte que se urbanizava e crescia, voltaram a ser ocupadas por nostálgicos e amantes de livros de romances para dar brilho à cidade já quase cinco vezes centenária, para conquistar dessa forma o turismo que contribuirá para redimir futuros e reparar os buracos do produto interno bruto (Ponce, 2005, p. 280).

Esse processo de gentrificação é acompanhado por uma verdadeira administração da população e da biopolítica urbana, expulsando e controlando os setores

---

<sup>101</sup> N.T.

“perigosos”, tal como os vendedores ambulantes. Como descreve o historiador Eduardo Kingman:

Desenvolvem-se campanhas dirigidas ao controle do centro assim como uma cultura do patrimônio (concebida como equivalente de cultura cidadã), desenham-se planos de sustentabilidade social e de reativação cultural, assumem-se ações contra setores considerados perigosos como as trabalhadoras do sexo, os mendigos, os vendedores ambulantes, os vigilantes de carro, charlatões e artistas populares (Kingman, 2004).

Com coerção direta, negociações e a coerção estrutural das rendas imobiliárias, os setores subalternos são deslocados. Em 1974, o centro histórico tinha 90 mil habitantes. Em 2001, o número de habitantes diminuiu para 51 mil. Não houve melhoras na condição de vida da população subalterna remanescente. Em um estudo do BID, Pedro Jaramillo aponta que 84,4% da população total do centro histórico vive abaixo da linha da pobreza. Resume o autor: “mesmo com os investimentos, os residentes estão experimentando pouca melhoria social”. E adverte: “Se não há melhorias no que concerne à condição de pobreza dos moradores, será inútil pretender sustentabilidade nesse processo” (Jaramillo, 2010, p. 34).

No entanto, para os organismos do patrimônio o caso de Quito é considerado como *best-practice* (“boas práticas”)<sup>102</sup>, uma vez que a realocização foi realizada por

---

<sup>102</sup> N.T.

meio de negociações e com o menor uso de violência repressiva possível. Mas o município não se limitou apenas à recuperação de espaços insulares do patrimônio monumental em lugares emblemáticos como a Praça San Francisco ou a Plaza de la Independencia<sup>103</sup>. Nota-se uma dinâmica de expansão da modernização por patrimônio.

Um caso importante para esta dinâmica foi a recuperação da rua La Ronda em 2006, antes considerada um lugar de delinquência e prostituição. A rua foi ainda um *no-go area* (“área proibida”)<sup>104</sup> nos anos 90, tanto para turistas como para a própria classe média alta de Quito, ocupada por trabalhadoras sexuais e delinquentes. Hoje em dia é uma área turística restaurada, um espaço com bandeiras, eventos culturais, comida típica e com serviços de vigilância privada, onde são realizados eventos. Na rua La Ronda existem muitos cartazes instalados pela administração municipal que indicam uma história com alto capital cultural – La Ronda como rua de Bohemia –, mas não existe nenhum sinal que lembre sua história como prostíbulo.

Dessa maneira, fabrica-se em Quito uma paisagem retrocolonial que se assemelha a um “parque temático”, a narrar uma história parcial e a-histórica do patrimônio colonial após a encenação de um conjunto arquitetônico. Ao negar a contribuição das culturas populares e ao silenciar a polifonia das vozes na cidade, este projeto tem

---

<sup>103</sup> N.T.

<sup>104</sup> N.T.

o paradoxo de querer resgatar a cultura, e ao mesmo tempo, acabar com ela.

Ao fim do período do prefeito Paco Moncayo, grande parte da zona monumental foi recuperada e La Ronda foi convertida na “‘frontera sur’ do centro, onde se produz o maior controle, conformado por seis policiais nacionais e dez guardas da segurança privada em 320 metros da rua, durante 24 horas do dia” (Martínez, 2009, p. 103). Este modo de controle do espaço é de particular importância. Demonstra como as fronteiras do controle vigentes nos centros comerciais penetram o espaço público. Dessa maneira, são criadas novas fronteiras reais e simbólicas nos espaços urbanos que antes eram públicos.

### 5.3 Um arquipélago retrocolonial

Na cidade, no entanto, as várias formas de *ciudadelas* não devem ser entendidas simplesmente como espaços insulares. Pelo contrário, as diversas “ilhas”, desde os condomínios residenciais fechados, passando pelos centros comerciais e museus, até o centro das cidades gentrificadas, estão conectadas por um sistema de ruas. Desse modo, o panorama urbano está desenhado como um arquipélago factual. Na repetição do mesmo, a linguagem do desenho retrocolonial equipara os distintos espaços urbanos. De igual maneira, no tocante às formas funcionais existem reproduções fractais nos centros comerciais, aeroportos e outros lugares construídos com dinheiro cosmopolita ao redor do mundo, os quais replicam estruturas similares. Ao entrar num *shopping*

*center*, um consumidor cosmopolita sabe o que encontrará: as mesmas lojas comuns, as mesmas lojas de artigos de luxo e pátios de comida, as mesmas lojas transnacionais.

Para além dos motivos coloniais no desenho arquitetônico, o aspecto material da refeudalização do espaço tem seu fundamento nessa nova forma de arquipélago global, o qual consiste numa reorganização do espaço, simultaneamente dividido e interconectado. O caráter unificado está dado pelo fato de que os lugares e centros cosmopolitas estão unidos por uma exclusiva rede mundial, algo que só é possível pela tecnologia da informação, que permite a comunicação instantânea e a transferência de dados de um ponto a outro dessa rede. Dinheiro, bens e pessoas podem circular com extrema rapidez. As chamadas “global cities” (“cidades globais”)<sup>105</sup> representam os nódulos centrais através dos quais a rede social é manejada (Castells, 2001).

De forma paralela a esses espaços globais interconectados surgem novas formas de separação. Este processo de desintegradora separação social é do mesmo modo evidente nas metrópoles da sociedade em redes. Manuel Castells afirma “que as megacidades estão conectadas externamente a redes globais e a segmentos de seus países, embora internamente desconectadas das populações locais responsáveis por funções desnecessárias ou pela ruptura social” (Castells, 1999, p. 495)<sup>106</sup>. Assim

---

<sup>105</sup> N.T.

<sup>106</sup> Essa citação foi retirada da publicação/tradução da edição brasileira do livro de Manuel Castells, *A sociedade em rede*, Vol. 1, publicado pela editora Paz e Terra em 1999. [N.T.]

como o arquipélago dos ricos se estende por todos os ângulos locais em nível global, o mesmo se aplica aos segmentos locais desconectados. O arquipélago, que cobre o mundo como uma rede, confronta-se com os lugares desconectados, que são expulsos dessa rede de interconexão global.

Especialmente nas metrópoles urbanas, as brechas e fissuras socioespaciais são notórias. Em 2003, a UN-Habitat apresentou um relatório denominado “The Challenge of Slum” (“O desafio da favela”)<sup>107</sup>, segundo o qual a história da humanidade se encontraria num ponto decisivo, uma vez que a maior parte da população vive atualmente nas cidades e não no campo, e a grande maioria dos habitantes das cidades vive em favelas (Davis, 2007). A separação espacial através do muro da vergonha, da mesma forma que a justaposição espacial entre as favelas e os bairros ricos nas metrópoles brasileiras, evidencia os padrões de segregação social em pequena escala no espaço urbano hiperfragmentado.

No entanto, podem existir relações entre esses espaços fragmentados e seus habitantes. Assim, em muitas ocasiões, parte da população pobre das cidades funciona de maneira ativa nas zonas ricas, em empregos como faxineiras, jardineiros, babás etc. Mas essa relação não é uma relação social firme. Enquanto no período feudal a relação hierárquica entre o senhor feudal e o servo foi estabelecida, e poderia levar a relações de redistribuição social, atualmente as relações tendem a ser minimizadas.

---

<sup>107</sup> N.T.

Numa comparação de bairros segregados e socialmente marginais (muitas vezes etnicamente), o sociólogo Loïc Wacquant (2007) apresentou o conceito de *urban outcast* e ao seu posicionamento espacial denominou de *hyperghetto*. À diferença dos guetos das décadas de 30 e 60, nos quais as relações de comunicação com o resto da comunidade ainda eram possíveis, o hipergueto se caracteriza por sua ubiquidade, pela disseminação da violência e pela dissolução das relações sociais.

Pelo contrário, a produção de imaginários urbanos de medo fomentados pela crônica vermelha da imprensa promove, por um lado, a existência de lugares que devem ser evitados e, por outro, a autosegregação dos ricos em seus condomínios residenciais fechados (Zarazúa, 2011).

A fragmentação social da cidade representa o fim da noção moderna de integração social através do intercruzamento das classes. Existe uma homologia entre o hábitat da segregação múltipla, estilos de vida que se transformam em hábitos, e a extrema polarização do espaço social. Em contrapartida, os espaços públicos que possibilitariam o encontro entre pessoas de diferentes classes desaparecem, deixando cada grupo social separado e controlado. Em lugar de uma sociedade que se direcione para a integração, estamos vivendo uma refeudalização extremamente hierárquica e segmentada da sociedade.

## CAPÍTULO 6

### MILIONÁRIOS NO PODER

---

Em uma estrutura social global altamente segregada, os padrões de afiliação e organização política tendem a mudar. Enquanto para a maioria da população mundial a cidadania, em suas formas de *jus sanguinis* (como na Alemanha) ou *jus solis*<sup>108</sup> (como no caso das Américas), é decisiva para sua filiação política, as tendências cosmopolitas mostram uma dissolução desse princípio. O 1% dominante parece ter sua própria e exclusiva maneira de compreender a cidadania, a qual já não é regida pelos princípios burgueses de participação nacional. Pelo contrário, parece que se guiam, melhor, por direitos adquiridos individualmente ou dinásticos. Isto se vê refletido nos atuais programas de “cidadania por investimento”, que, em essência, se reduzem a paraísos fiscais com baixas taxas de imposto, a oferecer cidadania a famílias inteiras e seus descendentes. Na maioria dos casos não há tributação imposta às rendas, aos bens ou as heranças. Comumente, nesses paraísos fiscais não são necessários requisitos para residência – os novos passaportes de grande parte do mundo como os países europeus da zona Schengen não exigem visto (consulte-se, por exemplo, Continental Citizenship).

---

<sup>108</sup> *Jus sanguinis* significa “direito de sangue” e *jus solis*, “direito de solo”. [N.T.]

Na América Latina, especialmente, são ilhas-Estado ao leste do Caribe, como Antígua e Barbados, Granada, São Cristóvão e Névis, ou Dominica, as que oferecem essa classe de cidadania (cabe mencionar que isso também ocorre em alguns estados europeus). Normalmente, basta um pagamento de 100 mil dólares para adquirir a cidadania. Esta classe de programas de cidadania explica a refeudalização na estrutura social e o aumento de multimilionários nas ilhas Virgens Britânicas, nas ilhas Cayman e em Barbados. Esta tendência é problemática em dois aspectos. Por um lado, a aristocracia monetária está minando o princípio da “loteria do nascimento”, uma vez que o 1% mais rico estabelece e determina por si mesmo os direitos políticos internacionais de cidadania, por poder adquirir uma por conveniência própria. Em segundo lugar, essas disposições têm consequências materiais. A acumulação de riquezas está baseada consideravelmente nos serviços públicos dos países de origem; basta pensar nos sistemas educativos, de saúde, infraestrutura, obras públicas, segurança pública e internacional, que beneficiam não apenas a aristocracia monetária, mas, sobretudo, a elite funcional. Através da aquisição de uma cidadania livre de impostos, a cosmocracia não faz outra coisa que não seja contornar o sistema solidário de redistribuição. Nesse sentido, e para além dos olhares dos meios de comunicação massivos sobre a imigração proveniente do sul, sobre os “direitos de sangue”, ou sobre os “direitos de solo”, torna-se urgente e necessário ampliar a discussão em torno da questão sobre o “direito de dinheiro”.

Enquanto esta parte da aristocracia global tem seu foco, principalmente, na propriedade privada, há outra fração dessa classe privilegiada que está envolvida ativamente na política. Os entrelaçamentos entre o poder econômico e o campo do político é uma característica particular da atual tendência de refeudalização. Num sentido habermasiano, dá-se uma massiva colonização da esfera pública por parte dos interesses econômicos. A tendência política em direção à refeudalização elimina o princípio guia dos sistemas democráticos, segundo o qual o poder político emana do povo, que expressa seu poder no exercício de representação direta ou representativa, em votações nas quais os cidadãos, uma vez alcançada a maioria, podem se expressar. Como argumenta Colin Crouch em “Post-Democracia”, não é que haja apenas signos de uma simples refeudalização, mas sim que as estruturas formais da política estão sendo colonizadas:

Ao passo que as instituições democráticas seguem formalmente intactas [...], os processos políticos e os governos estão tomando um rumo que foi típico da era pré-democrática: a influência das elites privilegiadas aumentou, e como resultado o projeto igualitário se confronta com sua própria falta de força (Crouch, 2008, p. 13).<sup>109</sup>

Crouch enxerga aqui, sobretudo, uma mudança na direção comunicacional da política voltada para estratégias

---

<sup>109</sup> Tradução a partir do original em alemão.

de publicidade, *spin-doctors* e grupos de *lobby*. Em seu primeiro esboço das tendências em direção à refeudalização, Sighard Neckel apontou a refeudalização do Estado de bem-estar social, que se reflete no fato de que as políticas sociais estão sendo fortemente substituídas por doações e serviços privados. Os direitos sociais, antes garantidos pelo sistema social estatal, agora sofrem um processo de privatização, e os necessitados perdem seus direitos sociais, passando a depender da caridade privada.

Essa crescente onda de caridade, particularmente em zonas anglo-saxônicas, é de menor monta na América Latina. Em contrapartida, uma forma diferente e mais direta de refeudalização tem surgido recentemente na região: a aristocracia monetária está tomando diretamente o poder político. A decadência dos governos de esquerda na América Latina marca uma mudança radical rumo à direita desde 2010, quando representantes da aristocracia monetária começaram a chegar a cargos, sendo os casos mais relevantes os de Maurício Macri na Argentina e de Sebastián Piñera no Chile. Como nos processos de refeudalização analisados no capítulo anterior, esta não é uma dinâmica unicamente latino-americana. A presidência do milionário Donald Trump nos Estados Unidos atesta o caráter global dessa tendência de refeudalização. E nesse caso também existe uma mistura de interesses corporativos – formalmente comprometidos com o bem comum – com a política de Estado. Apenas para fazer alusão à distribuição de baixo para cima, em 2017 foi aprovada uma reforma tributária que dá descontos exuberantes para Trump e sua família.

A chegada de Trump ao poder pode ser entendida como uma resposta ultraconservadora à presidência liberal e multicultural de Obama. Assim é que pode ser compreendida a ascensão ao poder de multimilionários conservadores na América Latina, como uma resposta aos governos de esquerda anteriores. Para a aristocracia monetária, uma representação das “classes baixas”, que inclui em muitos casos afro-americanos e populações indígenas, não era muito viável.

Um dos primeiros presidentes bilionários que chegou ao poder nessa onda de oposição aos governos de esquerda foi Sebastián Piñera, que se converteu no Chile em primeiro presidente conservador desde o final formal da ditadura em 1990. Ao assumir o cargo, seus bens totais eram calculados em 2,2 bilhões de dólares. Ele era acionista majoritário da agência aérea LAN, dono de um canal de televisão, possuía ações em fundos privados de pensão e empresas imobiliárias, além de ter a representação, no Chile, da Visa, Master Card e Apple. Contudo, no decorrer do seu mandato, não pôde aumentar suas riquezas, e durante os protestos estudantis do ano de 2011, que foram direcionados contra o sistema privado de educação implementado durante a ditadura, perdeu rapidamente a legitimidade política.

O mandato de Piñera terminou em 2014, quando tomou posse, pela segunda vez, a social-democrata Michelle Bachelet, que durante o seu mandato também sofreu uma queda de popularidade política, o que permitiu que Piñera regressasse ao poder mais uma vez, depois de ganhar as eleições de 2017, assumindo pela segunda vez a

presidência da República em março de 2018. Apesar dessas mudanças na política chilena, não houve, nem se esperam, grandes mudanças, em termos de política econômica. As políticas neoliberais foram mantidas pelos governos social-democratas.

Na Argentina, a situação é diferente. Em 2015, a eleição do multimilionário Mauricio Macri como presidente da República marcou uma profunda fratura em relação ao período de 12 anos de kirchnerismo. Sob o mandato de Néstor Kirchner, que foi presidente entre 2005 e 2007, a Argentina se converteu numa das pedras angulares da esquerda latino-americana. Durante os dois governos de Cristina Kirchner, esposa de Néstor Kirchner, nos períodos de 2007-2011 e 2011-2015, persistiram as políticas pós-neoliberais. Contudo, com a chegada de Mauricio Macri houve uma brusca guinada em direção à política e à economia neoliberais, que protegem e patrocinam as empresas transnacionais e os 10% mais ricos. O próprio Macri, filho de milionário Franco Macri, que acumulou sua fortuna principalmente na indústria da construção, nasceu na aristocracia monetária argentina. O Grupo Macri, ou a Sociedade Macri (Socma), é um dos maiores consórcios de empresas na Argentina. Além da indústria da construção, o conglomerado inclui indústria automobilística, agências de correio (cabe destacar que o sistema de correios argentino foi privatizado durante o governo peronista neoliberal de Carlos Menem), mineração, empresas de recolhimento de lixo, indústria alimentícia, as quais também estão localizadas, além de na Argentina, em países como Brasil, Panamá e Uruguai.

Do mesmo modo, no Paraguai, o multimilionário Horacio Cartes substituiu em 2013 o governo de esquerda de Fernando Lugo. Em maio de 2018, Cartes deixou seu cargo devido a grandes protestos sociais. Olhando para trás, a destituição de Lugo através de um processo político levado a cabo pelo parlamento, pode ser vista como um antecedente do golpe frio que levou à destituição de Dilma Rousseff no Brasil. A Câmara dos Deputados, na qual Lugo não tinha maioria parlamentar, destituiu o presidente eleito democraticamente, num processo que não contou com o reconhecimento internacional. Como sanção, o Paraguai foi excluído do Mercosul e da UNASUR. O então novo presidente conservador Federico Franco cometeu nepotismo, dando a seus familiares importantes postos no governo. Devido a uma grande pressão política, Franco se viu obrigado a deixar o poder e a entregar a presidência a Horacio Cartes.

Enquanto Lugo havia fortalecido o rol do Estado na economia, inclusive contra pressões do agronegócio, Cartes efetuou uma transformação neoliberal do aparato estatal, colocando em postos-chave tecnocratas treinados nos Estados Unidos e políticos de orientação conservadora para implementar um redesenho cujo modelo é a empresa privada, especialmente baseado na experiência de Cartes junto a seu conglomerado industrial, o grupo Cartes. Este grupo empresarial, criado a partir da indústria do tabaco, do agronegócio, bancos, companhias de transportes e cervejarias, é considerado um dos maiores conglomerados do Paraguai.

Tal como no Paraguai, a refeudalização do campo político no Brasil foi realizada através de um golpe frio. Em 2016 o PMDB rompeu sua coalisão com o PT e retirou seu apoio à presidenta Dilma Rousseff. A oposição, com o apoio do vice-presidente Michel Temer, do PMDB, impulsionou o *impeachment* de Rousseff, que foi aprovado tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. Dilma Rousseff foi acusada de corrupção e crime de responsabilidade fiscal, acusações pelas quais, até hoje, não há condenação legal. Melhor, trata-se de uma conspiração evidente contra os programas anticorrupção impulsionados pelo governo de Dilma, os quais – destituída a presidenta – deveriam ser paralisados. São sobretudo membros de PMDB, incluindo Temer, os que se encontram envolvidos nos maiores escândalos de corrupção na empresa petrolífera estatal, a Petrobras.

No Equador, o multimilionário de direita Guillermo Lasso não pôde vencer nas urnas (ou através de um golpe) a aliança cidadã social-democrática do governo da Aliança País liderada pelo presidente Rafael Correa. Em 2013, Lasso sofreu uma contundente derrota nas eleições, nas quais Correa obteve o dobro dos votos do candidato da direita. Em 2017, Lasso não pôde competir novamente com Correa, que foi reeleito.

Apesar de a eleição de Donald Trump mostrar de modo paradigmático a tendência da colonização do terreno político por parte dos interesses econômicos, ele não é o pioneiro nesse tipo de processos. No contexto internacional, a presidência de Silvio Berlusconi na Itália, que transformou radicalmente a comunicação política

através de seu império midiático, não pode ser ignorada quando se faz menção a essa classe de colonização do campo político. Trump e Berlusconi deixam claro que o processo de refeudalização da política na América Latina não é um processo que corresponde a uma cultura política retrógrada e autoritária particular da região, e sim parte de uma tendência global.

A tendência à refeudalização do campo político na América Central e na América do Sul pode ser identificada desde os fins da década de 90 com o apogeu das políticas neoliberais. Para exemplificar, nomearemos alguns dos casos que resultam particularmente emblemáticos. O empresário e gerente da Coca-Cola, Vicente Fox, foi presidente do México pelo partido conservador PAN entre 2000 e 2006. Sua presidência, que inicialmente foi bem recebida por grande parte da população, pois veio a terminar com um período de 70 anos de governos do PRI, não demorou a sofrer enormes protestos devido ao aumento de impostos e aos preços dos alimentos e bens básicos.

De 2009 a 2014, o grande empresário Ricardo Martinelli foi presidente do Panamá. Ele é mais conhecido por ser dono da maior rede de supermercados desse país, o Súper 99, e é acionista de várias empresas panamenhas, incluindo o Diário para a Democracia S.A. e a Emissora Nacional de Panamá.

Até agora, temos dito que este auge da aristocracia monetária nos altos cargos do Estado se deu no contexto da recente economia global de refeudalização. Neste ponto, o argumento deve ser respaldado por uma hipótese

histórica auxiliar. No caso da América Latina, por exemplo, a economia global de refeudalização que foi diagnosticada relaciona-se com uma questão colonial estrutural, a saber, o domínio da elite latino-americana da cultura política da região.

Apesar de que na América Latina as revoluções da década de 1820 levaram à libertação das repúblicas do poder colonial hispânico, não houve, à exceção da chamada revolução dos escravos no Haiti, nenhuma revolução que tenha mudado a composição das elites. As íntimas conexões entre as elites econômicas e o poder político permeiam toda a história da América Latina do século XIX e do século XX. No entanto, no fim do século passado e no início do século XXI, o trabalhador metalúrgico Lula da Silva, o indígena cocaleiro Evo Morales, o condutor de ônibus Nicolás Maduro e o soldado (não branco) Hugo Chávez, todos personalidades de origem popular, entraram na arena política, chegando à presidência. Depois de uma relegitimação das classes populares, como ocorreu com os populismos da década de 40, os setores então situados mais abaixo na estrutura social começaram a pressionar o poder político, buscando uma verdadeira democratização. Nesse sentido, o retorno da elite econômica aos cargos dirigentes no poder político representa um verdadeiro retrocesso em termos dos esforços de democratização.

## 6.1 *The body of money*<sup>110</sup>

Uma incursão na história da filosofia política poderia ilustrar as implicações de longo alcance dessa tendência à refeudalização na representação política. Em seu já clássico estudo de teologia política, o historiador Ernst Kantorowicz (1957) estabeleceu a teoria dos “dois corpos do rei” para a Idade Média na Europa Ocidental desde o século XI ao século XVII. Segundo esta teoria, a figura do rei consiste, por um lado, no corpo físico e mortal, e, por outro, em um corpo político e imortal. Essa dupla forma do corpo do rei pode ser exemplificada pela expressão ritualística utilizada na sucessão do trono: “*Le roi est mort, vive le roi*”<sup>111</sup>. A ideia de um corpo político imortal da figura do rei na Europa da Idade Média está intimamente conectada com as ideias religiosas, uma vez que o rei era um governador terreno designado pela graça de Deus. Este duplo corpo do rei foi dotado dos atributos de totalidade, como a onipresença e a onisciência. Assim, era considerado a representação política de uma comunidade. Uma contundente explicação desta representação do corpo social pode ser vista no estampado de cobre da edição original de *O Leviatã*, de Thomas Hobbes.

Com a Revolução Francesa os modelos de representação política são objeto de profundas mudanças. Com o fim das monarquias decapitou-se o corpo político, sendo difícil agora que uma sociedade seja representada

---

<sup>110</sup> “O corpo do dinheiro”. [N.T.]

<sup>111</sup> “O Rei está morto. Vida longa ao Rei!” [N.T.]

por uma pessoa única. A morte definitiva do rei deixou um vazio de representatividade política. O filósofo político Claude Lefort trabalhou sobre como, depois desse processo, o conhecimento, a lei e o poder podiam ser desafiados e negociados entre os diferentes interesses da sociedade civil. Com objetivo de satisfazer à necessidade de representação política da comunidade, Lefort, fazendo referência a Kantorowicz, propõe o princípio de “body of nobody” (“o corpo de ninguém”)<sup>112</sup>. De acordo com esse princípio, o poder político nas sociedades democráticas não pode mais ser definido como algo *supra-histórico* (“überhistorisch”)<sup>113</sup>, já que está sujeito a um constante processo de negociação na sociedade civil. Apenas pode haver uma fixação temporal do poder político, que é fixado simbolicamente no corpo de uma pessoa natural, e que segundo a fórmula democrática poderia ser sempre qualquer pessoa.

Com as tendências de refeudalização da estrutura social e do campo político descritas até aqui, podemos perceber um deslocamento em direção a um endurecimento neste modelo de representação democrática aberto. Não é o caso que o corpo de qualquer cidadão possa ocupar o espaço simbólico do poder político, mas sim que esse espaço de representação do poder político acha-se reservado à elite econômica. Trata-se, precisamente, de um processo de colonização do público e da colonização do campo político por parte dos interesses

---

<sup>112</sup> N.T.

<sup>113</sup> N.T.

econômicos, algo que Habermas (1962) já havia identificado como um perigo. À diferença daquilo proposto por Lefort em relação às sociedades democráticas ocidentais, a negociação política cada vez se dá menos na esfera da sociedade civil, sendo os interesses econômicos os que determinam amplamente o campo social. Em termos de representação política, isto significa a substituição do “body of nobody” pelo “body of money” (“corpo do dinheiro”)<sup>114</sup>.

Lefort estabelece uma tendência inerente da democracia em direção ao totalitarismo, que se baseia no fato de que aquele que ocupa temporariamente o poder político, comumente tenta estabelecer uma fixação ideológica supraindividual (“überindividuell”)<sup>115</sup>. A esse respeito, para Lefort os exemplos do fascismo e do stalinismo durante o século XX são particularmente relevantes. Nesses casos fixou-se a representação política através da ideologia. O que, contudo, se configura de outro modo na atual tendência de refeudalização. A fixação do poder político por parte da aristocracia monetária tem um referente exterior, a saber, a potência econômica, a qual já não se entende como uma ideologia, porquanto se baseia numa ontologia fundada na lei quase natural da natureza humana entendida como *homo oeconomicus*. Desse modo, o modelo do corpo do dinheiro não apenas é uma expressão de uma mudança dos funcionários do sistema

---

<sup>114</sup> N.T.

<sup>115</sup> N.T.

político, mas se insere no processo de colonização econômica do político.

A essencialização da economia capitalista tornou-se hegemônica, especialmente a raiz da consolidação da economia neoliberal. Com elaboração de técnicas de gestão do Estado baseadas em ideias de governabilidade neoliberal, as lógicas instrumentais econômicas têm colonizado também as instituições políticas, transformado em um fato, cada vez mais comum, a pressão sobre as instituições estatais para que se reestruturarem segundo critérios do setor privado.

Fazendo referência a constantes antropológicas da economia, de caráter quase natural, com propósitos racionais, de maximização de utilidades, e aos resultados desta economia, a representação política vive uma fixação similar à da Europa da Idade Média. Existe um evidente perigo de naturalização do poder político do dinheiro. Teólogos latino-americanos da teologia da libertação ligados ao *think tank* crítico, DEI, assinalaram o quão problemático é, a nível teológico e político, a sacralização do mercado. O mercado capitalista, que se encontra acima dos seres humanos, transformou-se numa religião secular. O filósofo político Giorgio Agamben comenta o seguinte sobre a regressão a uma anti-ilustração: “Deus não morreu. Transformou-se em dinheiro” (Agamben, 2012).

Embora a duplicação do poder econômico em poder político, como resultado da sacralização do mercado, gere um grau de validade, é necessário, contudo, estabelecer certas medidas políticas para a sua legitimidade. Para alcançar tal objetivo, argumenta

Crouch, são utilizados elementos pós-democráticos baseados no fato de que os grupos sociais deixam de ser sujeitos políticos e se transformam em objetos de manipulação dos meios de comunicação de massas (Crouch, 2008, p. 79). Com a expansão da tecnologia da informação e a expansão das técnicas da indústria cultural a todas as áreas da vida social (Mato, 2008), a legitimidade política, no sentido proposto por Guy Debord (1967), é simulada através de espetáculos midiáticos. Nesse sentido, o controle dos meios de comunicação referente ao campo político por parte dos aristocratas financeiros é um fator fundamental. Um exemplo disso é o posicionamento que conseguiu Berlusconi na Itália a partir do uso de seu império midiático. Na América Latina, como já se disse, alguns presidentes têm, de igual maneira, grande influência em parte dos meios de comunicação.

Adicionalmente, a simulação de fórmulas populistas ganha forma através da conexão com outras figuras populares de autoridade social, como acontece no caso do futebol. Mauricio Macri está muito envolvido com o popular clube de futebol argentino Boca Juniors, do qual foi presidente entre os anos de 1995 e 2007. Sebastián Piñera, por sua parte, foi sócio acionista do time chileno Colo-Colo e, no Paraguai, Horácio Cartes foi presidente do time Libertad enquanto exercia seu mandato como chefe do governo.

Conjuntamente com essas estratégias pós-democráticas de estabelecimento da legitimidade política e de uma hegemonia social, têm ocorrido preocupantes mecanismos pré-democráticos de coerção e violência

durante os últimos anos. Enquanto as ditaduras militares e os regimes autoritários na região terminaram, dada a “onda democratizante” dos começos dos anos de 1990, por abrir caminho para governos democráticos, em anos recentes ocorreram três mudanças de governo de duvidosa legitimidade.

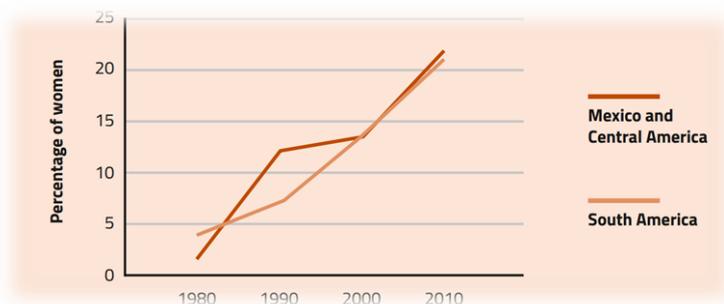
Em 2009 o exército hondurenho, com o apoio dos Estados Unidos, organizou um golpe contra o presidente democraticamente eleito Juan Manuel Zelaya. No Paraguai e Brasil, como já explicamos, foram dados “golpes frios” contra presidentes democraticamente eleitos. O caso de Dilma Rousseff marcou uma guinada na região, pois significou o fim do ciclo de governos de esquerda na América Latina.

## 6.2 Políticas de identidade: medo-violência-vingança

Desde a década de 1990, a América Latina se caracterizou por uma incrível abertura política a grupos que nas décadas anteriores haviam permanecido na marginalidade e exclusão. Especialmente os movimentos indígenas, que desde o século XIX haviam permanecido quase completamente excluídos do campo político, conseguiram aparecer com seus próprios programas políticos, ao ponto de serem capazes de impulsionar posições econômicas antineoliberais e alcançar o reconhecimento das maiorias indígenas e de leis multiculturais. Com essas políticas de reconhecimento, as maiorias indígenas e afro-americanas que haviam permanecido na exclusão puderam aumentar sua visibilidade e presença política, e parte da classe

trabalhadora atingiu um lugar-chave na política, ocupando o espaço que tradicionalmente estava reservado à elite. Ao mesmo tempo, surgiu um notável movimento de luta por igualdade de gênero que reconfigurou o espaço político. Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, Michelle Bachelet no Chile e Dilma Rousseff no Brasil poderiam ser definidas como governantes de tendências de esquerda e foram conhecidas como “presidentas”. Mas também houve mulheres no poder ligadas à direita conservadora, como Laura Chinchilla Miranda na Costa Rica (2010-2014) e Mireya Moscoso no Panamá (1999-2004).

A crescente participação das mulheres na política também foi evidente no parlamento. Na Bolívia, por exemplo, a proporção de mulheres no parlamento foi maior que 50%. De fato, em 2013, a América Latina foi a região com maior presença feminina nos parlamentos, com mais de 25%, um fenômeno que pode ser vinculado à chegada ao poder dos governos de esquerda, caso consideremos que em 1990 a participação feminina nos parlamentos latinos era de apenas 6%.



**Gráfico 3.** Presença feminina nos parlamentos latino-americanos.  
Fonte: Htun e Piscopo (2014).

O auge da abertura democrática no terreno político, iniciada na década de 1990 e que culminou com os governos de esquerda da primeira década de 2000, agora começa a ter um fim com a chegada ao poder da aristocracia monetária e sua mudança em direção à direita. Existe uma espécie de retorno do “homem branco”, que com nostalgia insiste em seus privilégios e demandas, ao estilo *Tea Party* nos Estados Unidos: “I want my country back!” (“Eu quero meu país de volta”). Esse retrocesso significa, sobretudo, a eliminação das medidas afirmativas de inclusão e com uma abordagem de gênero, e afeta diretamente os grupos que foram receptivos a essas medidas, a saber, os afro-americanos, os povos indígenas, as feministas e os movimentos pelos direitos LGBTQ.

Nos Estados Unidos, Donald Trump ganhou em 2016 a presidência com um programa de governo que foi conduzido, precisamente, nessa direção. Na América Latina, o governo de Michel Temer chegou ao poder em 2016 através de um golpe frio, e também deve ser mencionado nesse contexto. Entre os membros de seu primeiro gabinete não havia nenhum afro-brasileiro ou indígena e, pela primeira vez desde o fim da ditadura militar, não havia nenhuma mulher. A Comissão Interamericana de direitos Humanos (CIDH) criticou drasticamente esta composição: “A designação de um gabinete de ministros que não inclui nenhuma mulher ou afrodescendente deixa mais da metade da população excluída de altos cargos governamentais” (Planas

2016)<sup>116</sup>. Claro que esse dado da CIDH poderia ser ainda mais enfático, pois em 2015, dos 204.855.655 milhões de habitantes que compõem o total da população do Brasil, apenas 43.709.136 são homens brancos (IPEA).

Este retorno da “branquitude” também se manifesta de outras maneiras. Na Bolívia, a separatista “Nación Camba” organizou o movimento de direita “Unión Juvenil Cruceñista”, majoritariamente composto por jovens brancos, que exigia a independência da província de Santa Cruz do Estado Plurinacional de Bolívia. A base ideológica do grupo era um discurso regionalista fortemente enraizado na cultura política do país, que por sinal, também se baseia num forte racismo da elite branca contra a maioria indígena das zonas andinas. Tampouco os governos de esquerda não foram imunes a esse tipo de retórica de branquitude e sentimentos de superioridade racial. No Equador, o presidente de esquerda social-democrata Rafael Correa se referiu aos movimentos indígenas do país como “bárbaros” e “obstáculos para o progresso”, em contraposição a conceitos, do século XIX, como progresso, civilização e branqueamento (Kaltmeier, 2016). De modo similar, o governo chileno se refere ao povo Mapuche, o qual mantém uma luta por direitos de terra contra as empresas florestais, como inimigo interno “terrorista”, fazendo uso da lei antiterrorismo criada durante a ditadura de Pinochet.

Estes exemplos ilustram o quanto se acha o conceito de *branquitude* (“whiteness”) enraizado na

---

<sup>116</sup> Tradução a partir do original em inglês.

história da colonialidade. De fato, é um conceito que permanece muito frequentemente pouco claro – “unmarked” (“despercebido”) –, mas que serve para distinguir-se ante um “outro” colonial que está marcado pela cor, uma marca dada pelos critérios culturais e morais de inferioridade do colonizado em relação à autoatribuída superioridade branca. O *whiteness* também está conectado com posições de classe. Por exemplo, ser branco no Equador, como em outros países da América Latina, com uma maioria da população indígena, é um indicador de *status* social. Comumente, referir-se a si mesmo como branco também indica posicionamento na classe média para diferenciar-se da classe subalterna dos indígenas e gente de cor. Algo que também acontece no Brasil de modo paradoxal: o filho não branco de imigrantes libaneses, Michel Temer, é considerado como “branco” e tratado como um brasileiro branco de ascendência europeia.

Nesse sentido, Cynthia Levine-Rasky afirma:

“Money whitens”.<sup>117</sup> Se alguma frase resume a associação entre o branco e a modernidade na América Latina, é essa a frase. Ela é clichê formulado e reformulado ao longo da região, uma obviedade que depende da experiência social que está associada à riqueza com a branquitude, e que afirma que ao obter a primeira, se obtém a segunda (e vice-versa) (Levine-Rasky, 2002, p. 73).<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> “Dinheiro embranquece”. [N.T.]

<sup>118</sup> Tradução a partir do original em inglês.

Assim, torna-se evidente que o uso retórico da *branquitude* tem um alto caráter estratégico, uma vez que seu uso pode melhorar a própria posição no campo das políticas de identidade e é um capital que pode ser usado para melhorar a mobilidade social intergeracional em termos de educação, nome, residência etc. Durante séculos, o investimento na *branquitude* na América Latina tem sido considerado um investimento seguro e de alto rendimento. Devido ao caráter colonial das sociedades latino-americanas, as identidades brancas dificilmente foram questionadas até o momento do auge das políticas de reconhecimento multicultural e a redefinição ligada a elas de muitos Estados latino-americanos como pluriculturais ou, mesmo, plurinacionais.

Apenas com a mudança multicultural as elites brancas viram comprometida a valorização de seu capital identitário. Enquanto a *branquitude* esteve não identificada e, sobretudo, baseada sobre uma distinção do outro-colonial, não fora possível um regresso fácil a ela. Em contrapartida, contudo, emergiu um discurso nostálgico em torno da busca de identidade – como se vê no exemplo da retrocolonialidade –, o qual estava marcado pelo medo. Embora em outro contexto, a análise que Charles M. Blow fez no *The New York Times* em relação ao discurso de Donald Trump pode ser ilustradora a esse respeito: “Ele apela a algo mais profundo, algo básico: o medo. Seu *slogan* de campanha ‘Make America Great Again’ é, de fato, o reconhecimento de uma perda de

primazia – primazia perdida, privilégio perdido, prestígio perdido” (Blow, 2016).<sup>119</sup>

Aqui nos deparamos com uma situação paradoxal. Como é explicado no capítulo referente à refeudalização da estrutura social, as elites brancas puderam, por um lado, fortalecer sua posição socioeconômica até o ponto de conseguir solidificá-la. Mas, por outro lado, perderam sua posição de privilégio indiscutível no campo da política e no da cultura política em geral. É precisamente esta perda de poder que provoca o medo da perda de privilégios e que, ao mesmo tempo, pode conduzir a ideias de violência e agressão política.

A *branquitude*, precisamente por sua falta de definição, pode servir de significante vazio para a articulação do medo, da insegurança e da perda de identidade dirigidas contra povos indígenas, afro-americanos, comunistas, feministas etc. Nesse sentido, constrói-se uma cadeia discursiva segundo a qual a masculinidade, a brancura e a heterossexualidade encarnam os valores conservadores do patriarcado: nação, superioridade, segurança, ordem. Esta corrente de equivalentes é o perfeito oposto de outros significantes, tais como multiculturalismo, gênero, *queerness*, correção política, caos. Com esta operação discursiva, a *branquitude* deixa de ter uma posição meramente defensiva e passa a articular um discurso de recaptura e retaliação, processo no qual o medo é fundamental para criar fantasias de vingança e violência. A este respeito,

---

<sup>119</sup> Tradução a partir do original em inglês.

Gonzalo Portocarrero (2007) analisa os sonhos das crianças da classe média e classe alta de Lima na década de 1990, durante o conflito Estado-guerrilha, e constata que as crianças tinham ilusões de uma vingança violenta e sangrenta contra os chamados terroristas, que eram imaginados na maioria dos casos como indígenas terroristas.

Esses imaginários de violência das classes média e alta branca latino-americana se concretizaram com frequência ao longo da história. O uso da violência, como a violação ou o linchamento, tem profundas raízes no sistema legal da colônia. A busca pela vingança também pode ser identificada de modo claro na orgia de violências das ditaduras da região, que suprimiram do campo político a participação dos setores populares da população. Elementos discursivos e não discursivos desse tipo de violência podem ser vistos na atual fase do retorno ao conservadorismo na América Latina. Elementos que se direcionam, principalmente, a três grupos específicos.

O primeiro dos ditos grupos que é objeto da vingança e da “ira do homem branco” é o etnicamente construído “outro”, o que se refere ao suposto “outro interno”, sobretudo o indígena, e o que inclui o rechaço xenofóbico contra migrantes que são considerados etnicamente inferiores. Contudo, os critérios étnico-raciais são flexíveis. Enquanto nos Estados Unidos são atacados e isolados racialmente os migrantes provenientes da América Latina, nessa região os migrantes do Haiti são as vítimas da violência, como ocorreu recentemente no Brasil, lugar onde, também, logo após a posse de Temer, a

população indígena, beneficiada por políticas de reconhecimento, teve seus direitos limitados. Temer tentou remover a proteção das terras indígenas com o objetivo de tornar tais terras acessíveis ao agronegócio.

Um segundo objetivo da “ira do homem branco” são as mulheres dos grupos de luta pela igualdade de gênero e os direitos sexuais. No Brasil, durante o Governo Temer, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) foi extinto. Em apenas cinco meses de governo ele impulsionou quatro projetos para proibir e criminalizar o aborto. Em ações coordenadas, grupos conservadores, usualmente apoiados por igrejas protestantes radicais, defenderam a supressão da ideologia de gênero do currículo escolar. “Ideologia de gênero” (Biroli 2016) é entendida por estes grupos como o oposto à “família natural” (“natural family”)<sup>120</sup> e aos “papéis sexuais naturais” (“natural sexual roles”)<sup>121</sup>.

Estas posições de identidade política estão acompanhadas de tabus ético-políticos, os quais se veem expressos em fantasias públicas de violência e discursos de ódio contra a mulher. Assim, em 2014 o ex-deputado ultraconservador e atual presidente Jair Bolsonaro expressou publicamente fantasias de estupro e ideias de superioridade contra a deputada Maria do Rosário. No entanto, um objetivo especial dessa classe de violência fora dirigida contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Criaram-se cartazes nos quais ela era comparada a um

---

<sup>120</sup> N.T.

<sup>121</sup> N.T.

cachorro raivoso, com legendas como: “Cuidado com a besta! Ela atuou na guerrilha, planejou atos terroristas, usou armas para implantar o comunismo no Brasil e foi condenada a três anos de prisão. Ela defende o aborto e quer ser a ‘mãe do Brasil’. Podem acreditar?”. Da mesma forma, existem representações vulgares e sexistas de Dilma Rousseff em pôsteres, adesivos e panfletos de movimentos de direita (Biroli, 2016).

O movimento brasileiro antigênero tem cada vez maior influência no terreno acadêmico. Além dos já mencionados cortes e das mudanças programáticas no currículo escolar, há acadêmicos que são individualmente atacados. Uma conferência coorganizada por Judith Butler em novembro de 2017, em São Paulo (simbolicamente chamada “Os fins da democracia”), provocou veementes protestos, nos quais manifestantes exigiam, entre outras coisas, que “Queimem a bruxa!”. A mesma Butler, refletindo sobre o incidente, disse que “as pessoas que se opõem a mim acreditam realmente que o gênero é uma ‘ideologia diabólica’” e que “grande parte do apoio à direita se baseia em fortes valores tradicionais antifeministas, antiLGBTQ+” (Johnson, 2017). Neste contexto, tornam-se reconhecível, especialmente na área das políticas de gênero, a dimensão político-cultural das atuais tendências da refeudalização, que deterioraram gravemente o debate democrático e acadêmico, criando uma atmosfera de nova “caça às bruxas”.

Um terceiro grupo-alvo da violência são os setores populares. Nesse sentido, é difícil falar de um populismo dos novos governos conservadores; melhor seria falar de

um castigo às classes populares por terem apoiado os governos de esquerda. A Universidade Católica da Argentina estima que o número de pobres no país, depois que Macri assumiu o poder, subiu para 1,4 milhão apenas no primeiro trimestre de 2016. Grande parte da pequena e média empresa está com dificuldades, dadas as altas dos preços e a perda do poder aquisitivo da população em 10%, segundo as estimativas mais conservadoras. Os setores mais pobres, em particular, foram afetados pela alta dos preços dos artigos de primeira necessidade, enquanto o setor do trabalho formal foi afetado pelas demissões massivas, especialmente no setor público.

Até agora, o foco da presente análise foi o posicionamento da aristocracia monetária no campo político. Argumentou-se, de modo socioestrutural, que se trata do 1% até os 10% mais ricos da população. Nesse ponto, surge a seguinte pergunta: quem são e por que apoiam esta classe dominante correspondente a este 1%-10%?

A histórica crise econômica dos governos de esquerda na América Latina é comumente explicada pela queda dos preços das matérias-primas, ganhos que permitiram a estes governos, orientados, em geral, por modelos econômicos extrativistas, financiar programas de integração social. A discussão atual tende a esta explicação ao tentar dar conta da crise política desses governos. Mesmo que não se possa negar a queda dos preços dessas matérias-primas, especialmente a do petróleo, não se pode descartar que ao se olhar para as taxas de crescimento uma perspectiva distinta se abre.

Entre 2010 e 2014, o PIB cresceu nos países da América do Sul. Contudo, em 2015 o PIB diminuiu em 0,8%, sendo a queda mais importante a do Brasil, a maior economia da região e a sétima do mundo, que chegou a -3,5%, o que, sem dúvida, pesa no balanço geral (Cepal, 2016), pois sem esta queda a América do Sul poderia ter tido um ligeiro crescimento durante 2015.

Segundo as previsões da Cepal, em 2016 a economia da Bolívia crescerá em 4,5% e a do Peru 3,9%. Boas expectativas foram feitas para a América Central, com altas taxas de crescimento do PIB na Nicarágua (4,5%), Guatemala (3,5%) e Honduras (3,4%), países que se encontravam muito acima das expectativas da média de crescimento em nível mundial, que era em média de 2,4% (Cepal, 2016). Para explorar a conexão entre a estagnação econômica e a perda da legitimidade política, seria necessária uma análise específica de cada país. De igual maneira, isso se aplica para o presente capítulo no que tange à relevância dos conflitos de políticas de identidade para a crise política dos governos de esquerda.

Um modelo explicativo está surgindo no Brasil. A fundação Perseu Abramo, próxima ao Partido dos Trabalhadores (PT), realizou um estudo para explicar a legitimidade da esquerda entre os trabalhadores dos subúrbios de São Paulo. Um dos resultados foi, precisamente, que a “nova classe média, que se viu beneficiada com os programas sociais e de inclusão, se distanciou do PT” (Nozaki/Souza, 2017). Os membros da nova classe média-baixa começaram a buscar reconhecimento individual e estão mais receptivos a

aceitar os princípios de desempenho e competitividade do neoliberalismo e a mensagem conservadora das igrejas evangélicas. Esta análise pode ser complementada com as considerações do sociólogo Zygmunt Bauman. Este identificou na atual sociedade de consumo um novo narcisismo, o qual está, em última instância, numa sociedade orientada pelo medo, desideologizada e em permanente busca do sentido da vida. Bauman argumenta que este novo narcisismo pouco tem a ver com dogmas ideológicos, senão que ele, “ao mesmo tempo, faz perder a segurança nas lealdades de grupo e considera a qualquer um como um rival no que diz respeito aos benefícios que um Estado paternalista deve ignorar” (Bauman, 2007, p. 153). Neste ponto, torna-se claro como, visando à distinção, o princípio da comparação invejosa, que Veblen diagnosticou ao analisar a classe ociosa, tem penetrado atualmente na cotidianidade mundial de todos os segmentos sociais.

Isso está associado a uma amnésia social, especialmente em curto prazo de tempo, dos segmentos da classe média. Eles “esquecem” sua origem de classe, ou a de seus pais, e enxergam seu próprio avanço social – o que se deve em grande medida às políticas sociais e de integração dos governos de centro-esquerda – como virtude exclusivamente individual. Conforme esse pensamento narcisista, as políticas sociais não teriam sido determinantes, mas as suas próprias habilidades. Dessa, a ascensão social não teria nada a ver com a sociedade, encarnada na figura do Estado, nem esse último deveria fomentar práticas solidárias com as classes baixas, pois

estas últimas foram menos exitosas em comparação com a “gestão” das novas classes médias e, por conseguinte, são responsáveis pela sua própria miséria.

Voltando aos resultados do estudo descrito antes, os membros desta nova classe média narcisista sentem que já não são representados pelos princípios do PT, orientados às classes mais pobres. E mais ainda, possuem um estigma ao se sentirem relacionados tanto com a pobreza como com a classe trabalhadora, e buscam, então, uma distância desses argumentos sociais. Eles querem, agora, converter o novo capital econômico adquirido em capital político-identitário (*branquitude*), com o objetivo de se livrar do racismo e da discriminação. Paradoxalmente, reproduzem a estigmatização social: os filhos comem sua própria revolução.

Embora este modelo tenha seguramente uma determinada plausibilidade também no contexto brasileiro em relação às novas classes médias, o que deve ser comprovado com mais estudos empíricos, mesmo assim é possível constatar já desde agora que ele não é meramente explicativo. Isso pode ser observado no caso de Equador. Nesse país, parte dos movimentos indígenas de esquerda se aliou ao candidato de direita, o banqueiro multimilionário Guillermo Lasso, para evitar um novo governo do partido de Rafael Correa. A organização indígena Ecuarunari decidiu que não apoiaria uma nova candidatura da Alianza País (Aliança País), dizendo que: “Mejor un banquero que un dictador” (“Melhor um

banqueiro que um ditador”)<sup>122</sup>. No caso equatoriano, as rupturas de identidade política não podem ser reduzidas meramente a uma oposição direita-esquerda. Já muito cedo Rafael Correa anunciou uma “revolução cidadã” que representava os interesses de classe média mestiça, rompendo inicialmente com os movimentos indígenas.

Em relação à tese desenvolvida no capítulo sobre as estruturas sociais, surge uma pergunta. Embora se torne visível “no papel” que a distância entre o 1% e os 99% restantes aumenta, está muito longe de que isso se veja refletido numa nova consciência de classe ou de sentido de pertencimento a um estrato social. Na melhor das hipóteses, as considerações teóricas especulativas de Antônio Negri e Michael Hardt sobre a multidão (multitude)<sup>123</sup> dá possibilidades para pensar uma multitude ética, cultural e socioeconômica fragmentada que atua no conjunto, a despeito da diversidade. Em última instância, a esperança de Negri e Hardt repousa sobre a base da experiência de movimentos críticos da globalização e novas formas de conexão entre diversos movimentos sociais. Porém com a crise dos governos de esquerda, as possibilidades de intercâmbio desse tipo diminuem.

---

<sup>122</sup> N.T.

<sup>123</sup> N.T.

## CAPÍTULO 7

### DA REFEUDALIZAÇÃO AO NOVO COMUNISMO?

---

O debate da década de 1970 em torno do feudalismo-capitalismo latino-americano não foi apenas um debate conduzido pela torre de marfim das academias. Pelo contrário, ele teve implicações de grande alcance em relação à formulação de posições e estratégias políticas. Os representantes tradicionais da tese do feudalismo argumentavam sobretudo a partir do espectro das teorias do desenvolvimento do Ocidente, incluindo os modelos marxistas. Desse modo, o feudalismo apenas poderia ser substituído por uma revolução de caráter burguês, etapa prévia para qualquer alternativa socialista. Em contrapartida, de acordo com a maioria das teorias da dependência, o problema era que a burguesia latino-americana estava influenciada diretamente pelos interesses imperialistas estadunidenses e da Europa Ocidental, e por isso havia falhado no cumprimento da histórica tarefa de uma revolução burguesa. Nesse sentido, a crítica da função política da burguesia levou teóricos do sistema-mundo, tais como André Gunder Frank e outros, a afirmar que a burguesia, e até mesmo a revolução socialista em um só país da periferia, era algo muito difícil, dadas as interdependências no sistema capitalista global.

À luz da atual tendência econômica da refeudalização, as sociedades latino-americanas estão

enfrentando uma situação similar. Existem dúvidas acerca das opções específicas nacionais, devido à profunda inserção no contexto do capitalismo global; também existem dúvidas em relação às verdadeiras possibilidades de emancipação das frações burguesas que ainda existem na região. A dificuldade no tocante aos aspectos nacionais e sua relação com o contexto do capitalismo global pode ser exemplificada no caso do socialismo do século XXI na Venezuela, baseado na exportação do petróleo, dependente em grande medida das flutuações do mercado mundial. A tentativa, a longo prazo, de cumprir com o papel histórico da burguesia no processo de formação de uma nação, provavelmente tenha sido a do Equador no contexto da Revolução Cidadã. Nesse caso, foi possível estabelecer temporalmente uma nova fração da burguesia através de sua incorporação ao aparato estatal, que, no entanto, viu-se logo desconectada dos interesses e necessidades das comunidades rurais, os povos indígenas e as classes mais pobres. Esses dois modelos, que atualmente se encontram em profundas e diferentes crises, ainda estão pendentes de um balanço final. Contudo, na grande parte do resto da América Latina, foi imposto o processo de refeudalização quase sem contrapeso.

Apesar dessas abordagens baseadas na noção de sistema-mundo, a visão da Revolução Francesa, que brilha como um farol nos trabalhos de Piketty e Crouch, tem ainda grande atratividade. Fazendo referência às lições da história, pode-se afirmar que na atualidade seria necessária outra revolução burguesa para frear o processo de refeudalização. Ainda que as analogias históricas tenham

um campo limitado de explicação, é importante salientar os aspectos problemáticos da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental. Em última instância, a polarização social foi superada com dificuldade no contexto da revolução burguesa, uma vez que não existiam melhorias políticas e sociais para todos os segmentos do Terceiro Estado. Com relação a isso, deve-se sublinhar que o *citoyen*, o cidadão democrático, não pode ser concebido sem o burguês, o capitalista. Desse último é que emerge a atual aristocracia monetária, num processo de “aristocratização da burguesia” (Wallerstein, 1988). Especialmente com relação ao papel da burguesia latino-americana durante os séculos XIX e XX, é preciso certo ceticismo histórico com respeito à possibilidade de uma renovação da revolução burguesa.

Em lugar de apostar numa nova revolução burguesa, parece ser mais estimulante recorrer a outras situações conflituosas próprias do feudalismo. Desse modo, para além da exploração da força de trabalho não livre e da falta de liberdade, é possível encontrar um campo maior do conflito. Nesse sentido, deve-se pensar na feudalização e na colonização dos bens comuns. Apesar de que estes bens muitas vezes fizessem parte do sistema feudal, há modos de compreendê-los que precedem ao feudalismo, algo que se pode encontrar em muitas formas de administração de recursos dos povos indígenas. Na Alemanha, igualmente, os bens comuns têm sua origem no velho sistema germânico, enquanto na América Latina sua origem remonta às práticas comunitárias de muitas culturas indígenas locais.

Na modernidade é de se observar uma crescente pressão no que tange aos bens comuns. Já no século XVI, o roubo de bens comuns (*Allmende*) foi o motivo detonador da guerra dos camponeses alemães. No século XVIII, os cercamentos legais (*Inclosure Acts*) na Inglaterra foram dirigidos contra as terras comuns e conduziram à pauperização de grande parte da população. No decorrer da expansão europeia, a chamada acumulação originária nos territórios coloniais levou à apropriação de terras, incluindo as terras comunitárias.

Hoje, o conceito de bens comuns é usado não apenas como regulação legal da propriedade comum (terras, água, bosques), mas, em geral, para se referir a todas as formas de bens públicos, especialmente a informação tecnológica. Além das regulações de mercado e Estado, as formas do comum tornaram-se o centro da discussão econômica, a tal ponto que Elinor Ostrom recebeu em 2009 o Prêmio Nobel de Economia por seu trabalho “O governo dos bens comuns”<sup>124</sup>, enquanto Antônio Negri e Michael Hardt propuseram o nome de “Commonwealth” (2009) como uma alternativa ao conceito de “império”.

No decorrer do processo de refeudalização aqui analisado, o problema dos bens comuns é de importância fundamental, porquanto capaz de se opor à “crescente privatização e comercialização dos recursos naturais, do conhecimento, do espaço público e de outras formas de

---

<sup>124</sup> “Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action”. [N.T.]

organizações institucionais” (Unmüssig, 2012, p. 13)<sup>125</sup>. Na América Latina, especialmente no caso do conceito de *buen vivir*<sup>126</sup>, podem-se encontrar formas e enfoques alternativos de pensar o comum em relação à sua utilização, o que possui importantes componentes indígenas.

Para além da questão da utilidade (ou usufruto) do comum, encontra-se à disposição outro conceito filosófico que surgiu durante o século XX, a saber, o de comunismo. Não se trata aqui de um retorno aos ensinamentos de Marx, Engels e Lênin, mas sim de um movimento do pensamento que, em consideração aos contextos históricos, se opõe às atuais tendências de apropriação privada refeudalizante, e que seja capaz de colocar a questão do comum no centro da discussão. Nessa concepção, o comunismo não seria apenas determinado pela luta de classes, a que atualmente se vê forçada “desde cima”, mas sim também pela existência e pela expansão de espaços e práticas anti-hegemônicas. Para essa reorientação do comunismo são indispensáveis, entre outros, os debates de Alain Badiou, Jean-Luc Nancy, Slavoj Žižek, Michael Hardt e Toni Negri, que tiveram lugar em 2009 em Londres, e no ano seguinte, em Berlim (Douzinas/ Žižek, 2012).

Com base nesse debate e sob a base de análises da refeudalização, este ensaio histórico-político visa a uma conclusão a partir de um esboço de possíveis horizontes

---

<sup>125</sup> Tradução a partir do original em alemão.

<sup>126</sup> Tal conceito é a tradução literal de “Sumak Kawsay”, da língua quéchua. Em português se traduz por “bom viver”. [N.T.]

que permitam abarcar, ou melhor, superar, a atual refeudalização econômica.

Em termos de estrutura social, muitos países da América Latina estão experimentando um aprofundamento da já forte polarização social, a qual, especialmente em relação à consolidação do sistema de heranças patrimoniais dentro da aristocracia monetária, mostra claros sinais de solidificação, com índices mínimos de mobilidade intergeracional. Enquanto as aristocracias monetárias foram capazes, desde a década de 1980, de proteger e resguardar politicamente seus próprios interesses, as multidões permanecem fragmentadas. Aqui existe uma clara discrepância entre as “classes no papel” (Bourdieu), construídas a partir da obtenção de dados da estrutura social, e a – se quisermos aplicar um conceito marxista – consciência de classe.

Uma polarização entre o 1% e os 99% restantes pode ser detectada estatisticamente, mas na consciência das pessoas está longe de vir ao caso. Nesse sentido, é paradoxal que medidas estatais ou supraestatais sejam demonizadas pelas classes médio-altas que buscam conseguir um acesso social e que se veem escassamente afetadas em termos reais. Poderíamos pensar em mecanismos de redistribuição como o imposto sobre as grandes fortunas, um aumento de impostos sobre bens imobiliários, ou um imposto sobre as transações financeiras (Imposto Tobin)<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> “Tobin tax”. [N.T.]

Na América Latina, em particular, não seria possível colocar um freio às tendências de refeudalização sem uma reforma agrária, uma vez que existe uma profunda desigualdade na distribuição das superfícies agrícolas desde os tempos coloniais. Nesse sentido, seria desejável recriar um clima social no qual um projeto de reforma agrária seja hegemônico, tal como aconteceu na década de 1970 no Equador, quando o latifúndio foi compreendido como um “remanescente feudal” que deveria ser superado. Do mesmo modo, a extrema concentração das terras e a existência de barões agrícolas deveriam ser consideradas imorais e impedimentos para a coesão social. Contudo, o caminho em direção a uma reforma desse tipo não é fácil. Historicamente, mesmo a mais rudimentar reforma agrária na América Latina foi acompanhada por uma revolução, como ocorreu em 1910 no México, na Bolívia em 1952, em 1959 em Cuba, e no Chile em 1970. Além disso, devem ser considerados outros modos de comunitarização (“Vergemeinschaftung”)<sup>128</sup> das terras. É de se pensar aqui numa restituição dos assentamentos e títulos de terra às comunidades indígenas e afro-americanas, assim como, também, se deveria pensar em reservas naturais estatais que cuidem dos territórios da atividade extrativista.

No terreno econômico, uma contradição fundamental parece estar fundada no fato de que a atual refeudalização baseia-se numa massiva acumulação por meio da expropriação. Bens coletivos foram – seja através

---

<sup>128</sup> N.T.

de políticas de privatização neoliberal e imposições do mercado, seja através da violência direta – transferidos à propriedade privada da aristocracia monetária. Do lado dessa expropriação direta, existe também uma apropriação oculta através da evasão de impostos, ou a aquisição de bens públicos sem a existência de um pagamento recíproco justo. Contrariamente a essas tendências de externalização de custos e acumulação mediante o roubo, parece haver uma perspectiva sensata para a expansão dos bens públicos. Especialmente em áreas sociais como a saúde e as obras públicas, o financiamento através de modelos impositivos para todo cidadão deve ser considerado.

Neste sentido, uma área particularmente destacada corresponde ao desenvolvimento do conhecimento comum, como é o caso de projetos de *software* tais como Ubuntu, OpenOffice, ou as licenças Creative Commons. A expansão de conhecimento relacionado à informática comum é de fundamental importância para contrabalançar a base material dos bilionários do Vale do Silício, os quais estão fazendo fortunas com empresas como Microsoft, Facebook e Google.

Em geral, a atual situação da refeudalização econômica tem sido determinada, em suas dimensões econômicas, pela onda neoliberal de desregulação, a qual, à semelhança de “O Mundo dos Dinossauros”, do *Tyrannosaurus Rex* e dos pequenos herbívoros, está numa livre concorrência. Contudo, em alguns setores da economia, a aristocracia monetária também se beneficia de restrições legais. Isso se aplica, sobretudo, à parte obscura

e oculta do capitalismo. Por exemplo, a legalização e o controle da venda de drogas poderiam cortar uma vertente dos negócios que não apenas provocam a formação de organizações criminais, mas que, além disso, representam um fator fundamental nas tendências em direção à refeudalização.

Um problema cultural central para a contenção do processo de refeudalização é a tão enraizada e mal denominada “cultura” de consumo por grande parte da população, a qual se acha, ao mesmo tempo e em pé de igualdade em toda a sociedade refeudalizada, profundamente polarizada. Por exemplo, o consumo de luxo distinto da aristocracia monetária se vê contrastado pelo consumo massivo, o qual se destina cada vez mais a uma suposta exclusividade, conduzindo grandes partes da população a uma nova servidão por meio de endividamento. Para reverter essa tendência seria necessária uma verdadeira revolução cultural. Uma perspectiva poderia ser a substituição do consumo pelo cuidado, perspectiva que é seguida pelos movimentos feministas, em relação, por exemplo, ao trabalho decente (“decent work”)<sup>129</sup>, e por movimentos ambientais que têm a intenção de cuidar do planeta. Esse conceito possui uma longa tradição na filosofia; um dos seus principais antecedentes é a interpretação de Heidegger em relação à existência humana, interpretação que tenta ir além dos princípios da técnica enfocados na maximização do desempenho individualista e aponta, em vez disso, para o

---

<sup>129</sup> N.T.

fato ontológico de um comunitário ser comum no mundo (*Mit-seins*) (Nancy, 2001).

Paradoxalmente, uma das sementes de uma economia viável baseada no cuidado está contida no atual debate sobre a refeudalização. Boltanski e Esquerre, usando o “enriquecimento econômico”, diagnosticaram também que, especialmente na relação com os objetos herdados da alta qualidade, investe-se em sua manutenção e cuidado. Nesse sentido, o cuidado, através da restauração e da reparação, pode incrementar o valor dos objetos, opondo-se à cultura do consumo descartável imediato.

Os limites estabelecidos para a participação no espaço público, atados a marcadores étnicos, foram relevantes na América Latina até o início do século XX. É paradoxal que, depois de um período – durante a década de 1990 e a primeira década de 2000 –, no qual se avançou, legalmente, na redução do racismo e nas políticas de reconhecimento, voltem tais limites, hoje, a aparecer efetivamente. Com a crise da “guinada à esquerda” na América Latina, é difícil pensar que as políticas estatais apontem para uma democratização dos espaços de participação pública. Ao contrário disso, a tendência aponta para uma maior refeudalização do campo público e político.

A comunitarização é também uma estratégia-chave em termos do uso da terra para prevenir e evitar os muros e deslocamentos decorrentes da refeudalização. Disso decorre um necessário compromisso consistente com os espaços públicos. Nesse sentido, o apelo a um espaço

público garantido pelo Estado, especialmente em momentos de mudança em direção a governos conservadores, é essencial. Paralelamente, as organizações comunitárias deveriam tender a se fortalecer. Nesse contexto, deve-se pensar, precisamente, na defesa dos espaços públicos cotidianos, uma vez que, em muitas cidades latino-americanas, a “praça” representa o espaço para onde confluem diferentes grupos sociais.

No campo político, temos identificado, junto com a duplicação do poder econômico em poder político, uma tendência ao despotismo. Aqui, é muito provável que a ascensão dos governos de esquerda, que chegaram ao poder graças ao apoio massivo e popular dos 99% que representam o Terceiro Estado, tenha encontrado barreiras por parte da aristocracia monetária e seu aparato de grupos de *lobby*, meios de comunicação e propaganda. A participação democrática popular, assim como também a pluricultural e plurinacional, que foram alcançadas, é uma conquista que deve ser defendida, especialmente ante a massiva erosão da moral política e a escalada da *whiteness* e do racismo.

A experiência do auge e a atual queda dos governos da chamada *pink tide* (“onda rosa”) deixaram claro que não se podem reduzir as disputas apenas às lutas hegemônicas. Autores próximos dos movimentos antiglobalização têm criticado com razão a “hegemonia da hegemonia” no pensamento de esquerda, assinalando que é igualmente necessário apontar para uma política de afinidade, a fim de poder encontrar alternativas às múltiplas crises no aqui e agora.

## BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio. 2012. "Dios no murió. Se transformó en dinero". Salvà, Peppe. *Partido Interdimensional Pirata*, 10 de septiembre. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://partidopirata.com.ar/2012/09/10/dios-no-murio-se-transformo-en-dinero-entrevista-a-giorgio-agamben/>.
- Altvater, Elmar y Birgit Mahnkopf. 1996. *Grenzen der Globalisierung: Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- Bastos, Santiago. 2014. "Multicultural Projects in Guatemala: Identity Tensions and Everyday Ideologies". En *The new dynamics of identity politics in the Americas: multiculturalism and beyond*, editado por Olaf Kaltmeier, Sebastian Thies y Josef Raab, 78-95. Londres: Routledge.
- Bauman, Zygmunt. 1998. "Das Jahrhundert der Lager?". En *Genozid und Moderne: Strukturen kollektiver Gewalt im 20. Jahrhundert*, editado por Mihran Dabag y Kristin Platt, 81-99. Opladen: Leske und Budrich.
- Bauman, Zygmunt. 2005. *Vidas desperdiciadas. La modernidad y sus parias*. Buenos Aires: Paidós.

Bauman, Zygmunt. 2007. *Vida de consumo*. Buenos Aires: fce. Bauman, Zygmunt. 2017. *Retrotopía*. Barcelona: Paidós.

Beaverstock, Jonathan. 2012. "The Privileged World City: Private Banking, Wealth Management and the Bespoke Servicing of the Global Super-rich". En *International Handbook of Globalization and World Cities*, editado por Ben Derudder, Michael Hoyler, Peter J. Taylor y Frank Witlox, 378-389. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited.

Biroli, Flávia. 2016. "Political violence against women in Brazil: expressions and definitions". *Direito & Práxis* 7, núm. 15: 557-589.

Blakely, Edward J. y Mary Gail Snyder. 1999. *Fortress America: Gated Communities in the United States*. Washington, dc: Brookings Institution Press.

Blow, Charles. 2016. "Trump reflects White Male Fragility". *The New York Times*. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://www.nytimes.com/2016/08/04/opinion/trump-reflects-white-male-fragility.html>.

Boano, Camillo y Belen Desmaison. 2016. "Lima's 'Wall of Shame' and the gated communities that build poverty into Peru". *The*

- conversation, febrero 11. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://theconversation.com/limas-wall-of-shame-and-the-gated-communities-that-build-poverty-into-peru-53356>.
- Bogan, Jesse. 2009. "Cocaine King". Forbes. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://forbes.com/forbes/2009/0330/102-cocaine-king.html#509ace33c812>.
- Bogliacino, Francesco y Daniel Rojas Lozano. 2017. "The evolution of inequality in Latin America in the 21st century: What are the patterns, drivers and causes?". *Global Discussion Paper 57*. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://hdl.handle.net/10419/156723>.
- Boltanski, Luc y Arnaud Esquerre. 2016. "The Economic Life of Things". *New Left Review* 98: 31-54.
- Boltanski, Luc y Arnaud Esquerre. 2017. "Enrichement, Profit, Critique. A Rejoinder to Nany Fraser". *New Left Review* 106: 67-76.
- Boris, Dieter et al., ed. 2008. *Sozialstrukturen in Lateinamerika: Ein Überblick*. Wiesbaden: VS Verlag.
- Boym, Svetlana. 2001. *Future of Nostalgia*. Nueva York: Basic Books.
- Brand, Ulrich. 2016. "Neo-Extraktivismus, Aufstieg

- und Krise eines Entwicklungsmodells". Aus Politik und Zeitgeschichte 66: 21-26.
- Burchardt, Hans-Jürgen. 2016. "Zeitenwende? Lateinamerikas neue Krisen und Chancen". Aus Politik und Zeitgeschichte 39: 4-9.
- Bussolo, Maurizio, Maryla Maliszewska y Elie Murard. 2014. "The Long-Awaited Rise of the Middle Class in Latin America is Finally Happening". Policy Research Working Paper, núm. 6912. World Bank, Washington, dc. Acceso el 24 de abril de 2018. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/18767> License: CC BY 3.0 IGO.
- Büschges, Christian. 1996. Familie, Ehre und Macht: Konzept und soziale Wirklichkeit des Adels in der Stadt Quito (Ecuador) während der späten Kolonialzeit, 1765-1822. Stuttgart: Steiner.
- Butler, Judith. 2005. "Gewalt, Trauer, Politik". En Gefährdetes Leben: politische Essays, editado por Judith Butler, 36-68. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Capgemini. 2017. "World Wealth Report. Latin America". Acceso el 19 de abril de 2018. [http://www.worldwealthreport.com/reports/population/latin\\_america](http://www.worldwealthreport.com/reports/population/latin_america).
- Castells, Manuel. 2001. The rise of the network society. Oxford: Blackwell. CEPAL. 2016.

- “Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2016: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y los desafíos del financiamiento para el desarrollo”. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://www.cepal.org/en/publications/40327-economic-survey-latin-america-and-caribbean-2016-2030-agenda-sustainable>.
- Chavkin, Sasha y Emilia Díaz-Struck. 2017. “The Offshore Connections of Latin American Presidents, Ministers and Business Leaders Revealed”. *icij*. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://www.icij.org/investigations/paradise-papers/paradise-papers-offshore-connections-latin-american-presidents-ministers-business-leaders-revealed/>.
- CIA. 2018. “World Factbook”. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>.
- Ciudad Cayalá. 2018. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://cayala.com.gt/nosotros/historia/>.
- Clement, Raquel y Jill L. Grant. 2012. “Enclosing Paradise: The Design of Gated Communities in Barbados”. *Journal of Urban Design* 17, núm. 1: 43-60. Acceso el 9 de abril de 2018. <https://www.tandfonline.com/doi/full/>

10.1080/13574809.2011.646249?needAccess=true.

Conadecus. 2011. "Tarjetas de crédito: La esclavitud moderna". Acceso el 19 de abril de 2018. <http://www.conadecus.cl/conadecus/?p=1864>.

Continental Citizenship. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://continentalcitizenship.com/citizenship-by-investment/>.

Costa Da Silva, Carlos Henrique. 2015. "Characteristics and Trends of Luxury Commerce in Sao Paulo (Brazil)". *Études caribéennes*, 30 de abril. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/7378>.

Credit Suisse Research Institute. 2016. "Global Wealth Databook 2016". Zürich. Acceso el 19 de abril de 2018. <http://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/index.cfm?fileid=AD6F2B43-B17B-345E-E20A1A254A3E24A5>.

Crouch, Colin. 2008. *Postdemokratie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Davis, Mike. 2007. *Planet der Slums*. Hamburg: Assoziation A.

De Ferranti, David et al. 2004. *Inequality in Latin America. Breaking with History?* Washington, dc: World Bank.

- Debord, Guy. 1967. Die Gesellschaft des Spektakels. Paris.
- Deininger, Klaus y Lyn Squire. 1996. "A New Data Set Measuring Income Inequality". The World Bank Economic Review 10, núm. 3: 565-591.
- Del Cueto, Carla y Mariana Luzzi. 2010. "Betrachtungen über eine fragmentierte Gesellschaft. Veränderungen der argentinischen Sozialstruktur (1983- 2008)". En Argentinien heute: Politik, Wirtschaft, Kultur, editado por Peter Birle, Klaus Bodemer y Andrea Pagni, 33-54. Frankfurt am Main: Vervuert.
- Douzinas, Costas y Slavoj Žižek, ed. 2012. Die Idee des Kommunismus. Hamburg: Laika.
- Dunker, C. 2015. Mal-estar, sufrimiento e sintoma. Sao Paulo: Boitempo Editorial.
- Edwards, Alberto. 1928. La fronda. Aristocrática en Chile. Santiago de Chile: Imprenta Nacional.
- Elwert, Georg. 1999. "Markets of Violence". En Dynamics of Violence. Processes of Escalation and De-Escalation in Violent Group Conflicts, editado por Georg Elwert, Stephan Feuchtwang y Dieter Neubert, 85-102. Berlín: Duncker & Humblot.
- Erdmann, Gero. 2002. "Neopatrimoniale Herrschaft oder: Warum es in Afrika so viele

Hybridregime gibt”. En Zwischen Demokratie und Diktatur, editado por Petra Bendel, Aurel Croissant y Friedbert W. Rüb, 323-342. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Escobar, Germán. 2016. “La relevancia de la agricultura en América Latina y el Caribe”. Revista Nueva Sociedad. Acceso el 6 de julio de 2018. <http://nuso.org/media/documents/agricultura.pdf>.

Espinoza, Fran. 2013. “Bolivia, élite sectorial chola y élite política: las ambivalencias de su relación”. En Anuario de Acción Humanitaria y de Derechos Humanos, núm. 1, 141-160. Bilbao: Universidad de Deusto.

Estrada, Rafael y Carla Guerrón. 2016. “Brazilian Elitist Gated Communities as the New Version of the Colonial Portuguese Fort”. Panoramas. Acceso el 19 abril de 2018. <http://www.panoramas.pitt.edu/health-and-society/brazilian-elitist-gated-communities-new-version-colonial-portuguese-fort>.

Evans, Michelle. 2014. “Arrival of Financial Cards to Latin America Led to Credit Binge”. Acceso el 19 de abril de 2018. <https://blog.euromonitor.com/2014/08/arrival-of-financial-cards-to-latin-america-led-to->

credit binge.html.

Evers, H. D. 1987. "Subsistenzproduktion, Markt und Staat. Der sog. Bielefelder Verflechtungsansatz". Geographische Rundschau 39: 136-140.

Fabian, Johannes. 1983. Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object. Nueva York: Columbia University Press.

FAO. 2017. "América Latina y el Caribe es la región con la mayor desigualdad en la distribución de la tierra". Acceso el 24 de abril de 2018. <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/879000/>.

Fischer, Karin. 2011. Eine Klasse für sich. Besitz, Herrschaft und ungleiche Entwicklung in Chile 1830-2010. Baden-Baden: Nomos.

Forbes. 2009. Acceso el 24 de abril de 2018. [https://www.forbes.com/consent/?toURL=https://www.forbes.com/business/lists/2009/10/billionaires-2009-richest-people\\_Joaquin-Guzman-Loera\\_FS0Y.html](https://www.forbes.com/consent/?toURL=https://www.forbes.com/business/lists/2009/10/billionaires-2009-richest-people_Joaquin-Guzman-Loera_FS0Y.html).

Frank, André Gunder. 1969. Kapitalismus und Unterentwicklung in Lateinamerika. Frankfurt: eva.

Gamboa, José y Julián Dextre. 2016. "Estudio Inicial y Plan Maestro del Proyecto de Playa de 'Las Calas'". Tesis de maestría. Pontificia

Universidad Católica del Perú.

GCC. 2014. "Wealth Insight Report". Acceso el 24 de abril de 2018. [https://www.eibank.com/assets/pdf/GCC\\_Wealth\\_Insight\\_Report.pdf](https://www.eibank.com/assets/pdf/GCC_Wealth_Insight_Report.pdf).

Gottdiener, Mark. 1995. *Postmodern Semiotics: Material Culture and the Forms of Postmodern Life*. Wiley-Blackwell.

Gottdiener, Mark. 2001. *The Theming of America: Dreams, Visions, and Commercial Spaces*. Boulder: Westview Press.

Grain. 2016. "The global farmland grab in 2016: how big? how bad?". Acceso el 24 de abril de 2018.

<https://www.grain.org/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad>.

Greenpeace. 2005. "Eklat bei der Verleihung der Goldenen Kettensäge: Preisträger auf der Flucht". Acceso el 24 de abril de 2018.

<https://www.greenpeace.de/themen/waelder/eklat-bei-der-verleihung-der-goldenen-kettensaege-preistraeger-auf-der-flucht>.

Grosfoguel, Ramón. 2008. "Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America". En *Coloniality at large*, editado por

- Moraña, Mabel, Enrique Dussel y Carlos C. Jáuregui, 307-333. Durham: Duke University Press.
- Gudynas, Eduardo. 2009. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano”. En *Extractivismo, política y sociedad*, editado por Jürgen Schuldt et al., 187-225. Quito: Centro Andino de Acción Popular y Centro Latino Americano de Ecología Social.
- Habermas, Jürgen. 1962. *Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Hardt, Michael y Antonio Negri. 2009. *Commonwealth*. Harvard University Press.
- Harvey, David. 2001. *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. Londres. Heeren, Anne. 2016. “Commercialization of Biodiversity: The Regulation of Bioprospecting in Ecuador”. *Forum for Interamerican Research* 9.2. Acceso el 24 de abril de 2018. [http://interamerica.de/wp-content/uploads/2016/09/06\\_fiar-Vol.-9.2-Heeren-94-117.pdf](http://interamerica.de/wp-content/uploads/2016/09/06_fiar-Vol.-9.2-Heeren-94-117.pdf).
- “La historia del inmigrante italiano que llegó a ser el más rico de Chile”. 2007. *El Mercurio*, 29 de

agosto.

- Htun, Mala y Jennifer Piscopo. 2014. "Women in Politics and Policy in Latin America and the Caribbean". cppf Working Papers on Women in Politics, núm. 2. Acceso el 24 de abril de 2018. [http://webarchive.ssrc.org/working-papers/CPPF\\_WomenInPolitics\\_02\\_Htun\\_Piscopo.pdf](http://webarchive.ssrc.org/working-papers/CPPF_WomenInPolitics_02_Htun_Piscopo.pdf).
- ICIJ. 2017. "Explore the Politicians in the Paradise Papers". Acceso el 24 de abril de 2018. <https://www.icij.org/investigations/paradise-papers/explore-politicians-paradise-papers/>.
- IPEA. "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça". Acceso el 24 de abril de 2018. [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_populacao.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html).
- Irazábal, Clara. 2009. "Revisiting Urban Planning in Latin America and the Caribbean. Regional study prepared for Revisiting Urban Planning: Global Report on Human Settlements 2009". Acceso el 24 de abril de 2018. <http://www.unhabitat.org/grhs/2009>.
- Jaramillo, Pedro. 2010. The Sustainability of Urban Heritage Preservation. The Case of Quito. Nueva York: Bank of Inter-American Development.
- Jijón, Víctor H. 2013. "The Ecuadorian Indigenous

Movement and the Challenges of Plurinational State Construction”. En *Indigenous and Afro-Ecuadorians Facing the Twenty-First Century*, editado por Marc Becker, 34-70. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Johnson, Cade. 2017. “About 70 protest UC Berkeley professor Judith Butler’s conference in Brazil”. Acceso el 24 de abril de 2018. <http://www.dailycal.org/2017/11/08/protesters-gather-at-conference-organized-by-campus-professor-judith-butler-in-brazil/>.

Kaltmeier, Olaf. 2009. “Das Land neu gründen: Gesellschaftliche Kontexte, politische Kulturen und indigene Bewegungen in Südamerika”. En *¿El pueblo unido? Soziale Bewegungen und politischer Protest in der Geschichte Lateinamerikas*, editado por Jürgen Mittag y Georg Ismar. Münster: Westfälisches Dampfboot.

Kaltmeier, Olaf. 2011. “Urban Landscapes of Multiculturalism. (Retro-)Coloniality and Identity Politics in Quito: The Case of the San Luis Shopping Center”. En *Selling EthniCity: Urban Cultural Politics in the Americas*, editado por Olaf Kaltmeier, 93-114. Farnham:

Ashgate.

Kaltmeier, Olaf. 2013. "Soziale Ungleichheiten in Lateinamerika: Historische Kontinuitäten im sozialen Wandel". En *Soziale Ungleichheit in den Amerikas: Historische Kontinuitäten und sozialer Wandel von der Mitte des 19. Jahrhunderts bis heute*, editado por Olaf Kaltmeier, 7-12. *Working Paper Series*, núm. 9.

Kaltmeier, Olaf. 2015a. "En búsqueda de la ciudad perdida. Género, erotismo y nostalgia en el paisaje urbano de Quito". En *De Patrias y Matrias: Gender and Nation in the Americas*, editado por Sebastian Thies, Luzelena Gutiérrez de Velasco y Gabriele Pisarz Ramírez, 187-200. México: El Colegio de México.

Kaltmeier, Olaf. 2015b. "Colonialidad, nostalgia y patrimonio: conflictos sobre espacio, historia e identidad en el centro histórico de Lima". En *Cruzando fronteras en las Américas. Las dinámicas de cambio en la política, la cultura y los medios. Fronteras discursivas: Migración, Resistencia, Patrimonio*, editado por Sofía Mendoza Bohne, Yolanda Minerva Campos García y Olaf Kaltmeier, 99-116. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

- Kaltmeier, Olaf. 2017. "On the Advantage and Disadvantage of Heritage for Latin America. Heritage Politics and Nostalgia between Coloniality and Indigeneity". En *Entangled Heritages. Postcolonial Perspectives on the Uses of the Past in Latin America*, editado por Olaf Kaltmeier y Mario Rufer. Londres: Routledge.
- Kaltmeier, Olaf. 2019. *Resistencia indígena y formación del Estado poscolonial: Saquisilí entre los siglos XVI y XX*. Quito: Corporación Editora Nacional.
- Kantorowicz, Ernst. 1957. *The King's Two Bodies. A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton.
- Kingman, Eduardo. 2004. "Patrimonio, políticas de la memoria e institucionalización de la cultura". *Íconos. Revista de Ciencias Sociales* 20: 26-34.
- Koselleck, Reinhart. 1989. *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Kotek, Joel y Pierre Rigoulot. 2001. *Das Jahrhundert der Lager. Gefangenschaft, Zwangsarbeit, Vernichtung*. Berlín/ München: Propyläen.
- Kron, Stefanie. 2004. "Guatemala: Paramilitarismus und sozialer Widerstand". En

Neoliberalismus-Autonomi-Widerstand.

Soziale Bewegungen in Lateinamerika, editado por Olaf Kaltmeier, Jens Kastner y Elisabeth Tui- der, 101-119. Münster: Westfälisches Dampfboot.

Krysmanski, Hans Jürgen. 2015. 0,1 Prozent-Das Imperium der Milliardäre. Frankfurt am Main: Westend Verlag.

Laclau, Ernesto. 1971. "Feudalism and Capitalism in Latin America". *New Left Review* 67: 19-38.

"Land defenders call on un to act against violence by state-funded and corpo- rate groups". 2017. *The Guardian*. Acceso el 2 de mayo de 2018. <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/21/land-defenders-callon-un-to-act-against-violence-by-state-funded-and-corporate-groups>.

Larrañaga, O. y M. E. Rodríguez. 2015. "Desigualdad de Ingresos y Pobreza en Chile 1990 a 2013". En *Las Nuevas políticas de protección social en Chile*, editado por Osvaldo Larrañaga y Dante Contreras. Santiago: Uqbar Editores.

Le Bot, Yvon. 1995. *La guerra en tierras mayas: Comunidad, violencia y mo- dernidad en Guatemala (1970-1992)*. México: fce.

- Levine-Rasky, Cynthia. 2002. "Working through Whiteness". *International Perspectives*. suny series.
- Luxemburg, Rosa. 1923. *Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus*. Berlín: Vereinigung Internationaler Verlags-Anstalten.
- Marcuse, Peter. 1997. "The Enclave, the Citadel, and the Ghetto: What has changed in the Post-Fordist U. S. City". *Urban Affairs Review* 33, núm. 2. Acceso el 24 de abril de 2018. <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/107808749703300206>.
- Mariátegui, José Carlos. 2007. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Acceso el 24 de abril de 2018. [http://resistir.info/livros/mariategui\\_7\\_ensayos.pdf](http://resistir.info/livros/mariategui_7_ensayos.pdf).
- Martínez, Inés del Pino. 2009. *Centro Histórico de Quito. Una centralidad urbana en transformación hacia el turismo. 2001-2008*. Quito: Flacso.
- Marx, Karl. 1978. "Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte". En *Karl Marx/Friedrich Engels-Werke*, vol. 8. Berlín: Dietz Verlag.
- Mato, Daniel. 2008. "All industries are cultural. A

- critique of the idea of ‘cultural industries’ and new possibilities for research”. *Cultural Studies* 23, núm. 1: 70-87.
- MDMQ. 2010. *Invierta en Quito. Perfil de Turismo*. Quito: Dirección de Inversiones y Comercio Exterior.
- Mignolo, Walter D. 2000. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.
- Moraña, Mabel, Enrique Dussel y Carlos C. Jáuregui, ed. 2008. *Coloniality at large*. Durham: Duke University Press.
- Moulian, Tomás. 1997. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago de Chile: Lom.
- Moulian, Tomás. 1998. *El consumo me consume*. Santiago de Chile: Lom.
- Murmis, Miguel y Juan Carlos Portantiero. 2004. *Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*. Buenos Aires: Siglo xxi Editores Argentina.
- Murray, Warwick E. 2006. “Neo-Feudalism in Latin America? Globalisation, Agribusiness, and land re-concentration in Chile”. *The Journal of Peasant Studies* 33, núm. 4: 646-677.
- Nancy, Jean Luc. 2001. *La comunidad desobrada*. Madrid: Arena Libros.
- Neckel, Sieghard. 2013. “Refeudalisierung.

Systematik und Aktualität eines Begriffs der Habermas'schen Gesellschaftsanalyse". Leviathan 41, núm. 1: 39-56.

Nozaki, William y Jessé de Souza. 2017. "O Brazil não conhece o Brasil". Acceso el 24 de abril de 2018. <https://fpabramo.org.br/2017/04/20/o-brazil-nao-conhece-o-brasil/>.

Nugent, José Guillermo. 1992. El laberinto de la choledad. Lima: Fundación Ebert.

Obermayer, Bastian y Frederik Obermaier. 2016. Panama Papers. Die Geschichte einer weltweiten Enthüllung. Köln: Kiepenheuer & Witsch.

Oxfam. 2017. An Economy for the 99%. Acceso el 24 de abril de 2018. [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-en.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-en.pdf).

"Panama Papers. Die Geheimnisse des schmutzigen Geldes". 2017. Süddeutsche Zeitung. Acceso el 25 de abril de 2018. <http://panamapapers.sueddeutsche.de>.

Pierson, Paul. 2004. Politics in Time. History, Institutions, and Social Analysis. Princeton: Princeton University Press.

Piketty, Thomas. 2014. Capital in the Twenty-First

Century. Cambridge: Harvard University Press.

Planas, Roque. 2016. "We're Starting To Get A Bad Feeling About Brazil's New Interim President". Huffington Post, mayo 19. Acceso el 24 de abril de 2018. [http://www.huffingtonpost.com/entry/michel-temer-brazil-president\\_us\\_573d99eee4b0aee7b8e91132](http://www.huffingtonpost.com/entry/michel-temer-brazil-president_us_573d99eee4b0aee7b8e91132).

PNUD. 2016. "Human Development Report 2016". Acceso el 25 de abril de 2018. <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2016-human-development-report.html>.

Ponce, Modesto. 2005. El palacio del diablo. Quito: Pan-Óptica.

Portes, Alejandro. 1985. "Latin American Class Structures: Their Composition and Change during the last Decades". Latin American Research Review 20, núm. 3: 7-39.

Portes, Alejandro y Kelly Hoffman. 2003. "Latin American Class Structures: Their Composition and Change during the Neoliberal Era". Latin American Research Review 38, núm. 1: 41-82.

Portocarrero, Gonzalo. 2007. Racismo y mestizaje. Y otros ensayos. Lima: Fondo Editorial del

Congreso del Perú.

- Quijano, Aníbal. 2008. "Coloniality of Power: Eurocentrism and Social Classification". En *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, editado por Mabel Moraña, Enrique Dussel y Carlos A. Jáuregui, 181-224. Durham: Duke University Press.
- Rajeev, Syal. 2009. "Drug money saved banks in global crisis, claims an advisor". *The Guardian*, diciembre 13. Acceso el 24 de abril de 2018. <https://www.theguardian.com/global/2009/dec/13/drug-money-bankssaved-un-cfief-claims>.
- Rivero, Polette. 2017. "Territorialer Vertreibungskrieg und Landgrabbing". Acceso el 24 de abril de 2018. <https://amerika21.de/analyse/187047/territorialer-vertreibungskrieg>.
- Rovira, Cristóbal. 2009. "Towards a Historical Analysis of Elites in Latin America". Documento presentado en el 21st World Congress of Political Science, Santiago de Chile, 12-16 de julio 2009. Acceso el 24 de abril de 2018. [http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_744.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_744.pdf).
- Ruf, Werner, ed. 2003. *Politische Ökonomie der*

Gewalt. Opladen: Leske & Budrich.

Schetter, Conrad. 2004. "Kriegsfürstentum und Bürgerkriegsökonomien in Afghanistan". Arbeitspapiere zur Internationalen Politik und Außenpolitik<sup>3</sup>. Acceso el 24 de abril de 2018. [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/21845/ssoar-2004-schetter-kriegsfurstentum\\_und\\_burgerkriegsokonomien\\_in\\_afghanistan.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/21845/ssoar-2004-schetter-kriegsfurstentum_und_burgerkriegsokonomien_in_afghanistan.pdf?sequence=1).

Sennett, Richard. 2000. *Der flexible Mensch*. München: Siedler/Goldmann.

Seppänen, Mariaa. 2003. "Historia local y patrimonio mundial. Ciudad letrada, arcadia colonial y el centro histórico de Lima". *Anuario Americanista Europeo*, núm. 1: 107-120.

Smith, Peter. 1979. *Labyrinths of Power. Political Recruitment in Twentieth-Century Mexico*. Princeton: Princeton University Press.

Sokoloff, Kenneth L. y Stanley L. Engerman. 2000. "History lessons: institutions, factor endowments, and paths of development in the new world". *Journal of Economic Perspective* 14, núm. 3: 217-232.

Stecchi, Diego. 2015. "El perfil del nuevo consumidor del mercado de lujo en América Latina". Acceso el 16 de abril de 2018.

<https://www.americaeconomia.com/analisis-opinion/el-perfil-del-nuevo-consumidor-del-mercado-de-lujo-en-america-latina>.

Stern, Steve J. 1988. "Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean". *The American Historical Review* 93, núm. 4: 829-872.

Supiot, Alain. 2013. "The public-private relation in the context of today's re-feudalization". *International Journal of Constitutional Law* 11, núm. 1: 129-145.

Svampa, Maristella. 2001. *Los que ganaron. La vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos.

Svampa, Maristella. 2008. "Kontinuitäten und Brüche in den herrschenden Sektoren". En *Sozialstrukturen in Lateinamerika: Ein Überblick*, editado por Dieter Boris, 45-71. Wiesbaden: VS Verlag.

Tanner, Jakob. 2015. "Refeudalisierung, Neofeudalismus, Geldaristokratie: die Wiederkehr des Vergangenen als Farce?". En *Festschrift für Daniel Thürer*, editado por Giovanni Biaggini, Oliver Diggelmann y Christine Kaufmann, 733-748. Zürich: Dike Verlag.

Thorp, Rosemary. 1998. *Progress, Poverty and*

Exclusion. An Economic History of Latin America in the 20th Century. Nueva York: Inter-American Development Bank.

Torche, Florencia. 2014. "Intergenerational Mobility and Inequality: The Latin American Case". Annual Review of Sociology 40: 30.1-30.24.

UBS. 2016. "Billionaire Insights". Acceso el 25 de abril de 2018. [https://www.ubs.com/microsites/billionaires-report/en/feeling-the-pressure/\\_jcr\\_content/mainpar/gridcontrol\\_2077236744/col1/linklist/link.1943461265.file/bGluay9wYXRoPS9jb250ZW50L2RhbS91YnMvbWljbm9zaXRlcy9iaWxsaW9uZXItcmVwb3J0L3BkZi9iaWxsaW9uYWlyZXMtcmVwb3J0LnBkZg==/billionaires-report.pdf](https://www.ubs.com/microsites/billionaires-report/en/feeling-the-pressure/_jcr_content/mainpar/gridcontrol_2077236744/col1/linklist/link.1943461265.file/bGluay9wYXRoPS9jb250ZW50L2RhbS91YnMvbWljbm9zaXRlcy9iaWxsaW9uZXItcmVwb3J0L3BkZi9iaWxsaW9uYWlyZXMtcmVwb3J0LnBkZg==/billionaires-report.pdf).

Unmüssig, Barbara. 2012. "Einleitung". En Commons. Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat, editado por Silke Helfrich y Heinrich Böll Stiftung, 1-13. Bielefeld: Transcript.

Vasella, Reto y Stefan Beutelsbacher. 2013. "Brasiliens Ikarus vernichtet sein Vermögen". Handelszeitung. Acceso el 25 de abril de 2018. <http://www.handelszeitung.ch/unternehmen/brasiliens->

ikarus-vernichtet-sein-ver moegen-480177.

Veblen, Thorstein. 1986. *Theorie der feinen Leute. Eine ökonomische Untersuchung der Institutionen.* Frankfurt am Main: Fischer Verlag.

Vicuña, Manuel. 2001. *La belle époque chilena. Alta sociedad y mujeres de élite en el cambio de siglo.* Santiago de Chile: Editorial Sudamericana.

Wacquant, Loïc. 2007. *Los condenados de la ciudad. Gueto, periferias y Estado.* Buenos Aires: Siglo xxi Editores Argentina.

Wallace, Arturo. 2013. "Extorsión en Colombia: un negocio de más de US\$1.000 millones al año". BBC, diciembre 9. Acceso el 25 de abril de 2018.

[http://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/12/131101\\_colombia\\_extorsion\\_negocio\\_gaula\\_aw](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/12/131101_colombia_extorsion_negocio_gaula_aw).

Wallerstein, Immanuel. 1988. "The Bourgeois (ie) as Concept and Reality: From the eleventh century to the Twenty-First". *New Left Review* 167: 91-106.

Wealth-X. 2013. "World Ultra Wealth Report". Acceso el 25 de abril de 2018.

<http://wuwr.wealthx.com/Wealth-X%20and%20UBS%20World%20>

- Ultra%20Wealth%20Report%202013.pdf.
- Wealth-X. 2014. "The Wealth-X and UBS Billionaire Census". Acceso el 25 de abril de 2018. [http://inequalities.ch/wp-content/uploads/2014/10/BCensus-2014\\_latest.pdf](http://inequalities.ch/wp-content/uploads/2014/10/BCensus-2014_latest.pdf).
- Wealth-X. 2016. "Billionaire Census Highlights 2015-2016". Acceso el 25 de abril de 2018. [http://www.agefi.fr/sites/agefi.fr/files/fichiers/2016/08/billionaire\\_census\\_2015-2016\\_highlights.pdf](http://www.agefi.fr/sites/agefi.fr/files/fichiers/2016/08/billionaire_census_2015-2016_highlights.pdf).
- Weber, Max. 1979. Die Protestantische Ethik I. Eine Aufsatzsammlung. Gütersloh: gtb/Siebenstern.
- Weber, max. 2006. Wirtschaft und Gesellschaft. Paderborn: Voltmedia. Wichmann, Stefan. 1992. Wirtschaftsmacht Rauschgift. Frankfurt am Main:Fischer Verlag.
- Zarazúa, Ulises. 2011. "No-Go Areas and Chic Places: Socio-Spatial Segregation and Stigma in Guadalajara". En Selling EthniCity. Urban Cultural Politics in the Americas, editado por Olaf Kaltmeier, 261-274. Farnham: Ashgate.
- Zeller, Christian. 2004. "Die globale Enteignungsökonomie". En Die globale Enteignungsökonomie, editado por Christian Zeller, 9-20. Münster: Westfälisches

Dampfboot.

Zitzmann, Marc. 2015. "Wird Denken jetzt Mode? Unternehmen wie Hermès, Louis Vuitton oder Chanel leisten sich Hausphilosophen—in verschiedenen Funktionen. Sie sind für das gewisse Etwas der Marken zuständig". Neue Züricher Zeitung. Acceso el 24 de abril de 2018. <https://www.nzz.ch/feuilleton/wird-denken-jetzt-mode-1.1859572>.